



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação Psicologia Clínica e Cultura - PsiCC

DONAS DE CASA, DONAS DA PRÓPRIA VIDA?
PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DO TRABALHO (IN)VISÍVEL E DA SAÚDE MENTAL
DE MULHERES (DES)VALORIZADAS

LUCIANA DA SILVA SANTOS

PROFA. ORIENTADORA: GLÁUCIA DINIZ, PhD

Brasília

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

DONAS DE CASA, DONAS DA PRÓPRIA VIDA?
PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DO TRABALHO (IN)VISÍVEL E DA SAÚDE MENTAL
DE MULHERES (DES)VALORIZADAS

LUCIANA DA SILVA SANTOS

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Clínica e Cultura (PsiCC) como
requisito obrigatório e parcial à obtenção do grau
de doutora.**

PROFA. ORIENTADORA: GLÁUCIA DINIZ, PhD

Brasília
Dezembro/2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

DONAS DE CASA, DONAS DA PRÓPRIA VIDA?
PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DO TRABALHO (IN)VISÍVEL E DA SAÚDE MENTAL DE MULHERES
(DES)VALORIZADAS

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Dra. Gláucia Ribeiro Starling Diniz
Universidade de Brasília

Membro Externo: Dra. Hildete Pereira de Melo
Universidade Federal Fluminense

Membro Externo: Dra. Maria Lúcia Rocha-Coutinho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro Interno: Dra. Valeska Maria Zanello de Loyola
Universidade de Brasília

Membro Interno: Dra. Ana Lúcia Galinkin
Universidade de Brasília

Membro Suplente: Dra. Cristina Vianna Moreira dos Santos
Universidade Paulista – UNIP/Goiânia

Brasília, 05 de dezembro de 2014

Às donas de casa.

*Em especial a minha mãe, D. Lú,
e a D. Joanna (In Memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos fazendo referência àqueles/as que desde sempre acreditaram nos meus sonhos e me auxiliaram em sua execução. À minha família por ser meu esteio, por me constituir no que e em quem sou hoje. Por ter me ensinado valores e sentimentos. Pela ética apreendida. Pai, mãe, irmã e sobrinha: vocês são o meu maior motivo!

À Bruna, pela parceria, (in)compreensão e paciência. Muito obrigada por ter “dado conta”, por me fazer forte e frágil ao mesmo tempo, por me dar limites e asas, por segurar na minha mão e aliviar o meu cansaço, por me refazer. Pelas *krisis* e cuidados... a minha gratidão!

À minha orientadora, Gláucia Diniz, pela confiança e cumplicidade, pelo carinho de sempre. Por simplesmente ter me acolhido e “topado” a caminhada, que ficou mais fácil (ou menos difícil) tendo-a ao lado.

Aos meus/minhas queridíssimos/as discentes – pesquisadores/as voluntários/as – que me auxiliaram na aplicação dos questionários, na análise dos dados e/ou na indicação de donas de casa para a pesquisa. Vocês foram, absolutamente, indispensáveis em minha vida nesse processo. Obrigada pelo respeito, aprendizagem e motivação.

Às professoras Hildete Melo e Valeska Zanello pelas contribuições feitas ao trabalho na Banca de Qualificação. Mais que arguidoras, foram verdadeiros exemplos. E, também, às professoras Ana Lúcia Galinkin, Maria Lúcia Rocha-Coutinho e Cristina Vianna Moreira dos Santos a quem estendo meus agradecimentos por aceitarem compartilhar o conhecimento e terem acrescentado mais valores a esta tese na ocasião da defesa.

Registro também as contribuições e incentivos de colegas da Universidade Católica de Brasília. Em especial feitas por Alexandre Galvão, Cláudia Fukuda e Marta Helena de Freitas pela leitura e diálogos, auxílio no SPSS e sugestão de literatura, respectivamente. E, também, a Luciano Espírito Santo e à Lúcia Sallorenzo por terem compreendido minhas ausências na direção do curso e auxiliado em meu desenvolvimento profissional. Obrigada!

Agradeço, principalmente, as/os anônimas/os participantes das pesquisas dessa tese, principalmente às dez donas de casa, por permitirem não só falar de suas vidas e expressar suas opiniões, mas, acima de tudo, concretizarem esse trabalho. Infinitamente agradecida.

Também não poderia faltar agradecimentos as/os amigas/os que, principalmente, “não” compreenderam a minha ausência e conseguiam tirar meu foco deste trabalho –pelo bem de minha saúde mental. Falta espaço para citar tantos nomes, mas não falta gratidão, carinho e

amizade. Obrigada pelos “termina logo”, “que demora”, “defende isso, ninguém aguenta mais”, “tese não se termina, se desiste”. Também foram necessários.

Às(os) colegas que estão/estiveram no NEGENPSI e fizeram parte de minha história com a UnB: Cris, Fabrício (Bill), Luiz Henrique, Miriam, Vívian, Fábio, Sônia, Marcela e Celana – pelas experiências e angústias compartilhadas. Enfim, a todos/as professores/as, colegas e funcionários/as que, de alguma forma, se fizeram presentes nesse processo de doutoramento – que congraça os meus 10 anos de profissão.

À tudo que me cerca e auxilia em formato superior aos meus sentidos... Deus, deuses, deusas, espíritos, orixás, energias. Obrigada por mais essa conquista. Obrigada, obrigada, obrigada!

“O essencial é invisível aos olhos”

- Antoine de Saint-Exupéry -

RESUMO

Donas de casa, donas da própria vida?

Problematizações acerca do trabalho (in)visível e da saúde mental de mulheres (des)valorizadas

A experiência de mulheres donas de casa merece atenção. Cabe à psicologia buscar compreender as múltiplas implicações dessa experiência para a identidade e saúde mental delas, para a dinâmica conjugal, para a vida familiar e para a sociedade em geral. É preciso que nos discursos acadêmicos-feministas haja espaço para problematizar a respeito de dimensões da vida de mulheres que não romperam com o tradicional modelo doméstico de feminilidade. O presente trabalho, dividido em três artigos, busca: 1) Discutir a relação mulher, gênero e trabalho, contextualizando a invisibilidade das donas de casa, do espaço e afazeres domésticos, e implicações na saúde mental; 2) Apresentar pesquisa realizada com donas de casa para compreender o impacto de suas experiências no espaço doméstico em sua saúde mental, sob as perspectivas feministas, fenomenológicas e existenciais; e 3) Expor pesquisa realizada com homens e mulheres sobre a percepção que as pessoas possuem a respeito das donas de casa e de seu trabalho. Com a concretização dessa tese pretende-se provocar acadêmicos/as que estudam gênero e/ou saúde mental, assim como a sociedade, para que a domesticidade feminina possa ser problematizada, no intuito de dirimir a invisibilidade e a desvalorização das mulheres, principalmente das donas de casa.

Palavras-Chave: Dona de casa, saúde mental, trabalho feminino, espaço doméstico

ABSTRACT

Housewives, owners of their own lives? Problematizations about the work (in)visible and mental health of women (un)valued

The experience of women homemakers deserve attention. It is up to the psychology seek to understand the many implications of this experience for their identity and mental health, marital dynamics, family life and society in general. It is necessary that the academic-feminist discourses can to answer about the dimensions of the lives of women who persist with the traditional model of domestic femininity. This work, divided into three articles, search: 1) Discuss the relationship women, gender and work, about the invisibility of housewives, space and housework, and implications for mental health; 2) Provide survey of housewives to understand the impact of their experiences in the domestic space in your mental health in feminist perspectives, phenomenological and existential; and 3) Expose interviews with men and women on the perception that people have about the housewives and their work. With the completion of this thesis is intended to provoke academic those who study gender and/or mental health as well as society, so that the female domesticity can be questioned, in order to address the invisibility and devaluation of women, especially the housewife.

Keywords: Housewife, mental health, women's labor, domestic space

ÍNDICE

RESUMO	iiiv
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	13
Experiências com o tema	13
Apresentação da Tese	15
ARTIGO 1: DONA DE CASA: PROFISSÃO (IN)VISÍVEL	18
Resumo	18
Abstract	18
Introdução	19
A domesticidade feminina e suas implicações na divisão sexual do trabalho.....	20
Dona de casa: trabalho invisível	25
Ser mulher, ser dona de casa: Implicações para a saúde mental	35
Considerações Finais	41
Bibliografia	43
ARTIGO 2: SAÚDE MENTAL DAS DONAS DE CASA: UM OLHAR FEMINISTA-FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL	49
Resumo	49
Abstract	49
Introdução	50
Método: o caminho dos sentidos	55
Participantes	55
Instrumentos	56
Procedimentos	56
Resultados e Discussões: os sentidos das experiências de mulheres donas de casa e seu impacto na saúde mental	57
As donas de casa	57
Discursos das donas de casa	60

1. Espaço doméstico: (in)visibilidade e (des)valorização	60
2. Relações de (des)amor e seus desdobramentos	65
3. Donas de casa: donas da própria vida?	75
Considerações Finais	80
Bibliografia	83
ARTIGO 3: DONAS DE CASA: A (IN)COMPREENSÃO SOCIAL	87
Resumo	87
Abstract	87
Introdução	88
Método	90
Amostra	91
Instrumentos	94
Procedimentos	94
Resultados e Discussões	96
1. Significado de ser dona de casa	96
2. Desvantagens de ser dona de casa	104
3. Vantagens de ser dona de casa	114
Considerações Finais	120
Bibliografia	121
ÚLTIMAS PALAVRAS	125
Bibliografia	127
ANEXOS	
Anexo 1: Questionário Sócio Demográfico – Artigo 2	
Anexo 2: Roteiro de Entrevista com as Donas de Casa – Artigo 2	
Anexo 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Artigo 2	
Anexo 4: Questionário Sócio Demográfico – Artigo 3	
Anexo 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Artigo 3	

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Perfil da Amostra	92
Tabela 02: Categorias da unidade temática ‘Significado do ser dona de casa’	97
Tabela 03: Categorias da unidade temática ‘Desvantagens de ser dona de casa’	105
Tabela 04: Categorias da unidade temática ‘Vantagens de ser dona de casa’	115

INTRODUÇÃO

Experiências com o Tema

O meu interesse em estudar gênero iniciou em 2001 com leituras de textos a respeito do trabalho e da multiplicidade de papéis femininos. Nesse primeiro momento precisei dessa leitura para a produção de um projeto de pesquisa numa disciplina no curso de Psicologia, na Universidade Federal da Paraíba, onde me graduei. Em decorrência deste projeto, em 2002, participei da pesquisa sobre satisfação conjugal no Núcleo de Pesquisa sobre Aspectos Psicossociais da Saúde Coletiva, sob coordenação do prof. Dr. Mardônio Rique Dias a quem agradeço (*in memoriam*) por ter despertado em mim o desejo pela pesquisa.

A partir de 2003 iniciei o estágio curricular em Psicologia Clínica de base fenomenológica-existencial na Clínica de Psicologia da UFPB e também realizei atividades de extensão no Serviço de Escuta Psicológica (SEP), coordenado pela psicóloga – e também minha inspiradora psicoterapeuta – Inalígia Gomes. No SEP tive meus primeiros contatos com a clínica e com as falas de mulheres que, invariavelmente, refletiam as assimetrias de gênero que interferiam na saúde mental das mesmas. Esses foram os meus primeiros incômodos, as minhas primeiras inquietações que me levaram a querer compreender melhor esses fenômenos.

Em novembro de 2004 conclui a graduação. Três meses depois mudei para Brasília com o interesse de fazer mestrado na Universidade de Brasília. Longe de tudo e todos/as que amava, com dores inerentes à realidade de uma jovem, sem recursos financeiros, paraibana, dedicada à profissão e sonhadora, iniciei os estudos na UnB como aluna especial da Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Foi nesse momento que me encontrei com a professora Gláucia Diniz – orientadora, conselheira e parceira em muitos momentos de (in)decisões. A seu convite, em abril de 2005, comecei a frequentar, voluntariamente, o seu grupo de pesquisa, que além de me

fornecer amigas/os, vínculos novos em terra estranha, permitiu abrir meus horizontes para os estudos sobre gênero. A partir de então foi possível mergulhar em literaturas sobre família, violência e saúde das mulheres.

Nesse interim, ainda em 2005, comecei a trabalhar em Águas Lindas de Goiás e me deparei com a vulnerabilidade social. Lá foi possível entrar em contato com as mais diferentes realidades, com adoecimentos, com história de mulheres – de adolescentes a idosas – que me mobilizaram e me fizeram crescer não só como profissional, mas como ser humano. Cada vez mais as lentes foram focadas para a compreensão de que “ser mulher” era um fator de risco, em especial, pelas situações socioeconômicas desfavorecidas que as pacientes possuíam. Era impossível não pensar a respeito das desigualdades de classe, gênero e raça ali presentes.

Em 2006, já fazendo o mestrado e construindo o projeto de pesquisa, uma cliente, de classe média, em consultório particular, disparou a queixa: “por que que para ser valorizada a mulher tem que trabalhar fora?”. Incomodada com essa pergunta iniciei a pesquisa sobre donas de casa que originou a dissertação defendida em 2008 com o título “Profissão Do-lar: A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino”. Nesse estudo busquei compreender o significado do trabalho doméstico para as donas de casa de diferentes classes sociais e os fenômenos inerentes ao trabalho doméstico não-pago. Foi quando constatei o adoecimento psíquico, em especial nas mulheres de menor poder aquisitivo, que sofriam com o excesso de afazeres doméstico, com o pouco reconhecimento de familiares, com a falta de recursos financeiros e de acesso a bens e serviços.

Com o desejo de conhecer ainda mais esses fenômenos, em 2010 iniciei o doutorado desejando investigar mais elementos que envolviam o espaço doméstico, as relações socioeconômicas, a saúde mental das donas de casa, entre outros. Intensifiquei as leituras, descobri lacunas na literatura e percebi o desafio que era se debruçar no estudo a respeito dessas

mulheres. Sentia-me “nadando contra a maré”, querendo falar de algo que parecia importar a poucos, inclusive entre os/as que pesquisam gênero.

Concomitante ao doutoramento, em março de 2011, comecei a trabalhar na Secretaria de Políticas para as Mulheres, lotada na Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Foi quando pude verificar avanços e limites das políticas propostas para as mulheres e me deparei com a máxima da desigualdade e assimetria de poder entre os gêneros, que é a violência contra as mulheres. Esse trabalho me trouxe aprendizagens muito significativas e dores incomensuráveis. Aqui pude enxergar o abismo entre o desejo e a realidade, o ideal de igualdade e as consequências da histórica assimetria de poder que as mulheres foram acometidas na sociedade.

Além disso, também trabalhando como docente desde 2009, lecionei disciplinas de gênero, teorias humanistas e psicopatologia, entre outras, que deram base para a construção desta tese por terem intensificado conhecimentos adquiridos na literatura e nos diálogos com os discentes e docentes. Foram articulações teóricas e práticas, da clínica e da cultura, com diferentes literaturas, que me moveram.

Esses fatores fortaleceram minhas escolhas profissionais e acadêmicas, além de alicerçarem meus argumentos, problematizações e compreensões que aqui serão apresentados. Essa tese não apenas é o resultado do trabalho de mais de quatro anos de doutoramento, é também a expressão do meu respeito, dedicação e identificação com o tema, com a Psicologia e com o conhecimento proveniente dessa ciência-arte.

Apresentação da Tese

O trabalho apresentado está dividido em três artigos. Cada um deles procurou, de forma complementar, discutir a respeito dos aspectos inerentes ao trabalho doméstico das donas de

casa. Alguns elementos foram estudados, tais como: as condições sociais e econômicas, as dinâmicas relacionais envolvidas no espaço doméstico, a invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo, e as consequências desses fatores na saúde mental de mulheres donas de casa.

No primeiro artigo serão apresentadas algumas considerações teóricas a respeito do trabalho feminino. Basicamente dois temas o atravessam: as problematizações acerca do trabalho doméstico invisível das donas de casa e as implicações deste à saúde mental. Nesse artigo ponderou-se sobre o espaço doméstico como construtor de identidades femininas; as questões sociais e econômicas que perpassam a divisão do trabalho e, por sua vez, reafirmam a domesticidade feminina; além dos impactos que a conjuntura social-política-econômica-histórica podem ter pra a saúde das mulheres, em especial das donas de casa.

No segundo artigo apresenta-se a pesquisa realizada com mulheres que são, exclusivamente, donas de casa. A partir de estudos de caso tentou-se compreender as experiências de mulheres que dedicam-se, exclusivamente, às atividades domésticas e ao cuidado de filhos/as e marido. Partiu-se das concepções teóricas feministas e da clínica fenomenológica-existencial, que serviram de fios condutores para investigar as condições de saúde mental das participantes e os possíveis fatores geradores de adoecimentos decorrentes dos múltiplos fatores pessoais, sociais e relacionais.

No terceiro artigo será apresentada a pesquisa realizada com homens e mulheres, economicamente ativos(as), para verificar a percepção que as pessoas em geral têm sobre a dona de casa e o seu trabalho. Usando recursos dos métodos quantitativo e qualitativo pode-se coletar informações sobre a idealização do espaço doméstico e a manutenção das crenças que atribuem à mulher o papel de cuidadora do lar e dos membros da família.

A afirmação central é de que o trabalho exercido pelas mulheres donas de casa envolvem aspectos que podem favorecer ao comprometimento da saúde mental das mesmas. O espaço

doméstico, as relações e dinâmicas decorrentes deste, a falta de reconhecimento, a invisibilidade das tarefas, a falta de autonomia econômica e, até mesmo, o fato de serem mulheres, pode representar fatores de riscos para o seu desenvolvimento como pessoas e cidadãs.

Com a realização desse trabalho deseja-se contribuir com a psicologia clínica e os estudos relativos a gênero. O intuito dessa tese é pautar a necessidade de se dar atenção à saúde mental das donas de casa e promover articulações com outros campos de conhecimento. E, assim, problematizar a respeito da multiplicidade dos papéis femininos e das implicações que a experiência de donas de casa têm para a família e toda a sociedade.

ARTIGO 1

DONA DE CASA: PROFISSÃO (IN)VISÍVEL¹

A divisão sexual do trabalho, ainda vigente na sociedade, contribui para a desvalorização das mulheres no exercício de seus papéis tanto público quanto privado. No caso das mulheres donas de casa essa desvalorização é agravada pelo fato de desenvolverem atividades reprodutivas e não remuneradas. Nesse contexto, o trabalho não é valorado economicamente e, além disso, também é desvalorizado socialmente. Torna-se, portanto, necessário olhar para a invisibilidade do trabalho das donas de casa. Esse artigo teórico busca problematizar a relação mulher, trabalho, gênero. Parte da discussão sobre a construção social de papéis femininos e das desigualdades de gênero no mercado de trabalho para chegar aos afazeres domésticos que são realizados, majoritariamente, por mulheres. Finaliza com discussão sobre as possíveis consequências da múltipla jornada e da desvalorização do trabalho doméstico para a saúde mental de mulheres.

Palavras-chave: Dona de casa, trabalho invisível, trabalho feminino, saúde mental

HOUSEWIFE: PROFESSION (IN)VISIBLE

The sexual division of labor still prevailing in society and contributes to the devaluation of women in the exercise of its both public and private roles. For women housewives this devaluation is compounded by the fact develop reproductive activities and unpaid. Thus, the work is not valued economically and socially devalued. It becomes therefore necessary to look to the invisibility of the work of housewives. This article seeks to raise critics about gender inequalities in the labor market; household tasks that are mostly performed by women, guided by their biological conditions and social construction of female roles; and the possible consequences for the mental health of these women.

Keywords: housewife, invisible work, female labor, mental health

¹ Partes desse artigo foi apresentado na 35ª Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR), no Rio de Janeiro, em 2013, com o título ‘Trabalho feminino, espaço doméstico e saúde mental: Um diálogo necessário’.

INTRODUÇÃO

O trabalho realizado por mulheres donas de casa é cercado por mitos e ideias preconcebidas. Uma leitura ingênua pode levar à avaliação de que esse trabalho não possui implicações sociais por diversas razões, dentre as quais destacamos: 1. O fato de ser realizado no espaço doméstico, sem intercâmbio com outros profissionais e sem relação contratual ou patronal; 2. O fato de ser realizado de forma livre, sem necessidade de “bater ponto”; e 3. O fato de ser organizado pela própria pessoa, ou seja, sem a necessidade de responder às autoridades ou seguir hierarquias. Acredita-se ainda que por estarem livres dos estressores do trabalho remunerado exercido fora de casa e por dispor de tempo livre, essas mulheres donas de casa não são afetadas por fatores que possam resultar em adoecimentos físicos e psíquicos.

Essa pode ser uma visão inadequada e equivocada do trabalho exercido pelas mulheres donas de casa. É preciso, portanto, compreender as vivências dessas mulheres. Torna-se necessário lançar um olhar para a experiência de mulheres que optam por permanecer exercendo papéis tradicionais, ou seja, que ocupam-se, exclusivamente, do cuidado do lar e dos membros da família. É necessário mostrar os significados sociais e econômicos desse trabalho, dito privado e sem valor econômico, e identificar os fatores presentes nessa experiência que podem comprometer a saúde mental desse grupo de mulheres.

É importante pensar o espaço doméstico como construtor de identidades femininas e entender melhor a multiplicidade de fatores que permeiam as relações de gênero no espaço doméstico assim como a relação entre gênero e o trabalho (in)visível. Esse artigo buscará problematizar dimensões do trabalho doméstico não remunerado realizado por mulheres donas de casa e os desdobramentos do mesmo, ou seja, os possíveis processos de discriminação, invisibilidade e desvalorização que atravessam o tema e comprometem a saúde mental dessas mulheres. O intuito é “mapear” os aspectos que são adjacentes e fomentadores de debates a

respeito desse lugar conferido às mulheres ao longo da história e ainda cobrado e assumido pela mulher contemporânea.

A domesticidade feminina e suas implicações na divisão sexual do trabalho

A manutenção do sistema social depende da reprodução humana e dos sistemas de produção (Carrasco, 1988). Até a Revolução Industrial esses dois processos ocorriam em um mesmo espaço físico, o que promovia a indistinção entre os mesmos. Com o advento do capitalismo foi provocada uma nítida divisão de lugares para a produção e reprodução, pois “como qualquer outro sistema social, impõe uma relação específica entre o processo de produção de bens/serviços e o processo de reprodução social da população²” (Picchio, 1992, p.1). O advento desse modelo provocou uma nítida divisão de lugares para a produção e a reprodução. No espaço público foi colocado o trabalho produtivo e promotor de bens de consumo através do salário de trabalhadores, e no espaço doméstico foi pautada a reprodução humana, a vida familiar e as necessidades de consumo de seus membros (Carrasco, 1988; 1992; Picchio, 1992).

O fato é que o trabalho doméstico foi, hegemonicamente, considerado como reprodutivo, diferente e distante do trabalho produtivo (Carrasco, 1992). A separação desses espaços produziu subsistemas independentes e, acima de tudo, reforçou a divisão e assimetria de papéis – ditos – femininos e masculinos na sociedade. E, embora se perceba que a estrutura doméstica depende da estrutura industrial para reproduzir seus indivíduos, ao passo que fornece a força de trabalho que sustenta a economia capitalista (Carrasco, 1988; Durán, 1983; Saffioti,

² Livre tradução de: Capitalism, like every other social system, imposes a specific relationship between the process of production of goods services and the process of social reproduction of the population. (Picchio, 1992, p.1).

1978), é latente a desvalorização das atividades realizadas no espaço doméstico por não serem produtoras de bens de consumo – produtos para o mercado, mola propulsora do modelo capitalista em vigor. Torna-se necessário, portanto, compreender o espaço privado como o espaço sem valor. Saffioti (1987) afirma:

Os afazeres domésticos não são considerados trabalhos por se tratar de atividades de manutenção das condições para a realização do legítimo trabalho; este sim, verdadeiramente produtivo, posto que se consubstancia em produtos com valor monetário. Além disso, esse trabalho é pago por meio de salário e realizado no domínio público[...]. O ocultamento das tarefas domésticas não parece ser unicamente uma discriminação contra o trabalho realizado dentro do lar. Essencialmente, diz respeito à tradição e aos costumes da sociedade em relação ao papel feminino, ao qual secularmente foi atribuído o exercício dessas atividades. Seu lugar legítimo continua sendo referido ao lar (p. 46).

Nesse contexto, é necessário analisar as relações de gênero que são impregnadas e impregnam as relações de trabalho culminando na separação de esferas de (re)produção, pois como afirma Kegoart (2003) “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” (p.55). Assim, de forma indubitável, a atribuição de trabalhos e espaços oferecidos aos homens e às mulheres atendeu aos estereótipos formulados a esses. Logo, o lugar “sem valor” foi atribuído às mulheres com base nas condições biológicas de maternidade, mas também nas representações que a sociedade construiu destas como cuidadoras. Fica evidente que o fator que estruturou a divisão sexual do trabalho feminino foi o construto de mulher-mãe. Foi a maternidade que afetou a relação de mulheres com o trabalho, como discorre Carrasco (1992):

O papel da mulher na reprodução, sua capacidade natural de parir é o eixo fundamental a ser analisado para compreender as raízes de sua subordinação, sua forma de participação na produção e sua responsabilidade em todo o processo de reprodução da força de trabalho (p.100)³.

³ Livre tradução de: El papel de la mujer en la reproducción, su capacidad natural de parir es el hecho fundamental a analizar para comprender las raíces de su subordinación, su forma de participación en la producción y su responsabilidad en todo el proceso de reproducción de la fuerza de trabajo. (Carrasco, 1992, p.100).

Dito de outra forma, foi pela capacidade biológica que a mulher possui de gerar que houve uma idealização das responsabilidades femininas quanto ao cuidado dos/as filhos/as e da família. O papel da mulher, apoiado em sua condição biológica, justificou seu confinamento ao espaço doméstico, ao trabalho reprodutivo e sem valor econômico (Badinter, 2005; Carrasco, 2006; Diniz, 2004; Mello, 2011; Saffioti, 1987).

É importante mencionar que desde que se começou a debater a invisibilidade do trabalho doméstico esse nunca conseguiu ser mensurado – de forma fidedigna – por ser reconhecido que o trabalho realizado no interior da casa não se trata de um trabalho, propriamente dito, mas de um *papel* feminino – associado à maternidade – que é um bem incalculável (Carrasco, 1992; 2006), e porque não dizer, “não comprável”.

Em todo o mundo, pesquisas com casais que trabalham fora apontam que a responsabilidade pelo espaço doméstico ainda segue a divisão tradicional de gênero. Seja com famílias canadenses (Ornstein & Stalter, 2013), norte-americanas (Noonan, Estes & Glass, 2007; Wolters & Whitehouse, 2012), brasileiras (Araújo & Scalon, 2005; Bruschini, 2007; Cyrino, 2011; Melo, Considera & Sabbato, 2013) e de várias partes do mundo (Breen & Cooke, 2005), é verificado que as mulheres dedicam mais tempo às atividades domésticas do que os homens, ainda que ambos cumpram a mesma jornada de trabalho pago. Essas pesquisas mostram, principalmente, que essa atribuição é reforçada pelo fato dessas mulheres serem mães e precisarem responder às demandas que a maternidade as impõe. Essa divisão de trabalho perpetua uma lógica sexista-capitalista que prejudica as mulheres para atender aos interesses de quem as contratam, seguindo a ideia capitalista de mais-valia (Marx, 1988; Saffioti, 1978).

Essa lógica de mais-valia fica ainda mais explícita quando se constata que o trabalho doméstico é também realizado numa perspectiva de classe e de raça/etnia. Em pesquisa realizada em 33 países, Heisig (2011) verificou que mulheres pobres fazem mais serviços domésticos do que as mulheres ricas. O estudo alemão aponta que famílias com mais recursos

financeiros optam pela terceirização do trabalho doméstico ou possuem equipamentos que auxiliam nos afazeres domésticos. O trabalho doméstico é, portanto, novamente desvalorizado ao ser designado às mulheres de parcelas mais invisíveis e vulneráveis da sociedade, que são vistas como mão de obra desqualificada.

Duffy (2007), numa leitura de trabalhos e pesquisas realizadas ao longo do século XX, nota a hierarquia étnica-racial existente no trabalho doméstico ao constatar que este é realizado por mulheres não-brancas e muitas vezes migrantes de regiões e países mais pobres. Este fenômeno fica evidente em especial nos países norte-americanos e europeus, como acontece na Turquia (Akalin, 2007), na Itália (Salih, 2001), no Reino Unido (Anderson, 2007), entre outros. Esse fenômeno exhibe o contraditório processo onde mulheres passam a explorar outras mulheres no setor doméstico, que por sua vez passa a ser espaço produtivo para umas – empregadas domésticas – e reprodutivo para outras – as mulheres dona de casa – fato que revela a complexidade do tema aqui tratado.

A divisão de trabalho ancorada nas diferenças sexuais, correlacionadas também às assimetrias de classe, raça e etnia, limitou e ainda limita mulheres a ocuparem espaços produtivos de trabalho além de conferir a elas inúmeras assimetrias profissionais. Quando trabalham fora e compõem a população economicamente ativa acabam se inserindo no setor informal, vivendo na proletarização, ou em subempregos (Moghadam, 1999).

A forma como esse fenômeno se apresenta no Brasil pode ser conhecida e dimensionada com base em indicadores confiáveis. Tais indicadores, embora apontem para um nítido crescimento do trabalho feminino nas últimas 3 décadas, também mapeiam as desigualdades ainda latentes, tornando visíveis as assimetrias de gênero. Dados apresentados no Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) (Secretaria de Política para as Mulheres [SPM], 2013) apontam que em 2011 a População Economicamente Ativa (PEA) era majoritariamente masculina, ou seja, 86,5% dos homens são ativos economicamente enquanto apenas 64% das

mulheres o são. Os dados indicam que 15,5% de mulheres são trabalhadoras domésticas e apenas 0,9% dos homens atuam como trabalhadores domésticos.

O referido Relatório traz ainda que a taxa de desocupação da população feminina era de 9,4% em 2011, enquanto a da população masculina caiu para 5%, quase a metade. As atividades realizadas pelas mulheres valem no mercado de trabalho cerca de 82,6% da remuneração do trabalho do homem. Pode chegar a 65,1% quando se compara a renda de homens e mulheres que possuem 12 anos ou mais de estudo (SPM, 2013).

Os dados do Relatório também apontam que os afazeres domésticos são realizados por 68% de mulheres e 32% de homens. Em relação a mulheres e homens que realizam trabalho fora do lar, as mulheres dedicam 22,3 horas semanais aos afazeres domésticos enquanto os homens dedicam 10,2 horas semanais. Ou seja, as mulheres ocupadas despendem mais do que o dobro de horas no trabalho reprodutivo e não-pago. No caso dos empregos formais domésticos 92% são ocupados por mulheres, sendo que 48% do trabalho doméstico ocorre na região Sudeste – a mais rica do país e com maior número de migrantes e emigrantes. É importante ressaltar que 61% das mulheres que realizam essa atividade são negras (SPM, 2013).

Esses dados constituem evidências de que a participação em alguns setores específicos, com postos mais precários, vulneráveis e menos qualificados, geralmente, são características de ocupações femininas. Tais ocupações tendem a reproduzir estereótipos e papéis femininos que remetem ao cuidar e ao espaço doméstico – independente dessas mulheres também realizarem o trabalho produtivo – o que reforça o argumento de que o trabalho feminino continua delimitado por espaços e realidades que refletem a arcaica divisão sexual do trabalho.

É verdade que o trabalho feminino e suas representações ao longo da história subsidiaram a construção de novos paradigmas para a mulher contemporânea. Nessas circunstâncias foi colocado um ideal de mulher que seja capaz de buscar independência financeira, valorização profissional, satisfação conjugal e sexual, além de ser capaz de cuidar

da administração do lar, da educação dos filhos, e da manutenção de uma boa rede social. Apesar de todas essas mudanças, permanece presente e aceita no contexto social a divisão tradicional do homem como provedor e da mulher como cuidadora do espaço doméstico. A permanência de mulheres nesse ambiente continua sendo vista como seu de direito e dever e será problematizada a seguir.

Dona de casa: trabalho invisível

O próprio termo e a construção social dos papéis da “dona de casa” surgiu durante a industrialização pela necessidade de se constituir a família como unidades de produção e consumo (Goodrich, Rampage, Ellman & Halstead, 1990; Lutz, 2007; Méndez, 2005). Como visto anteriormente, a construção do espaço doméstico foi originária do modelo econômico capitalista que despontava com uma ideologia que dividiu a sociedade ocidental em duas esferas distintas. Um espaço particular, restrito, privado que foi “disponibilizado” às mulheres; e o outro, coletivo, irrestrito, público, destinado aos homens – curiosamente os criadores dessa divisão.

Amparado na realidade econômica e justificado pelas condições biológicas reprodutivas, o lugar da mulher como dona de casa foi introduzido no cenário social. Em determinados momentos da história, em especial na década de 1950 houve um verdadeiro movimento norte-americano conclamando as mulheres a voltarem ao lar. As mulheres que estavam trabalhando em fábricas “ocupando” o lugar dos homens que estavam voltando da guerra foram “convidadas” a ocuparem os seus postos de esposas, mães e domésticas, num movimento endossado pelos meios de comunicação com propagandas retratando mulheres felizes e realizadas na função de dona de casa. A função foi revestida de glamour, ao valorizar

a mulher por ser a responsável pelo lar, pelo espaço doméstico, concebido como um lugar de acolhimento (Méndez, 2005).

Essa dimensão da identidade feminina passou a ser defendida pelo estado e por legislações que imprimiram novas conotações à conduta feminina, conforme avalia Duchén (1991). As mulheres passaram, ou foram levadas, a assumir o que seriam seus verdadeiros papéis e natureza humana. Viram nesse contexto a possibilidade de trabalhos pagos no espaço público ser reduzida.

Mulheres, em particular mães e esposas, começaram a sentir culpa por sair de casa para trabalhar. Foram induzidas a pensar em possibilidades de sofrimento de seu marido, de seus filhos/as e de sua família. Começaram a afirmar, por um lado, que a casa era o lugar onde deveriam realizar o cumprimento de seu papel como mulher, e, por outro, que o trabalho da dona de casa era uma ocupação tão valiosa como as outras – abordagem enfatizada por teóricos de diversas áreas como a psicologia, por educadores, associações de família, pelas igrejas, e pelos meios afetivos de socialização.

Impedidas pela norma social vigente no pós-guerra de frequentar outro espaço, as mulheres foram “convidadas” a se dedicarem ao papel de “rainhas-do-lar”. Imbuídas pelos sentimentos de amor e cuidado, seu dever era manter a harmonia, o equilíbrio e a tranquilidade do lar. Enquanto os esposos eram os trabalhadores com longas jornadas nas indústrias ou proprietários destas, as mulheres se responsabilizavam por recebê-los ao fim do dia em suas casas, sinônimo de aconchego, de lugar acolhedor (Goodrich et al, 1990).

Lipovetsky (2000) aponta que essa idealização e “valorização” das mulheres também teve outro sentido: provocar, ainda que de forma tênue, uma ruptura com a sua contínua história de depreciação. Nesse momento as mulheres – dentro desse modelo – foram endeusadas, colocadas em pedestais, consagradas por sua beleza e reconhecidas por seu desempenho no espaço privado. Uma família perfeita era sinal de uma mulher-esposa exemplar, caprichosa e

cuidadosa, acima de qualquer maledicência ou desmerecimento. A família, e em especial a maternidade, dava às mulheres esse *status quo*.

Não se pode esquecer, todavia, o fio condutor socioeconômico que construiu esses discursos. O cuidado com a casa e a família como realizadora da identidade feminina foi inegavelmente dirigido à mulher de classe média e alta. Como problematizado por Lloyd e Johnson (2000) pensar no modelo construído na década de 1950, em que as mulheres eram auto afirmadas na família, é referendar um modelo de mulher branca, heterossexual e de classe média e alta. Foram as condições sociais burguesas que estabeleceram essas “donas de casa” – caracterizadas como consumistas excessivas, com beleza advinda de cosméticos e casas equipadas por eletrodomésticos – como modelo universal de feminilidade.

O fato é que nesse modelo de casamento e vida familiar tradicional, homens e mulheres tiveram papéis e funções bem demarcados. O homem ocupou um lugar privilegiado, pois exerceu a atividade produtiva no mercado de trabalho público, contribuiu para a produção de bens e serviços, e recebeu uma remuneração que proporcionou a manutenção financeira da família – o que lhe atribuiu poder, participação política na esfera extra lar, autonomia pessoal e dominação no contexto doméstico por ser o “chefe” da casa. A mulher, pela sua condição biológica, exerceu uma função reprodutora, realizou atividades gratuitas de subsistência, em uma situação de dependência e obediência, reclusa ao doméstico, à subordinação e à invisibilidade.

Dada essa assimetria de lugares e poderes é necessário questionar o trabalho realizado na unidade familiar e o conjunto de relações sociais que se desdobram na unidade doméstica. Torres (1989) se atenta para a multiplicidade de processos de trabalhos combinados que constitui a carga de trabalhos realizados pela dona de casa – que desonera o estado e demais organizações sociais – e chama atenção para as relações de poder, os aspectos ideológicos e culturais que se desdobram em tal espaço. Segundo ela: “(...) o trabalho da mulher na casa,

excede as necessidades de sua própria reprodução biológica e social, convertendo-se no trabalho subsidiário dos outros membros da família e de abrangentes parcelas restantes não pagas pelo capital⁴” (p. 2). Trabalho esse que não é visto, medido, nem avaliado, ficando à margem da sociedade.

Dois pontos importantes e correlacionados que levam à invisibilidade do trabalho das donas de casa podem ser problematizados. O primeiro é a complexidade que envolve o trabalho não-pago na sociedade capitalista, principalmente, pelo fato desse trabalho ser compreendido como “coisa de mulher” (Mello, 2011) e, assim, um não-trabalho. O segundo são as próprias atividades realizadas no espaço doméstico e suas implicações pelo fato da mulher não ter garantias trabalhistas, pelas relações de poder existentes e pelos produtos inacabados e efêmeros dos afazeres realizados – o que será analisado mais à frente.

Para melhor compreender o primeiro aspecto norteador da invisibilidade do trabalho da dona de casa é necessário questionar: Por que é, e foi, tão necessário atribuir às mulheres o cuidado pelo espaço doméstico pautado em suas condições biológicas? Pode-se dizer que, uma vez destituído de seu caráter naturalmente feminino, o trabalho doméstico, gratuitamente executado pela dona de casa, abalaria a base econômica da sociedade, transformando esse trabalho em algo voluntário, sem opressão, ou necessidade de que outras pessoas o realizassem de forma remunerada – como é o caso das empregadas domésticas (Carrasco, 2006; Durán, 1983; Mello, 2011; Torres 1989).

O fato é que esse trabalho “invisível” desonera o Estado, uma vez que seria impraticável criar mecanismos que dessem conta de promover o bem-estar e equilíbrio necessários à vida familiar e aos agentes do trabalho reprodutivo – como creches, escolas integrais, restaurantes públicos, etc. E as próprias famílias também teriam que terceirizar essas responsabilidades a

⁴ Livre tradução de: “el trabajo de la mujer em la casa, excede las necesidades de su propia reproducción biológica y social, convirtiéndose em trabajo subsidiário de os otros miembros de la familia y abarcando parcelas que quedan impadas por el capital (Torres, 1989, p.2).

outrem, de forma remunerada – realidade pouco acessível às famílias com menor poder aquisitivo. Dessa forma, o trabalho reprodutivo não é pago e não fornece qualquer direito trabalhista às mulheres – desonerando a máquina econômica (Carrasco, 2006; Durán, 1983; Mello, 2011; Torres 1989). Se não fosse conferido às mulheres o “trabalho de cuidados” (Carrasco, 2006), nem Estado nem trabalhadores(as) teriam condições econômicas para custear o nascimento e o desenvolvimento de novos membros para a sociedade. Logo, é remetida à mãe, à dona de casa – trabalhadora gratuita – essa responsabilidade.

Lutz (2007) afirma, ao analisar o documento *Arbeit aus Liebe / Liebe als Arbeit* (Trabalho de amor/amor como trabalho), de Gisela Bock e Barbara Duden, o quanto a construção das donas de casa, que contribuiu para o aprisionamento das mulheres, foi arquitetada pelas pretensões do modelo econômico que surge no pós-guerras. Dessa forma, como enfaticamente afirmado por Saffioti (1987), há interesse social e capital de que os afazeres domésticos continuem sendo atribuídos às mulheres:

Dada a desvalorização do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instalar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres [...]. Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características “naturais” destas funções (p.11).

O trabalho realizado pelas donas de casa é praticamente inseparável da função materna, das relações afetivas envolvidas e do “treinamento” que as mulheres recebem, desde a infância, que as levam a ocupar o espaço doméstico e o cuidado da família, como dimensão fundamental da identidade feminina (Torres, 1989). A invisibilidade desse trabalho é, sem dúvida alguma, reflexo do lugar marginalizado que a mulher possui na sociedade. Vista, historicamente, como improdutiva ou como procriadora, delimitada pelas suas funções biológicas, a mulher sempre representou o sexo desqualificado para a vida pública. Uma vez ocultada no interior do seu lar, e estimulada a seguir o discurso de cuidadora deste, ocultam-se também as tarefas realizadas nesse interior e o valor social das mesmas.

Por mais que seja invisível o valor econômico do trabalho que as donas de casa exercem para a sociedade, não pode ser esquecida a importância deste trabalho na economia, pois elas representam a “última fase do processo de produção de grande quantidade de bens” (Durán, 1983, p.21). São as cuidadoras do lar que selecionam os produtos, que compram os bens e serviços, que os transportam, os armazenam e os distribuem entre os consumidores de sua família.

Talvez resida nesse argumento – na lógica do consumo – uma via de valorização e visibilidade do trabalho invisível de milhares de mulheres. Uma vez que as donas de casa têm importância na aquisição de bens e serviços necessários à vida familiar. Pois como afirma Stapleford, 2004, p,89) “as conexões percebidas entre mulher e consumo significam que o gênero não pode ser ignorado na política econômica, mesmo quando se discute a criação e a formatação de modelos de conhecimento econômico⁵”

As donas de casa são as pessoas que movimentam o mercado e os produtos oferecidos, especialmente na indústria alimentícia, no vestuário da casa – cama, mesa e banho – de seus membros e na manutenção do lar por meio da compra de produtos de limpeza e higienização. Desde a “montagem da casa”, a conservação diária, até os instrumentos nela utilizados tais como eletrodomésticos, móveis, etc., que constituem o patrimônio familiar, a escolha é, em geral, de responsabilidade da dona de casa, pois cabe a ela a decisão quanto ao uso e a durabilidade do bem. E também por isso, o trabalho das donas de casa é um trabalho que tem um valor social inestimável, ao contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade e da vida humana (Mello, 2011; Stapleford, 2004).

Bruschini (2006) chegou a levantar a tese do trabalho das donas de casa vir a ser colocado como um trabalho ‘não-remunerado’ e não como uma ‘inatividade econômica’. Em

⁵ Livre tradução de: the perceived connections between women and consumption meant that gender could not be ignored in political economy, even when discussing the creation and shaping of economic knowledge (Stapleford, 2004, p. 89).

defesa dessa posição, ela analisou estudos desde os anos de 1970 que tentam dar visibilidade ao trabalho doméstico, assim como outros estudos que usam o tempo para mensurar as atividades de produção ou de reprodução realizadas na sociedade. Logo, a quantidade de horas envolvidas nos afazeres domésticos constitui sim um trabalho, mas não-remunerado.

Apesar da ampla gama de atividades que as donas de casa desempenham, elas são consideradas como população inativa pelo mercado de trabalho e, portanto, não têm suas atividades incluídas nos cálculos do PIB (Produto Interno Bruto). Melo, Considera e Sabbato (2007) fizeram um trabalho a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) com vistas a investigar o número de horas dedicadas às atividades domésticas. Os(as) autores(as), colocam que se os afazeres domésticos executados pelas mulheres fossem contabilizados como serviços não-mercantis, produzidos e consumidos pela família, em 2006 o PIB brasileiro teria sido de 2.535,8 bilhões de reais, 213 bilhões a mais que o anunciado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Caminhando na mesma linha de pensamento, se considerarmos o PIB de 2012 que totalizou R\$ 4.402.573 milhões, a contabilização dos serviços não-mercantis produzidos e consumidos pela família representaria R\$501.900 milhões. Em dez anos este valor seria R\$5.019.000 milhões. Em síntese, o trabalho doméstico feminino, de 2001 a 2010 corresponderia a 11,4% do PIB brasileiro (Melo, Considera & Sabbato, 2013). No entanto, esse trabalho não é valorado economicamente e, com isso, também é desvalorizado socialmente.

Esses dados encontram também respaldo no segundo ponto necessário para se avaliar a invisibilidade da dona de casa e de seu trabalho, que é o fato das atividades realizadas no interior do lar e para a família acabam não sendo reconhecidas. Há um certo ocultamento da quantidade e da qualidade das atividades que são desempenhadas por elas, causando uma “cegueira” social.

Delfino (2012) considera que o trabalho da dona de casa possui três componentes de atuação: 1) o trabalho doméstico em sentido restrito: que seria o limpar, arrumar, lavar, passar,

cozinhar, cuidar dos móveis, imóveis, veículos, plantas, etc; 2) o trabalho específico de cuidadora: se dedicar às crianças (saúde, educação, lazer, etc.), ao marido, aos enfermos, anciãos, entre outros que necessitem seu apoio; e 3) o trabalho como consumidora: por adquirir bens e serviços para o lar e para os seus membros, como vestuário, alimentação, material de limpeza, mobiliário, etc.

Na maioria das vezes compete às mulheres donas de casa o cuidado absoluto com os(as) filhos(as), tais como levar e buscar na escola, dar ou mandar tomar banho, providenciar alimentação e fazê-los(as) se alimentar, comprar presentinhos para amigos(as), levar nas festinhas, ajudar nas tarefas de casa, ir às reuniões, levar ao médico, etc. Cabe às donas de casa, também, providenciar os consertos domésticos (encanador, eletricista, manutenção de equipamentos, etc); fazer um gerenciamento financeiro (pagar contas e serviços, fazer as compras de feira, supermercado, vestuário, etc), além das demais ocupações com a limpeza da casa, etc. A complexidade dessas tarefas é ignorada, conseqüentemente, as donas de casa são ignoradas. Não se valoriza o trabalho que se tem em criar condições necessárias para o bom desenvolvimento e funcionamento da família.

Tal invisibilidade está atrelada à falta de objetivação de suas funções uma vez que o trabalho além de ininterrupto é efêmero. Em pesquisa realizada anteriormente Santos (2008) constatou que uma das queixas das donas de casa que realizam sozinhas as atividades domésticas é o fato do resultado do seu trabalho não ser aparente. Tudo que é realizado é logo desfeito e necessitará ser recomeçado, constantemente, diariamente, o que provoca também a impossibilidade de identificar a “obra” terminada, tornando-se função e não um trabalho. Tal fato, por si só, revela a falta de reconhecimento e de percepção das atividades desenvolvidas pelas donas de casa. Esse processo pode gerar mal-estar uma vez que as funções desempenhadas no espaço doméstico têm esse caráter de inacabadas.

O trabalho realizado pelas donas de casa tem outro agravante que é o de não ser regido por um órgão, como os sindicatos, que reivindicuem e zelem pelos seus direitos e deveres. Durán (1983/1983) argumenta que a trabalhadora do lar “não pode deixar de cumprir seu compromisso, nem se negar a trabalhar nos feriados, nem reclamar uma jornada de trabalho equivalente ao dos outros trabalhadores, nem descansar com verdadeiras férias” (p. 18). Tem, portanto, todo e qualquer direito trabalhista negado.

No Brasil, o máximo que se conseguiu avançar a respeito dos direitos trabalhistas das donas de casa foi a Lei 12.470 de 31 de agosto de 2011 que possibilitou a essas mulheres recolher INSS e ter direitos a benefícios previdenciários. A dona de casa de baixa renda, desde que esteja inscrita no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), pode ser enquadrada na legislação previdenciária como “segurada facultativa”, e, então, contribuir mensalmente com 5% sobre o salário mínimo para poder garantir os principais benefícios como aposentadoria por idade, auxílio-doença, pensão por morte, salário maternidade e auxílio reclusão.

Já a dona de casa membro de uma família que receba mais de dois salários mínimos e que quiser os mesmos benefícios terá que contribuir com, no mínimo, 11% do salário mínimo. Ainda que tenha restrições – como a exceção da aposentadoria por tempo de contribuição – essa Lei pode ser vista com um pequeno gesto de reconhecimento do valor da dona de casa e de seus trabalhos. Reconhece, ainda, as divisões social e sexual inerentes à sua condição feminina (Melo, Soares & Soares, 2006).

O fato é que a existência da Lei, em si, não constitui garantia de direitos. Resta o desejo que mulheres de classe menos favorecida tenham recursos para poder contribuir com a previdência e ter seus direitos garantidos. Ademais, os recursos financeiros para o pagamento da contribuição podem ser difíceis ou inexistentes pelo fato das donas de casa, em geral, não possuírem fontes próprias de renda e dependerem do custeio de outras pessoas.

Tal atrelamento e dependência financeira leva essas mulheres a significarem o seu trabalho como um serviço de troca, como visto em pesquisa realizada por Santos (2008). A atividade é desempenhada para o seu marido e filhos/as como uma obrigação, em permuta pelo sustento financeiro que ele lhe oferece. O trabalho da mulher não recebe recompensa monetária, mas a aquisição de bens comprados pelo salário do marido para a família é creditada como benefício recebido.

Esse processo ratifica a invisibilidade do trabalho doméstico no campo econômico-familiar. Essa atividade gera, portanto, subordinação e está diretamente ligada à relação social institucionalizada de que a mulher deve zelar pela família (Durán, 1983). Entretanto, essa relação, se levada ao limite, pode se constituir em uma dívida impagável próximo ao que se vê nas relações análogas de trabalho escravo. A mulher fica marcada pela servidão e pela manutenção de uma jornada de trabalho exaustiva por dívida.

Esse vínculo servil ou patronal se apresenta nas relações sociais existentes no espaço doméstico (Torres, 1989). E muitas vezes, pela condição econômica e pelos vínculos conjugais e de poder estabelecidos na família, podem levar as donas de casa a uma condição infantil (do latim *in fante*, sem voz). Às vivências nas quais não possuem voz, uma vez que exercem um trabalho não remunerado, desvalorizado na sociedade e internamente na família, invisível, tanto nas esferas operacionais quanto econômicas. Tudo isso, adicionado aos elementos que desenham a realidade do trabalho doméstico e a “condição” feminina, pode gerar processos que comprometem a saúde mental de mulheres e, mais especificamente, as que exercem a função exclusiva de donas de casa.

Ser mulher, ser dona de casa: implicações para a saúde mental

O lar, espaço tipicamente feminino, é o local onde são realizados os trabalhos domésticos. Esses podem causar dores e tensões resultantes de práticas que se associam à atividade desvalorizada, repetitiva e monótona. Lipovetsky (2000) aponta que com a reclusão da mulher a um ambiente restrito, doméstico, privado, houve uma denegação da mulher-sujeito. Ela não era e muitas vezes ainda não é vista com necessidades, vontades e desejos autônomos. Uma vez casada, era excluída da esfera política e deveria submeter-se ao marido, sem independência social, intelectual, emocional, política ou econômica.

Goodrich et al, (1990) apontam que ‘A mística feminina’, livro de Betty Friedan, lançado em 1963, é um clássico que retrata a solidão, insatisfação e a clausura que as mulheres donas de casa da época passaram. O questionamento da posição de vulnerabilidade destas mulheres vem desde 1890, quando Charlotte Perkins Gilman (1860-1935), socióloga, poeta e feminista norte-americana escreveu a respeito do declínio de uma esposa confinada em seu lar. Ao longo da história, filmes, seriados e demais meios de retratar a vida também mostravam mulheres donas de casa em situação de conflito, doença mental ou infelicidade. Nunca apontavam, no entanto, para a questão política e social subjacente. A ênfase ou a tendência era tratar esses casos como da ordem do pessoal, ou seja, como algo isolado.

Méndez (2005) analisou a obra de outra feminista americana, Betty Friedan, que teve papel relevante no movimento a partir da década de 1960. A autora chamou atenção para o fato de Friedan mencionar que médicos, sociólogos e psicólogos diagnosticavam as mulheres donas de casa com um sentimento de insatisfação com suas vidas, com um “desajuste”, o que Friedan chamava de “*o problema sem nome*”. Na verdade, eram “distúrbios comportamentais” que boa parte das mulheres norte-americanas vinham sentindo uma vez que tiveram que voltar ao lar e aos papéis domésticos após a guerra.

Esse retorno coincidiu com o incremento de instrumentos desenvolvidos para facilitar os afazeres domésticos, tais como ferro de passar, cafeteira, máquinas de lavar roupas, etc. Se por um lado essa “mecanização” das tarefas desonerava as mulheres, por outro não diminuía necessariamente a condição de invisibilidade e de mal-estar presentes no seu cotidiano. O fato é que o célebre livro “A mística feminina” tentava alertar para o mal-estar que essas mulheres estavam sentindo, uma vez que o espaço doméstico passou a ser pequeno para os anseios das mulheres. Friedan mobilizou um processo de conscientização ao questionar e colocar em foco dimensões do espaço doméstico e das funções opressoras em que mulheres viviam (Méndez, 2005).

No contexto atual, estudos têm revelado a existência de diferenças na forma como os processos sociais afetam a saúde de homens e mulheres. Diniz (2004) aponta que gênero é uma categoria importante para pensar os comprometimentos na saúde mental de ambos. A autora chama atenção para o fato dos processos biológicos como menarca, gravidez e menopausa, somados a questões sociais e econômicas tais como as violências, a multiplicidade de papéis e a feminização da pobreza prejudicarem ainda mais a saúde geral e mental das mulheres.

A assimetria entre homens e mulheres, quer seja pela diferença anatômica e funcional de seus corpos, quer seja pelas condições sociais ou pelas expectativas e papéis, deixam as mulheres expostas a fatores de risco para sua saúde física e mental. Atento à interação entre fatores biológicos e ambientais na determinação de questões em saúde mental, Steiner (2005) afirma que são inúmeras as situações estressoras às quais as mulheres estão mais vulneráveis, e que estas, associadas às dimensões também biológicas ou genéticas específicas do universo feminino, favorecem o adoecimento da mulher.

Na meta-análise feita por Santos e Siqueira (2010) foram examinados alguns estudos a respeito dos transtornos mentais que mais afetam a população brasileira. As pesquisas apontaram para uma prevalência maior de transtornos de humor e ansiedade em mulheres

adultas. Tal fato já havia sido identificado no trabalho de Andrade, Viana e Silveira (2006). As autoras, ao discutirem estudos epidemiológicos na área de saúde, verificaram uma inegável diferença de gênero quanto à incidência, prevalência e curso de transtornos mentais.

Andrade, Viana e Silveira (2006) constataram que tanto as condições orgânicas, quanto, principalmente, a realidade social à qual a mulher é submetida, favorece um quadro clínico que contribui para maior ocorrência de problemas psicológicos. Dentre esses problemas as autoras destacam a depressão, ansiedade, distúrbios alimentares, transtornos associados ao ciclo reprodutivo, ao puerpério, à perimenopausa e à menopausa. Importante mencionar também os males físicos e mentais causados pelos maus tratos e pela violência contra a mulher, geralmente perpetrada no espaço doméstico, (Diniz, 2011, 2013; Jorge & Oliveira, 2007).

Senicato e Barros (2012) também trazem constatações referentes à saúde de mulheres que trabalham fora e dentro do lar, ao traçar uma comparação entre elas. As mulheres que trabalham fora do espaço doméstico tendem a possuir melhores condições de saúde em decorrência das relações profissionais, do apoio social e demais recursos para a construção de segurança e autoestima. Já as mulheres que são, exclusivamente, donas de casa, costumam ser casadas, ter maior número de filhos, menor escolaridade, menor renda *per capita*. Aquelas que além disso tudo, ainda fazem parte de camadas mais pobres, possuem menos equipamentos domésticos e geralmente não têm plano de saúde privado. O somatório desses fatores, além de as deixarem em estados mais vulneráveis também se refletem na presença e prevalência de doenças psíquicas relacionadas a fatores emocionais, que segundo as autoras, trazem um alerta aos serviços públicos quanto à necessidade de oferta de cuidados adicionais a essa população.

Araújo, Pinho e Almeida (2005) identificaram que mulheres com sobrecarga de atividades domésticas apresentaram taxas de Transtorno Mentais Comuns (TMC) mais elevadas. A ocorrência maior foi de transtornos de humor depressivo/ansioso (nervosismo, tristeza, irritabilidade, choro), sintomas somáticos (dor de cabeça, insônia, dor estomacal),

cansaço e perda de ânimo, especialmente entre as mulheres de baixa renda e com pouca escolaridade. Resultados similares aos encontrados por Moral, González e Landero (2011) em donas de casa mexicanas, contexto onde mostraram que as queixas de falta de apoio favorecem o estresse que leva ao cansaço e aumenta as expressões de raiva. O estudo buscou estabelecer relação entre o estresse percebido, a expressão da raiva e a síndrome de Burnout nas donas de casa.

Zanello e Silva (2012) também encontraram a mesma correlação entre saúde mental e gênero. Em pesquisa que averiguava prontuários de hospital psiquiátrico do Distrito Federal no intuito de identificar questões socioeconômicas que interferiram no desenvolvimento dos Transtornos Mentais Comuns, constataram que em quase 60% dos casos de mulheres havia a presença de tais transtornos. Sintomas de irritabilidade, choro, tristeza, insônia, angústia, nervosismo, depressão, ansiedade, cefaleia, isolamento social, entre outros, foram mais verificados nos prontuários das mulheres do que nos dos homens. Cabe apontar que em 33% dos casos as pacientes eram donas de casa e em 14,4% eram trabalhadoras domésticas.

Vianna e Diniz (2014) ainda chamam atenção para o fato que gênero articulado a outros marcadores sociais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, sistemas sociais simbólicos e estruturais desvelam o fato que os sistemas de opressão estão interligados e moldam as identidades, a conjugalidade, e a vida familiar. Tudo isso aprisiona homens e mulheres a processos e contextos normativos que têm o potencial de gerar adoecimento físico e mental. É preciso lembrar que o valor atribuído pela sociedade a esta mulher dona de casa é refletido no casamento, o que, muitas vezes, a coloca em situação de dependência do homem para obter certo prestígio ou autoridade dentro e fora da família, principalmente quando a dependência também é financeira (Santos & Siqueira, 2010).

Esses resultados de pesquisas realizadas tanto no Brasil quanto no exterior deixam claro que a função de dona de casa tem impacto na saúde mental de mulheres. Santos e Siqueira

(2010) questionam se esse fato é visível porque mulheres conseguem mais facilmente nomear suas dores ou se, por exemplo, elas têm mais acesso as informações e aos serviços de saúde. O fato é que, pelos sintomas apontados acredita-se que as tarefas que o cuidar de uma casa e de uma família impõem à mulher, especialmente pela responsabilidade de cuidar dos outros, e por, frequentemente, ter os seus interesses e necessidades pessoais preteridos em função de seus familiares, têm trazido prejuízos à saúde das mulheres.

Badinter (1986) aponta que, quando o homem se casa diminui sua contribuição com as atividades domésticas, enquanto com a mulher acontece o contrário. Quando ela se casa, fica com o cargo de dona de casa, responsável pelas atividades domésticas. E, no caso de exercer exclusivamente essa função, tende a viver uma constante abnegação, a ter sua vida pautada pelas necessidades de outros. Suas prioridades, tempo e interesses limitam-se, de modo geral, ao espaço familiar.

Por mais que, em certas situações, ser dona de casa tenha sido e ainda possa ser escolha da mulher e que essa mulher se sinta “reinando” em seu lar, geralmente, não é ela quem dita as regras, quem possui autoridade ou domínio, se comparada ao *status* de seu marido, mantenedor financeiro do lar. Reed (1980), em seu clássico trabalho ‘Sexo contra sexo ou classe contra classe’, aponta que esse processo é o reflexo de questões sociais mais amplas. A autora afirma categoricamente que a “a participação na produção social desenvolve o corpo e a mente; o isolamento e as ocupações domésticas o debilitam e restringem a visão das coisas” (p.71).

Na década de 1970, uma pesquisa realizada por Saffioti (1978) com três grupos distintos de mulheres – donas de casa exclusivamente, donas de casa que trabalhavam para fora e mulheres que trabalhavam exclusivamente fora – revelou que as donas de casa exclusivas tendiam a ser menos abertas às influências contrárias a mística feminina. Para essas mulheres, questões como o divórcio e o uso de métodos contraceptivos eram vistas de forma conservadora em comparação às demais – provavelmente porque as donas de casa tendem a adotar uma

postura tradicional de gênero. Além disso, constatou-se que o acesso a atividades de lazer, tais como frequentar cinemas ou teatros ou até mesmo o contato com leituras, eram mais restritos no caso das mulheres que eram donas de casa exclusivamente – elas tinham como passatempo principal assistir televisão ou ouvir rádio.

Essa tendência foi corroborada pela pesquisa realizada por Linhares em 2001, ou seja, trinta anos depois. Esta pesquisa apontou que o fato das donas de casa restringirem-se ao ambiente familiar e às responsabilidades que lhes são atribuídas favorece para que elas apresentem limitação de interesses individuais, uma vez que suas preocupações são centradas majoritariamente nos demais membros da família. Tal centramento nas necessidades dos outros favorece uma perda do potencial criativo, produtivo e social.

A pesquisa de Linhares (2001) mostrou que mulheres donas de casa podem apresentar também dificuldades no desenvolvimento dos níveis intelectual, cognitivo e emocional/relacional, por desempenharem atividades mecânicas e repetitivas, sem que seja necessária uma profissionalização para isso. Tudo isso, acompanhado de um contínuo sentimento de autodesvalorização, de falta de reconhecimento familiar e social, e de ausência de projeção para a vida futura, pode gerar instabilidades ou transtornos de humor, tais como tristeza profunda, irritabilidade, agressividade, choros constantes, baixa autoestima, fobias ou ainda doenças físicas como a obesidade, por exemplo.

Durán (1983) também coloca que a dona de casa está, no geral, condicionada a diferentes isolamentos: físico – por não ter com quem compartilhar o espaço doméstico; psicológico – uma vez que existe para e através dos outros, em constante abnegação; organizativo – pois não há uma organização que defenda suas necessidades e direitos, ou seja, não existe uma ordem coletiva; político – por não ter poder nem representar um setor valorizado para os que detêm o domínio econômico, e por sua vez político.

Pensa-se, ainda, que mesmo que na vida da dona de casa seja encontrada uma satisfação conjugal, que ela desempenhe um papel ativo na família e com trocas recíprocas com seu parceiro e filhos no seu dia-a-dia, ainda assim – o que nem sempre ou raramente ocorre – sua condição já lhe rende um considerável gasto de energia física e mental. Há estresse – embora com uma autonomia fictícia de tempo – por ter que coordenar diversas atividades simultaneamente: os cuidados com os membros da família – alimentação, consultas médicas, etc.; o controle do orçamento familiar; os contatos com parentes e familiares; a educação dos filhos – horário de colégio, tarefas, reuniões escolares; o entendimento entre os membros da família, sem falar na relação que ela desenvolve com demais instituições ou sistemas – vizinhança, escola, hospitais, igreja, etc.

Mulheres donas de casa em situação de pobreza e vulnerabilidade social vivem tudo isso além de contar com experiências mais difíceis. Vale lembrar o grande número de mulheres donas de casa que não têm estrutura mínima em suas residências e precisam andar quilômetros para buscar água, como acontece nos interiores do Brasil e em outras partes do mundo, como aponta pesquisa realizada sobre as donas de casa numa área de extrema pobreza de Maputo/Moçambique (Matshinhe, 2012). Tudo isso onera a qualidade de vida, e, portanto, a saúde física e mental de mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o tema *dona de casa* constitui um desafio. Embora algumas autoras tenham se interessado pela questão no campo dos estudos de gênero e dos estudos sobre mulheres, a presença dessa temática ainda é escassa, em especial no Brasil e, ainda mais, na Psicologia.

Tanto o ser dona de casa quanto o problematizar essa experiência constitui um processo sem muita interlocução acadêmica e social.

Para muitas/os o trabalho doméstico reforça um lugar invisível da mulher e que precisa ser desfeito, para outras/os há a necessidade de se promover condições e debates para que a ocupação desse espaço seja legítima e mais adequada (Lloyd & Johnson, 2000). Não por acaso vemos na literatura (Bardwick, 1981; Goodrich et al, 1990, Méndez, 2005) que feministas criticaram ativamente o lugar das “rainhas do lar”, ao passo que muitas mulheres com argumentos “no caminho da felicidade familiar” defendiam os seus posicionamentos numa contrarreforma feminista (Merchant, 2014).

Esses conflitos em torno dos papéis e da domesticidade feminina não são exclusivos do Ocidente. Conforme afirma Ho (2007), em Hong Kong, por exemplo, mulheres relatam a dificuldade de lidar com a identidade de ser Si-Nais (donas de casa de meia-idade). O que outrora fora expressão de respeito, atualmente tem sido um estigma, devido à entrada massiva da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas – a título do que ocorre no Brasil. A autora aponta que as mulheres exclusivamente donas de casa passam a ser denominadas como “outras” pelas próprias feministas. Todavia, uma estratégia utilizada pelas mulheres daquele país, é conscientizar-se de que os rótulos são mecanismos de controlá-las e diminuir suas contribuições. Ademais, elas investem em não perderem seus interesses pessoais ao desempenhar o papel de donas de casa (Si-Nais).

O fato é que o famoso conflito entre novos e velhos papéis continua. Enquanto muitas lutam pela igualdade de espaços e poder, outras afirmam ser felizes onde estão e querem poder ter essa escolha afirmada e valorizada socialmente, sem ser julgadas ou desqualificadas. A exemplo do ativismo radical das donas de casa que ocorre no Estados Unidos (Merchant, 2014),

ou ainda, na perpetuação da centenária Escola Doméstica⁶ para meninas no Brasil, não se pode esconder que as estruturas sociais e a divisão sexual do trabalho são mantidas.

Lutz (2007) aponta que feministas da Europa defendem a criação de mecanismos que deem oportunidade para as mulheres romperem com o isolamento da domesticidade. Um desses mecanismos é a criação de creches integrais nos países nórdicos e na França ou os processos que visam instrumentalizar os pais para cuidarem de crianças pequenas pelo menos em um dia da semana como ocorre nos Países Baixos. Esses e outros aparentes benefícios, como é o caso do salário-trabalho e apoio do Estado às mães russas em 2006, visando incentivar a fertilidade (Rotkirch, Temkina & Zdravomyslova, 2007), devem ser problematizados para não reforçar o papel tradicional e a posição inferior no mercado de trabalho que as mulheres possuem.

Finaliza-se esse artigo com o desejo de incomodar e provocar a academia e a sociedade a (re)pensar a condição de mulheres donas de casa no século XXI. Ao chamar a atenção para a necessidade de se discutir dimensões políticas, sociais, culturais, históricas e psicológicas das experiências de mulheres donas de casa, esse trabalho visa contribuir para a reflexão acerca de discursos e de práticas que buscam problematizar a respeito da realidade de grande parte da população feminina, no Brasil e no mundo.

BIBLIOGRAFIA

Akalin, A. (2007). Hired as a caregiver, demanded as a housewife becoming a migrant domestic worker in Turkey. *European Journal of Women's Studies* 14(3), 209–225. Disponível em: <http://www.sagepub.com/content/14/3/209>.

⁶ O exemplo faz referência a Escola Doméstica (ED) existe em Natal, Capital do Rio Grande do Norte. Além de oferecer o ensino fundamental e médio “confere às alunas, além dos conhecimentos curriculares convencionais, uma formação voltada para o papel da mulher na família e na sociedade, através de disciplinas teórico-práticas que tratam do convívio social, economia doméstica, educação alimentar, conforto habitacional, puericultura e administração de casa”. Informações retiradas do site da Escola www.escoladomestica.com.br, em 08 de março de 2014.

- Anderson, B. (2007). A very private business: exploring the demand for migrant domestic workers. *European Journal of Women's Studies* 14(3), 247–264. Disponível em: <http://ejw.sagepub.com/content/14/3/247>.
- Andrade, L., Viana, M. & Silveira, C. (2006). Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na mulher. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33(2), 43-54. Disponível em: <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol33/n2/43.html>.
- Araújo, C. & Scalón, C. (2005). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Araújo, T., Pinho, P. & Almeida, M. (2005). Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sócio-demográficas e o trabalho doméstico. *Revista Brasileira de Saúde e Maternidade Infantil*, 5(3), 337-348.
- Badinter, E. (1986). *Um é o outro; relações entre homens e mulheres*. (C. Gomes, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2005). *Rumo equivocado*. (V. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bardwick, J. (1981). *Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas*. (W. Roselli, Trad.) São Paulo: Difel.
- Breen, R. & Cooke, L. (2005). The persistence of the gendered division of domestic labour. *European Sociological Review*, 21(1), 43-57.
- Bruschini, C. (2006). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? *Revista Brasileira de Estudos Populares*, 23(2), 331-353.
- Bruschini, C. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*. 37(132), 537-572. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003.
- Carrasco, C. (1988). Notas para un tratamiento reproductivo de trabajo doméstico. *Cuadernos de Economía*. 16, 1-20. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/5491>.
- Carrasco, C. (1992). El trabajo de las mujeres: producción y reproducción (Algunas notas para su reconceptualización). *Cuadernos de Economía*. 20, 95-109. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2686229>.
- Carrasco, C. (2006). La paradoja del cuidado: necesario pero invisible. *Revista de Economía Crítica*, 5, 39-64. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1972570>.
- Cyrino, R. (2011). A gestão do trabalho doméstico entre as mulheres executivas. *Revista de Ciências Políticas*. 34, 145-162. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/12187>.
- Delfino, M. (2012). Desocupación, trabajo doméstico y desigualdad: una mirada desde

- el uso del tiempo en Rosario, Argentina *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 785-808. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300010.
- Diniz, G. (2004). Mulher, trabalho e saúde mental. In W. Codo. (Org.), *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho* (pp.138-195). Petrópolis: Vozes.
- Diniz, G. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp. 11-26). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diniz, G. (2013). Até que a vida - ou a morte - os separe: análise de paradoxos das relações violentas. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência* (pp. 191-216). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Duchen, C. (1991). Occupation housewife: the domestic ideal in 1950s France. *French Cultural Studies*, 2(1), 1-11. Disponível em: <http://frc.sagepub.com/content/2/4/01>.
- Duff, M. (2007). Doing the dirty work: gender, race, and reproductive perspective. *Gender & Society*. 21, 313-336. Disponível em: <http://gas.sagepub.com/content/21/3/313>.
- Durán, M. (1983). *A dona-de-casa: crítica política da economia doméstica*. (Y. Fernauto & W. Cappeler, Trans.). (Coleção Tendências, vol.5). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Goodrich, Rampage, Ellman & Halstead (1990). *Terapia feminista da família*. (R. Garcez, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Heisig, J. (2011). Who does more housework: rich or poor? A comparison of 33 countries. *American Sociological Review*, 76(74), 74-99. Disponível em: <http://asr.sagepub.com/content/76/1/74>.
- Ho, P. (2007) Desperate housewives: the case of chinese si-nais in hong kong. *Journal of Women and Social Work*, 22(3),255-270. Disponível em: <http://aff.sagepub.com/content/22/3/255>.
- Jorge, E. & Oliveira, M. (2007). Violência contra mulher: sofrimento psíquico e adoecimento mental. *Rev. RENE*. 8(2), p. 93-100. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/658>.
- Kergoat, D. (2003). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In M. Emílio, M. Teixeira, M. Nobre e T. Godinho (orgs.), *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas* (pp. 55-64). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.
- Linhares, A. (2001). *Motivações e projetos de mulheres maduras, mães e adolescentes*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. (M. Machado, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Lloyd, J. & Johnson, L. (2000). The three faces of eve: the post-war housewife, melodrama and home. In A. Koivunen e S. Paasonen (orgs.), *Conference proceedings for affective encounters rethinking embodiment in feminist* (pp.138-151). Turku: Media studies.
- Lutz, H. (2007). Domestic word. *European Journal of Women's Studies*. 14(3), 187-192. Disponível em: <http://ejw.sagepub.com/content/14/4.toc>.
- Marx, K. (1988). *O Capital*. Livro I, volume I. 3ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural.
- Matshinhe, C (2012). Percepções e representações sobre trabalho doméstico de mulheres donas de casa no bairro das Mahotas em Maput. (Dissertação de conclusão de curso de Antropologia). Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique. Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/3931/1/Trabalho%20final%20em%20pdf.pdf>.
- Melo, H., Considera, C. & Sabbato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam. *Economia e sociedade*, 16(3), 435-454.
- Melo, H., Considera, C. & Sabbato, A. (2013). 10 anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. In *35ª Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR)*, Rio de Janeiro, Brasil.
- Melo, H., Soares, L., Soares, C. (2006). Aposentadoria da dona de casa – Nota técnica. *Gênero. Niterói*. 2(2)/7(1), 241-252. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/355/267>.
- Mello, S. (2011). Um trabalho naturalmente feminino? Discussões feministas do Cone Sul (1970-1990). *Tempo e Argumento*, 3(10), 210-231. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303012011210/1711>.
- Méndez, N. P. (2005). Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Revista Mulher e Trabalho*. 5, 51-63. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2712/3035>.
- Merchant, E. (2014). *Radical housewife activism: subverting the toxic public/private binary*. Tese de Bacharelado em Arte do Pomona College. Disponível em: http://scholarship.claremont.edu/pomona_theses/101.
- Moghadam, V. (1999). Gender and globalization: female labor and women's mobilization. *Journal of World-Systems Research*, 2, 367-388. Disponível em: <https://workfamily.sas.upenn.edu/wfrn-repo/object/jr5i9ym9ui14582f>.
- Moral, González & Landero (2011). Estrés percebido, ira y burnout em amas de casa mexicanas. *Revista ibero-americana de psicologia y salud*. 2(2), 123-143. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=238174>.

- Noonan, M., Estes, S. & Glass (2007). Do workplace flexibility policies influence time spent in domestic labor? *Journal of Family Issues*, 28(3), 263-288. Disponível em: <http://jfi.sagepub.com/content/28/2/263>.
- Ornstein, M & Stalker, G. (2013). Canadian families' strategies for employment and care for preschool children. *Journal of Family Issues*, 34(1), 53-84. Disponível em: <http://jfi.sagepub.com/content/34/1/53>.
- Picchio, A. (1992). *Social reproduction the political economy reproduction of the labour Market*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Reed, E. (1980). *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. (M. Maranhão & E. Marie, Trans.). São Paulo: Proposta Editorial Ltda. e Editora Versus Ltda.
- Rotkirch, A. Temkina, A. & Zdravomyslova, E. (2007). Who helps the degraded housewife? Comments on Vladimir Putin's demographic speech. *European Journal of Women's Studies*, 14(4), 349-357. Disponível em: <http://ejw.sagepub.com/content/14/4/349>.
- Saffioti, H. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.
- Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Salih, J. (2001). Once again, sisterhood is not global: gender relations, migration and domestic work in Italy. *The European Journal of Women's Studies* 8(4), 514-516. Disponível em: <http://ejw.sagepub.com/content/8/4/514.citation>.
- Santos, L. (2008). *Profissão: do Lar. A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade feminina*. (Dissertação de Mestrado) Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Santos, E., Siqueira, M. (2010). Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 59(3), 238-246. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852010000300011.
- Secretaria de Políticas para as Mulheres (2013). *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM)*. Brasília: Autor.
- Senicato, C. & Barros, M. (2012). Diferenças em saúde entre trabalhadoras e donas de casa: estudo de base populacional em Campinas. In *Memorias Convención Internacional de Salud Pública*. Cuba Salud.
- Stapleford, T. (2004). "Housewife vs. economist": gender, class, and domestic economic knowledge in twentieth-century america. *Labor: Studies in Working-Class History of the Americas*, 1(2), 89-112. Disponível em: <http://labor.dukejournals.org/content/1/2/89.citation>.

- Steiner, M. (2005). Saúde mental das mulheres: o que não sabemos? *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Editorial. 27(Supl II): S41-S42. Disponível em: www.abp.org.br/download/revista_debates_nov_dez_2012.pdf.
- Torres, C. (1989). El trabajo domestico y las amas de casa: El rostro invisible de las mujeres. *Revista del Departamento de Sociologia*. 4(10), 145-176. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4397490>.
- Vianna, C. & Diniz, G. R. S. (2014). Gênero, feminismos e saúde mental: implicações para a prática e pesquisa em psicologia clínica. In V. Zanello e A. P. M. Andrade (Orgs), *Saúde Mental e Gênero: Diálogos, Práticas e Interdisciplinaridade* (pp. 81-106). Curitiba: Editora Appris.
- Wolters, P. & Whitehouse, G (2011). A limit to reflexivity: the challenge for working women of negotiating sharing of household labor. *Journal of Family Issues XX(X)*, 1-23. Disponível em: <http://jfi.sagepub.com/content/early/2011/12/12/0192513X11431566>.
- Zanello, V. & Silva, R. (2012). Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bioética*, 20(2), p.267-279. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745

ARTIGO 2

SAÚDE MENTAL DE MULHERES DONAS DE CASA: UM OLHAR FEMINISTA-FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL⁷

As influências da cultura na saúde mental é um tema que merece atenção. As interfaces que os contextos sociais e econômicos possuem como elementos propiciadores de transtornos mentais já são apontadas pela literatura. Todavia, há parcelas da população que raramente são contempladas nas investigações acadêmicas. A saúde mental de mulheres donas de casa ainda é um tema invisível, assim como o seu trabalho. O objetivo desta pesquisa foi compreender as condições de saúde mental de mulheres donas de casa e os fatores geradores de adoecimentos decorrentes das relações experienciadas consigo mesmas (*Eigenwelt*), com o outro (*MitWelt*) e com o meio (*UmWelt*) a partir de uma perspectiva feminista-fenomenológica-existencial. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez mulheres, exclusivamente donas de casa, casadas e com filhos(as). A análise das entrevistas foi feita através da Análise de Discurso. Foram encontradas três categorias: 1) Espaço doméstico, (in)visibilidade e (des)valorização; 2) Relações de (des)amor e seus desdobramentos e 3) Donas de casa: donas da própria vida? Os resultados apontam que o trabalho das donas de casa, realizado no espaço privado e sem remuneração, é visto como improdutivo e desvalorizado por parte da sociedade. Frente à falta de autonomia econômica e à falta de reconhecimento de seus familiares, as donas de casa também têm dificuldades de reconhecer seu valor, fator que potencializa o comprometimento de sua saúde mental.

Palavras-chave: Donas de casa; Saúde Mental; Fenomenologia; Existencialismo

MENTAL HEALTH OF HOUSEWIVES: A FEMINIST-PHENOMENOLOGICAL-EXISTENTIAL PERSPECTIVE

The influences of culture on mental health are an issue that deserves attention. The interfaces that the social and economic contexts have as causes of mental disorders have already been identified in the literature. However, there are segments of the population that are rarely addressed in academic research. The mental health of housewives remains an invisible issue, as well as their work. The objective of this research was to understand the mental health conditions of women who are homemakers and to identify factors that may be the cause of illnesses arising from their relationships with themselves (*Eigenwelt*), with others (*Umwelt*) and with their environment (*Mitwelt*) based on a feminist-phenomenological-existential perspective. Semi structured interviews with ten women, who are exclusively housewives, married with children were performed. The data analysis used the Discourse Analysis. Three categories were found: 1) Domestic place, (in)visibility and lack value; 2) (Un)loving relationships and its consequences and 3) Housewives: owners of their own lives? The results show that the work of housewives, performed in private and unpaid, is seen as unproductive and therefore is devalued by society. Housewives face a lack of economic autonomy and a lack of family recognition, therefore, they also have difficulties in recognizing their own value, a factor that may enhance the risk of compromising their mental health.

Keywords: Housewives; Mental Health; Phenomenology; Existentialism

⁷ Parte desse Artigo foi apresentado no X Congresso Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa e XV Congresso Internacional da Abordagem Centrada na Pessoa, em 2013, Cumbuco/CE.

INTRODUÇÃO

Ser dona de casa coloca mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa questão vem sendo apontada desde 1890 quando a escritora feminista norte-americana Charlotte Perkins Gilman escreveu a respeito do declínio de uma esposa confinada em seu lar (Goodrich, Rampage, Ellman & Halstead, 1990). A problemática tomou maior proporção em 1963 com a publicação do *Best Seller* norte-americano ‘Mística Feminina’ escrito por outra feminista norte-americana, Betty Friedan (1971), que teve um papel importante na chamada segunda onda dos feminismos. Filmes e seriados estadunidenses que retratavam a vida cotidiana transitavam entre mostrar mulheres donas de casa ora gozando de completa felicidade e realização e ora em situação de conflito e infelicidade. É necessário, portanto, compreender o impacto das relações de gênero na construção da identidade da mulher dona de casa e suas repercussões na saúde mental.

É importante verificar como as assimetrias entre homens e mulheres – quer seja pela diferença anatômica e funcional de seus corpos, quer seja pelas condições sociais e pelas expectativas de papéis – deixam as mulheres expostas a fatores de risco para sua saúde física e mental. Riscos esses decorrentes, muitas vezes, da multiplicidade de papéis desempenhados e das inúmeras situações estressoras às quais as mulheres estão mais vulneráveis. Tais vulnerabilidades relacionais, associadas aos processos biológicos – menarca, gravidez e menopausa – e agravadas por questões sociais e econômicas, tais como as violências e a feminilização da pobreza, podem comprometer a saúde mental de mulheres (Diniz, 2004; Steiner, 2005; Vianna & Diniz, 2014).

Estudos epidemiológicos realizados por Andrade, Viana e Silveira (2006) apontam para uma inegável diferença de gênero quanto à incidência, prevalência e curso de transtornos mentais. Tanto as condições orgânicas, quanto, principalmente, as realidades sociais às quais

as mulheres estão submetidas, favorecem um ambiente interno propício à maior ocorrência de problemas psicológicos, tais como depressão, ansiedade, distúrbios alimentares e transtornos associados ao ciclo reprodutivo. Segundo as autoras, as mulheres são mais acometidas por transtornos afetivos, ansiosos, dissociativos e alimentares que os homens. A bulimia chega a atingir, por ano, 28,8 em cada 100.000 mulheres e apenas 0,8 em cada 100.000 homens.

A depressão acomete duas mulheres para cada um homem e é a principal causa de incapacidade laboral. Além disso, foi visto que o suicídio aparece como a segunda causa de morte de mulheres na faixa etária entre 15 e 44 anos (Andrade, Viana & Silveira, 2006). A tentativa de suicídio é mais comum em mulheres do que em homens, e ocorre, majoritariamente, entre as domésticas, donas de casa e estudantes (Souza, Minayo & Cavalcante, 2006). Como motivação para os episódios o estudo apontou “o patriarcalismo, a vida muito fechada em casa e sem apoio de redes sociais, a violência intrafamiliar e a vitimização por abusos físicos, psicológicos, negligências e violência sexual” (p. 1341).

Esses dados de violência contra as mulheres são corroborados pelos registros do Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que apontaram 88.667 relatos de violência em 2012, sendo 90% ocorridos no espaço doméstico, 89% praticada por homens com quem a vítima teve ou tem relação afetiva. Entre os relatos, 57% são de violência física, 27% psicológica, 12% moral, 2% sexual, 1,6% patrimonial e 0,4% referentes a outros tipos de violência (cárcere, tráfico, etc.). Dos casos registrados, 51% indicam risco de morte e cerca de 43% representam risco de suicídio, perda de bens, espancamento, sofrimento de danos psíquicos graves, etc. (Secretaria de Política para as Mulheres [SPM], 2012). Fica evidente que o espaço doméstico pode se constituir em um espaço de risco para muitas mulheres. O que é corroborado por Diniz (2011; 2013) e Vianna e Diniz (2014) ao analisar que as interações entre gênero e violência constituem fator de risco para a saúde mental de mulheres ao longo do ciclo vital.

Mulheres com sobrecarga de atividades domésticas apresentam taxas de Transtornos Mentais Comuns (TMC) mais elevados. A ocorrência maior foi de transtornos de humor depressivo/ansioso – nervosismo, tristeza, irritabilidade, choro, e sintomas somáticos – dor de cabeça, insônia, dor estomacal, cansaço e perda de ânimo, especialmente em mulheres de baixa renda e com pouca escolaridade (Araújo, Pinho & Almeida, 2005). Esses dados são semelhantes aos encontrados por Zanello e Silva (2012) em pesquisa realizada em que 60% dos prontuários das mulheres apresentavam sintomas de Transtornos Mentais Comuns, sendo que em 33% dos casos as pacientes eram donas de casa.

Estudo realizado por Gonçalves e Kapczinski (2008) também constatou que mulheres donas de casa estão mais propensas a terem Transtornos de Humor, Ansiedade e Transtornos Somatoformes (THAS). O grau de risco é piorado pelo fato de ser mulher, ter baixa escolaridade e situação ocupacional desfavorável, e provavelmente por estarem mais suscetíveis a eventos estressores e ao desequilíbrio entre dominação e subordinação econômica, política e social.

Estes estudos epidemiológicos ou com temáticas específicas demonstram o grau de comprometimento da saúde mental das donas de casa. Pesquisa sobre saúde mental e informalidade do trabalho mostra que 43,7% das pessoas portadoras de Transtornos Mentais Comuns (TMC) são inativas, incluindo as donas de casa (Ludemir, 2005). Outra pesquisa revela maior prevalência de donas de casa nos casos de depressão pós-parto (Ruchi et al, 2007). Há ainda representatividade dessas mulheres no estudo sobre estresse e qualidade de vida realizado por Sadir, Bignotto e Lipp (2010), chegando a ser o maior grupo verificado que faz uso de psicotrópicos para tratamento de ansiedade e depressão (Lima et al, 2008).

Santos (2008) verificou que o espaço doméstico, local onde as mulheres donas de casa passam a maior parte de suas vidas, de fato, pode representar um fator de risco para a saúde física e mental dessas mulheres. Entre os aspectos potencializadores de danos estavam a jornada repetida e inacabada das atividades realizadas; o contato com produtos tóxicos e objetos

perfuro-cortantes; a falta de lazer e descanso; a falta de autonomia econômica; e, muitas vezes a repressão sexual e/ou submissão ao domínio do marido, o que pode interferir inclusive na satisfação conjugal.

Os dados apresentados apontam, como afirma Diniz (2004), que a saúde mental das mulheres não deve ser compreendida como algo individual, interno de cada pessoa, mas como “resultado da inter-relação dinâmica entre processos de naturezas diversas” (p. 114). A autora chama atenção para as interações entre os fatores biológicos, os aspectos sociais, econômicos, o acesso a bens e serviços, as diferenças culturais e etárias, os vínculos relacionais, e os aspectos relativos à educação, raça/etnia, classe que correlacionados podem afetar a saúde física e mental das pessoas.

Esse argumento encontra respaldo na teoria fenomenológica-existencial que compreende o ser humano como ser-no-mundo, e, com isso, analisa as possibilidades de adoecimento como um desdobramento dos (des)equilíbrios das relações eu-mundo. Pensamento esse ancorado na analítica do *Dasein* de Heidegger e proposta na psicopatologia binswangeriana do ser-aí, ser-no-mundo-em-relação, que pauta uma clínica do *Lebenswelt* (mundo vivido) e que permite articular teoria e prática de uma forma ética e cuidadosa à expressão do Ser (Moreira, 2011). Logo, mais do que investigar sintomas ou dados isolados, busca-se, nessa perspectiva, compreender as experiências vividas pelas pessoas e a atribuição de sentidos que conferem às mesmas, fator que pode afetar a saúde mental.

O entendimento proposto é o de que “o fenômeno é bem mais que o sintoma, pois, indissolivelmente, ele comporta o constituinte e o constituído, a manifestação externa e seu significado como condição transcendental de possibilidade” (Tatossian, 2012, p. 153). Dessa forma, acredita-se que “a saúde é relacional, não é um fenômeno em si mesmo (...). Não é uma causa, é efeito de uma série de variáveis que se inter e intracruzam, formando uma unidade

funcional, visível” (Ribeiro, 2007, p. 89). A saúde mental compreendida dessa maneira é vista como um processo complexo.

É nossa proposta compreender dimensões da saúde mental de mulheres donas de casa, em consonância com o olhar fenomenológico-existencial, que na leitura de Binswanger, é pautado pelos modos simultâneos de ser no mundo: *Umwelt*, que significa “mundo ao redor”, mundo natural e material; *Mitwelt* que é o mundo dos inter-relacionamentos, o mundo com o outro; e o *Eigenwelt* que é o “mundo próprio”, o “eu”, que inclui autoconsciência e percepção de si mesmo e dos significados das coisas (Moreira, 2011).

A intenção é, portanto, problematizar a respeito dos modos simultâneos de ser no mundo dessas mulheres: 1) conhecer as atividades (in)visíveis desenvolvidas em ambiente doméstico e sem remuneração que podem se configurar numa relação (des)estruturada com o meio (*Umwelt*); 2) identificar os papéis e funções familiares e sociais que as donas de casa assumem e o fato de que nem sempre esses papéis e funções são valorizados nas relações estabelecidas com os outros (*Mitwelt*), em função da “condição feminina” que reforça a atuação no espaço doméstico e privado como atribuição de gênero; e 3) apreender a compreensão que possuem a respeito de si (*Eigenwelt*), o que pode significar um “self interditado”, sem poder e sem flexibilidade, ou seja, com possibilidades e autonomia cerceadas. Todos esses fatores se tornam agentes potencializadores de desequilíbrio interno e de desarmonia existencial e podem comprometer a saúde mental.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve por objetivo compreender aspectos da saúde mental de mulheres donas de casa e as possibilidades de adoecimento decorrentes de suas relações consigo mesmas, com os outros e com o seu meio familiar e social. A análise da experiência dessas mulheres foi feita com base nas perspectivas da crítica feminista, da psicopatologia fenomenológica e da clínica existencial.

MÉTODO: O CAMINHO DOS SENTIDOS

A escolha por um paradigma de pesquisa, pela conduta da investigação, deve ser associada à teoria, aos aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos por parte do(a) pesquisador(a) afirmam Narvaz e Koller (2006). Tal postura é fundamental especialmente quando a investigação é identificada como tendo um recorte feminista, uma vez entendido o feminismo como um campo tanto político quanto teórico-epistemológico.

Foi feita, portanto, opção por uma metodologia qualitativa para a realização desta pesquisa por permitir que a investigadora compreenda as pessoas pesquisadas como são, sem definições anteriores que arriscariam comprometer a expressão dos sentidos pessoais das participantes. Lançou-se mão do estudo de casos múltiplos por acreditar que essa estratégia facilita a compreensão ampla do fenômeno que se pretende investigar, ao permitir identificar tanto o que é comum quanto o que é particular a cada caso. Trata-se de uma investigação científica de uma unidade específica – dimensões da saúde mental de mulheres donas de casa – segundo critérios determinados, e que se “propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado” (Alves-Mazzotti, 2006, p.650).

Participantes

Foram contatadas 10 (dez) mulheres donas de casa, moradoras do Distrito Federal, com perfis socioeconômicos diferentes. Para serem elegíveis essas mulheres necessitavam ser ou estar exercendo a função de donas de casa há, no mínimo, 1 (um) ano, ter filhos(as) e possuir algum tipo de vínculo afetivo conjugal heteronormativo. A intenção foi compor uma amostra de conveniência, através da qual fosse possível compreender diferentes vivências de mulheres donas de casa e seus impactos na saúde mental. As idades das participantes variaram entre 23

(vinte e três) e 79 (setenta e nove) anos. A renda familiar variou entre R\$1.600,00 e R\$11.000,00. Elas estavam casadas há, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 61 (sessenta e um) anos, e possuíam filhos/as em diversas faixas etárias. Seis dentre as dez não possuíam qualquer fonte de renda própria; 2 (duas) contavam com renda advinda de aposentadoria; 1 (uma) cuidava de crianças das vizinhas e 1 (uma) vendia artesanato para ter alguma renda. Em termos educacionais, apenas 1 (uma) tinha curso superior, 2 (duas) tinham ensino médio, 1 (uma) tinha fundamental completo, 5 (cinco) tinham fundamental incompleto e 1 (uma) nunca estudou. Sete dentre as dez participantes já haviam trabalhado fora em algum momento de suas vidas, antes ou após o casamento.

Instrumentos

Foram aplicados dois instrumentos:

- a) *Questionário sócio demográfico*: Esse instrumento (Anexo 1) teve por objetivo delimitar o perfil de cada participante.
- b) *Entrevista semiestruturada*: Esse instrumento (Anexo 2) é composto por perguntas abertas com o objetivo de compreender como as mulheres percebem e atribuem sentido à sua experiência como donas de casa. O roteiro foi elaborado a partir da revisão da literatura bem como de estudo anterior com temática similar (Santos, 2008).

Procedimentos

As participantes foram contatadas pela pesquisadora responsável por intermédio de pessoas do ciclo de convivência da mesma, de acordo com os critérios estabelecidos para participação nessa pesquisa. A entrevista com as donas de casa foi realizada nas próprias

residências, o que permitiu o conhecimento *in loco* do espaço físico em que as participantes habitam e desempenham suas atividades laborais.

Foi realizado um único encontro com cada participante, dividido em três momentos:

- 1) Escolha de lugar mais adequado para a realização da entrevista visando à privacidade e não exposição da fala das participantes; estabelecimento de *rapport*; leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3);
- 2) Realização das entrevistas, gravadas com o consentimento das participantes, que foram realizadas em forma de conversas para imprimir maior naturalidade ao processo. Conforme pontua Nicolaci-da-Costa (2007), a adoção de uma postura mais “aberta” facilita uma escuta livre e um posicionamento clínico que busca alcançar o significado dado às experiências pelas participantes, ou seja, além da fala puramente verbalizada; e
- 3) Aplicação do questionário sócio demográfico, que todas responderam de próprio punho e colocaram em um envelope fornecido pela pesquisadora. Cada encontro durou, em média, 80 minutos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: OS SENTIDOS DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES DONAS DE CASA E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL

As donas de casa

A Participante 1 (P1) tem 23 anos, ensino fundamental incompleto, tem vínculo estável há 8 anos e desde o início deste é, exclusivamente, dona de casa. Há cerca de dois anos teve uma experiência profissional como secretária que durou apenas 3 meses, devido aos ciúmes do esposo e necessidade de cuidar das crianças pequenas. Ela tem 1 (um) filho com 8 anos 1 (uma)

filha com 5 anos. Não possui nenhuma fonte de renda e seu companheiro recebe menos de três salários mínimos, trabalhando como motorista.

A Participante 2 (P2) tem 40 anos, possui ensino fundamental incompleto, é casada há 23 anos. Trabalhava como empregada doméstica na casa de seu atual esposo quando engravidou dele e se casou. Não possui fonte de renda fixa, mas vende alguns artesanatos que, em média, chega a render meio salário mínimo por mês. Ela tem 4 (quatro) filhas (três jovens e uma criança com 4 anos), todas coabitando com ela e com o marido, que é caminhoneiro. A renda familiar é próxima a cinco salários mínimos.

A Participante 3 (P3) tem 47 anos, possui ensino médio completo, é casada há 20 anos. Já trabalhou fora como cabeleireira e foi proprietária de um salão de beleza, mas parou há 08 anos por não conseguir conciliar as atividades familiares e profissionais. Tem uma aposentadoria que lhe rende um salário mínimo. Ela tem um filho e uma filha jovens, sendo que apenas o rapaz mora com ela. A renda do marido, funcionário público, fica em torno de R\$ 6.000,00.

A Participante 4 (P4) tem 55 anos, ensino fundamental incompleto e é casada há 25 anos. Trabalhava fora em comércio familiar, mas parou quando foi se casar porque com a renda do marido não seria necessário trabalhar e preferiu cuidar das filhas. Ela tem 2 (duas) filhas jovens que moram com ela. Não possui qualquer fonte de renda própria e seu marido recebe em torno de R\$ 11.000,00.

A Participante 5 (P5) tem 43 anos, ensino superior completo, é casada há 27 anos e trabalhou fora até os primeiros meses de casada, quando acordado com o esposo – funcionário público – de não trabalhar para se dedicar à casa e à família. É totalmente dependente financeiramente do esposo que recebe mais de dez salários mínimos. Tem 2 (duas) filhas e 1 (um) filho jovens, sendo que uma delas não mora com ela.

A Participante 6 (P6) tem 70 anos, ensino médio completo, é casada há 55 anos e está aposentada. Trabalhou fora antes de casar e após casada decidiu ser costureira em sua própria residência para obter alguma renda e poder acompanhar o crescimento dos filhos. Ela tem 1 (um) filho e 1 (uma) filha adultos que não moram com ela. Atualmente tem uma renda próxima a R\$ 4.000,00 de sua aposentadoria e de seu marido, que é tetraplégico.

A Participante 7 (P7) tem 79 anos, ensino fundamental completo, e é casada há 61 anos. Nunca trabalhou fora porque nem o pai nem o esposo deixaram. Ela tem 6 (seis) filhos/as adultos (três homens e três mulheres) dos quais uma reside com ela. A renda familiar gira em torno de 6 salários mínimos, provenientes do trabalho da filha e aposentadoria do marido, que era funcionário público.

A Participante 8 (P8) tem 74 anos, ensino fundamental incompleto, 52 anos de casada e 3 (três) filhos/as adultos (dois homens e uma mulher), sendo que um deles é casado e não coabita com ela. Ela nunca trabalhou fora e depende da renda do esposo, comerciante, e filhos/as, algo em torno de R\$ 4.700,00.

A Participante 9 (P9) tem 65 anos e nunca estudou. Ela trabalhava fora, como doméstica, mas parou quando casou porque o marido era viúvo e precisou cuidar dos 5 filhos dele. Ela é casada há 43 anos e tem duas filhas adultas, sendo que uma mora com ela. A renda familiar fica em torno de R\$ 3.500,00 provenientes do salário da filha e do marido que é aposentado.

A Participante 10 (P10) tem 36 anos, nunca estudou nem trabalhou fora. Após a gravidez precoce, se casou e se dedicou ao cuidado dos filhos. Fazia apenas faxinas na vizinhança. Atualmente, cuida de crianças da vizinha para obter alguma renda. Ela tem 19 anos de casada e 3 filhos adolescentes. A renda familiar chega a R\$ 1.600,00, quando além do trabalho de seu marido (R\$1.400,00), que é porteiro, ela recebe o pagamento da vizinha pelos serviços de cuidadora (R\$ 200,00).

Discursos das donas de casa

Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados por meio da Análise dos Discursos das participantes, por se compreender que este método é indicado para captar o significado da vivência cotidiana das participantes. A ênfase recai sobre suas experiências e sua maneira própria de pensar e existir. O que nos fez optar por esse método foi a articulação que ele permite entre linguagem e sociedade, permeada por um olhar para o contexto ideológico, ou seja, que relaciona o texto com seu entorno, a fala é situada socialmente, como ressalta Rocha-Coutinho (1998). Assim é possível analisar o texto, sua organização, em relação com o lugar social determinado, o que torna essa estratégia condizente com a postura feminista adotada ao longo do trabalho.

A partir das falas das participantes, atreladas aos objetivos desse trabalho, foram analisadas as seguintes categorias: 1) Espaço doméstico: (in)visibilidade e (des)valorização; 2) Relações de (des)amor e seus desdobramentos e 3) Donas de casa: donas da própria vida?

1. Espaço doméstico: (in)visibilidade e (des)valorização

Nessa categoria compreendeu-se como as donas de casa percebem seus trabalhos em relação com o meio (Umwelt). Aqui foram condensadas as falas sobre a importância do trabalho, inclusive para a identificação de gênero, bem como a invisibilidade, as atividades e as condições do trabalho doméstico. A maioria das participantes mencionaram o quanto as atividades realizadas por elas são importantes para a família, a exemplo:

Olha, eu acho que sou a base dessa casa, né? (...) eu acho que se não tiver aqui não anda, a casa não anda. (P1)

Aqui eu faço de um tudo (...) tenho que ser a base, né? Sou a responsável pra que tudo aconteça e esteja em seu lugar. (P2)

Sou o esteio dessa família! Fico feliz por poder realizar meu sonho de criança que era ter o meu lar e minha família. (P5)

Sei fazer tudo certo, de um bolo à contabilidade. Aprendi desde cedo. (P6)

Fui educada desde pequenininha para casar e ter filhos, pra ser uma boa dona de casa e sei que cumpro o meu papel. (...) Sou feliz por isso! (P8)

Nestas falas é notada a importância que elas acreditam possuir para manter o funcionamento e a organização do espaço doméstico e por contribuir para o bem-estar da família. Se evidenciam o quanto o espaço doméstico parece ser modelador da identidade feminina para essas mulheres e, ainda, um ambiente em que elas podem se sentir com autonomia e poder. Seria o lugar em que elas cumprem seu papel de mulher, impetrado pela sociedade e por elas reconhecido, fazendo-as valorizá-lo (Duchen, 1991; Lipovestsky, 2000). A atuação no espaço doméstico é vista como a concretização do ideal feminino de cuidados com a família, que trazem desde a infância (Torres, 1989).

No entanto, quando avaliam o espaço doméstico e a visibilidade de seus trabalhos no meio social em que vivem, foram categóricas:

A gente é assim, sem valor né? Se eu trabalhasse fora e tivesse o meu dinheiro certinho todo mês, fazendo as minhas coisinhas... aí sim! (P2)

Fazendo as coisas dentro de casa é assim: ninguém vê não! As pessoas não valorizam, nem dentro nem fora de casa. Dizem que a gente não se cuida. Mas quem vai se maquiar e colocar salto para lavar banheiro? (P4)

Ninguém vê nada não. É cada coisa que a gente escuta de marido e filhos... (P5)

Valorizam não. Pode até já ter valorizado no passado. Mas hoje em dia não. Tem que trabalhar, ganhar o seu pra darem valor. (P07)

As pessoas só dão valor quando não tem, quando não está feito. Tipo quando a gente adocece. Aí percebem porque eles têm que fazer e ver quantas coisas fazemos todos os dias. (P9)

Nos relatos das participantes fica evidente o paradoxo entre se auto reconhecer e dar a importância para os papéis desempenhados e atividades realizadas e, ao mesmo tempo, se

depreciar por não ter o reconhecimento desejado por parte da família e da sociedade. As falas apontam para a *invisibilidade* decorrente do trabalho ininterrupto e inacabado realizado no espaço doméstico e, também, para pela falta de valor está relacionada ao fato de esse trabalho não constituir renda para a família. No primeiro aspecto, em especial na fala da Participante 9, fica nítida a percepção de que o trabalho é invisível por ser constantemente feito, de forma rotineira e inacabada.

O trabalho da dona de casa, nesse sentido, pode ser comparado ao Mito de Sísifo de Camus (2008). Em seu ensaio filosófico o autor disserta sobre o ser humano e a busca de sentido. No último capítulo fala-se do Sísifo, da mitologia grega, que foi condenado a repetir a mesma tarefa de levar uma pedra pesada até o cume da montanha. No entanto, toda vez que chegava perto do topo uma força irresistível derrubava a pedra fazendo-o iniciar tudo novamente. É importante compreender, então, que as atividades das donas de casa são intermináveis, tal como para Sísifo. Os afazeres domésticos não são visíveis ou só aparecem quando não são feitos. É um trabalho inacabável. É uma rotina sem expediente certo, sem hora estipulada para intervalo, que demanda do corpo e da mente.

O segundo aspecto levantado e que reforça a invisibilidade do trabalho das donas de casa no espaço privado foi apontado por elas como sendo o fato de não contribuírem financeiramente para a renda familiar. O desejo em ocupar um espaço no mercado de trabalho remunerado esteve presente, em especial, nos discursos das participantes provenientes de classe social menos favorecida e/ou que não possuam renda fixa própria:

Eu quero muito trabalhar, muito! Eu quero ajudar financeiramente, trazer dinheiro pra dentro de casa, dividir as contas. (P1)

Eu já pensei sim que poderia ter trabalhado. Que era pra eu ter feito qualquer coisa para ter meu dinheirinho. Ter tido uma profissão por mais simples que fosse. Teria sido tudo diferente. (P2)

Querida ter trabalhado como as mulheres de hoje em dia. Seria tudo meio a meio aqui. Eu me sentiria melhor e mais valorizada por todos se contribuísse. (P9)

Eu não desisti. Estou só esperando eles [os filhos] crescerem. Daí vou poder arrumar um trabalho de verdade e ter o meu ali todo mês. (P10)

São intrigantes os discursos dessas donas de casa, tendo em vista o fato de três dessas quatro participantes terem trabalhado fora antes de casar ou até mesmo já após casada, como no caso da participante 1. Mostram ambivalência no fato de terem saído do trabalho para se dedicarem às famílias e permanecerem ocupando esse lugar e, ao mesmo tempo, desejarem ter um trabalho fora do lar e serem remuneradas.

O conflito gerado por terem “aberto mão” de suas experiências profissionais parece que está pautado na divisão de papéis e espaços atribuídos aos homens e às mulheres que, pelas diferenças biológicas, significou a divisão de trabalho produtivo e reprodutivo (Carrasco, 1988). Esse processo resultou na atribuição do serviço doméstico como função tradicional da mulher, realizada para as pessoas do círculo familiar (Mello, 2011; Torres, 1989). Decorre daí, também, a invisibilidade tanto das tarefas executadas quanto da pessoa que as executa, fator que impede o reconhecimento da importante contribuição que essas mulheres dão para a manutenção da força de trabalho, para a sobrevivência e para a manutenção da qualidade de vida da família.

Logo, o “*trabalho*” da dona de casa não atinge um caráter de trabalho, de contribuição produtiva e financeira familiar. Torna-se invisível para a família e para a sociedade, por mais que pesquisadores apontem que os afazeres domésticos representariam mais de 11% de aumento no Produto Interno Brasileiro se tais atividades fossem contabilizadas (Melo, Considera & Sabbato, 2013). É fundamental que se reconheça que é sobre as mulheres donas de casa que recaem as responsabilidades de cuidar das pessoas que compõem o mercado de trabalho, a mão de obra produtiva que recebe remunerações e adquire bens de consumo (Durán, 1983; Saffioti, 1978). Essa relação das donas de casa com o meio familiar e com a sociedade,

atinge proporção social e econômica muito maior e mais relevante do que é mensurado e reconhecido.

Essa relação com o meio familiar e social pode gerar mal-estar para as mulheres donas de casa ao promover uma incongruência entre a sua prática cotidiana e as respostas que elas recebem de não validação de seu esforço. A percepção de si pode ficar comprometida, e essa falta de reconhecimento se manifesta através do desejo de atender e/ou estar de acordo com o modelo social de trabalho produtivo, ou seja, de exercer um trabalho remunerado e ocupar um lugar na força de trabalho vista como produtiva. O fato é que muitas vezes o seu ideal pode ser impedido pela realidade (Friedan, 1971).

O mundo que nos circunda é um elemento fundamental para nos ajudar a entender quem somos. A casa das donas de casa é o espaço que as auxiliam na produção de suas subjetividades. Logo, a falta de reconhecimento social pode, também, afetar o juízo que as donas de casa têm sobre si e gerar a sensação de que não só o seu trabalho e o espaço doméstico que ocupa, mas elas próprias são ignoradas e desvalorizadas. Ou seja, se o espaço é invisível, quem o ocupa passa a ser também invisível.

Torna-se possível compreender que a desvalorização do trabalho doméstico e dos papéis assumidos comprometem a percepção que as donas de casa têm de si devido a essa relação com o meio – constituída também na relação com os outros. Forghieri (2004) aponta que a adaptação pode ser, muitas vezes, o modo mais apropriado do ser humano se relacionar com o meio. Essa adaptação certamente tem um custo alto para mulheres donas de casa, que podem se tornar um ser-para-os-outros, sem voz e sem projeto de vida próprio. Esse processo de invisibilidade afeta sua saúde mental.

2. Relações de (des)amor e seus desdobramentos

Nessa categoria foram agrupados os discursos a respeito das relações que as donas de casa possuem com outras pessoas. Com base na compreensão de *Mitwelt, ou seja*, de que a relação com o outro (o ser-com) é fundamental para nossa existência (Forguieri, 2004) e de que pode, portanto, também contribuir para os processos de adoecimentos (Moreira, 2011) buscamos verificar as possibilidades da saúde mental das participantes ser afetada a partir da significação de suas relações de afeto.

O relacionamento conjugal constitui um importante aspecto das relações estabelecidas no espaço doméstico. Chamou atenção o fato de que dentre as dez participantes dessa pesquisa apenas as duas mais jovens, uma de 23 e outra de 36 anos, apontaram demonstrações de afeto por parte de seus cônjuges para com elas, e de reconhecimento pelo fato de sua função de dona de casa contribuir, inclusive, financeiramente para a família – o que pode representar indícios das mudanças de papéis e visões de gênero nas gerações mais contemporâneas:

(...) porque ele reconhece o que faço. As economias, o cuidado com as coisas daqui, levar os meninos pra escola, tudo que a gente faz junto. Porque ele nem olha o preço das coisas no mercado, eu que troco essa marca pela outra que é mais barata. Até isso fazemos juntos. (P1)

Ele sabe o esforço que faço para contribuir e não depender só dele. E também reconhece o que faço por ele e pelos meninos. (...) Temos uma vida carinhosa e de trocas, as vezes até me ajuda a fazer as coisas de casa quando estou cansada. (P10)

Duas mulheres deram testemunhos da existência do dilema entre o real e o ideal. Disseram que viram no marido a figura do “príncipe encantado” porque antes de casar tinham uma realidade socioeconômica menos favorecida e o casamento proporcionou benefícios financeiros:

Eu tinha uma vida sofrida mesmo. Nunca tive nada. Mesmo que hoje não seja independente e que o dinheiro seja dele eu tenho acesso a tudo, tenho conta conjunta e não me falta nada, ele sempre arcou com tudo da família (P4).

Meu esposo é um presente pra mim. Me deu o sonho de uma casa linda, uma família. Eu morava mal, sem conforto nenhum. Agora, até a minha mãe ele ajudou (P5).

No mundo humano (Mitwelt) a pessoa desenvolve suas potencialidades. Contudo, essas participantes mostram mais as qualidades dos maridos do que de si mesmas. Esses relatos nos leva a questionar qual o desenvolvimento existencial dessas mulheres frente a uma dinâmica relacional com esse cenário – em que o marido representa, também, a ascensão social delas. A compreensão que se chega é de que as configurações de poder e assimetrias de gênero ficam ainda mais exacerbada, a exemplo dos discursos das demais participantes ao refletirem sobre suas relações conjugais, as percebendo como sendo pouco harmoniosas, conflitivas e/ou disfuncionais. Disseram, inclusive, que essa dinâmica marcada também pelo controle contribuiu para afastá-las do espaço público e do trabalho fora de casa:

Ele sentiu muito ciúmes, muito ciúmes quando eu passei a trabalhar, porque eu me arrumava, passava um batom, uma maquiagem, colocava um salto, saía e eu percebia que ele não gostava disso. (P1)

Ele sempre foi possessivo né? Meu esposo não deixa, até se for pra mim sair ali, bem ali, como se diz, ele marca hora, ele quer saber com quem que eu estava, quem que eu vou vê. (...) A gente não conversa, todas as vezes que a gente tenta fazer isso a gente briga, ele é muito ignorante, então fica por isso mesmo. (P2)

Sempre fui submissa. Não tinha respeito. Tinha medo. Sofri igual uma cachorra. Não tive permissão dele nem para me tratar. Ele me reprimia, me sufocava, maltratava com palavras, me diminuiu. Já fui tão torturada com cobranças, com brigas... (P3)

O marido sempre derruba você, nunca está bom o que você faz. O meu, dificilmente me valoriza. Faço de tudo e ele não vê nada. (P4)

Meu marido é mandão. Em tudo tenho que ceder. Me sinto inferior. (P5)

Meu marido era exigente, cheio de preconceito e ciumento. Não deixava eu trabalhar e fui me acomodando. (P6)

Já chorei muito. Ele era danado e namorador quando jovem. Dizia muitas coisas ruins comigo. Eu só aguentava tudo calada. (P7)

Trabalhar fora ele nunca achou bom não. Perguntava se faltava alguma coisa dentro de casa. Naquele tempo era assim. E para não discutir acabei ficando em casa mesmo. (P8)

Me sinto assim, desprezada. Tratada como uma coisa. Pior que empregada. Bater não. Mas tem palavras que doem e machucam muito mais, né? (P9)

Somos felizes. Mas sei que ele não gosta que eu saia, nem para ver a minha família. E se sair é quando ele não está. Se ele estiver tem que ser o tempo todo com ele se não reclama demais mesmo. (P10)

Ao levar esses relatos à letra da Lei 11.310 (Brasil, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha, pode-se observar vários discursos que revelam a presença de violência doméstica. O art. 7º, inciso II, apresenta a conceituação da violência psicológica que se enquadra nos textos lidos por causar dano emocional, diminuição da autoestima, prejuízo do pleno desenvolvimento, controle de ações e decisões, além da humilhação, isolamento, chantagem, insulto, vigilância constante, limitação do direito de ir e vir, entre outros fatos relatados pelas participantes. Fatos esses que podem provocar males físicos e psíquicos decorrentes de maus tratos vivenciados pelas mulheres no espaço doméstico (Diniz, 2011; 2013). Logo é possível afirmar que, dependendo de como essas mulheres signifiquem essas relações, elas podem provocar quadros crônicos de adoecimento psíquico, quando se avaliam as repercussões das experiências de violência na saúde mental das mulheres: ansiedade, baixas autoestima e autoconfiança, entorpecimento emocional, depressão, queixas somáticas, baixa concentração e atenção, apatia, entre outros (Medeiros, 2010).

Nessas falas é possível conferir, também, os sentimentos de ciúmes e os sentidos de posse por parte dos esposos das participantes. Essas mulheres foram e são assujeitadas/objetivadas/coisificadas pelos homens uma vez que eles se sentem seus donos. Na verdade, as falas sugerem relacionamentos regulados pelas relações assimétricas de gênero, potencializadas pelo poder econômico que eles possuem em detrimento delas. Principalmente, as mulheres que não possuem nenhuma fonte de renda fixa e são de classe baixa afirmaram que pelo fato de não trabalharem fora e por não disporem de recursos para contribuírem com o sustento da casa, ficam na posição de devedoras, ou até mesmo sujeitas a práticas semelhantes ao trabalho escravo:

Eu tenho que pedir pra ele, ele pergunta para que é, se não falar não dá, e dá reclamando, vira, briga, fala primeiro, paga sapo, depois dá. Eu acho que na cabeça dele se passa assim: dou um teto, dou comida, dou roupa, dou calçado, então não está fazendo mais de que a obrigação dela. (P2)

Aqui dentro eu não pego em um tostão. Só se for para comprar o que ele manda ou precisa. A comida que ele quer, o remédio dele, tudo é na hora. Pra mim mesmo nada. Só o que tem para comer e o teto mesmo, que pra ele já deve ser suficiente. (P9)

Esses relatos atuais encontram respaldo e eco no estudo de Reed (1980), realizado há mais de 3 décadas, que já apontava para o fato de que mesmo sendo chamadas de “rainhas-dolar”, o valor da dona de casa é diminuído por não produzir mercadorias ou excedentes a serem explorados pelo sistema capitalista. Geralmente, ocorre que o trabalho da dona de casa é significado como um serviço de troca. A atividade é desempenhada para o seu marido como uma obrigação, em troca pelo sustento financeiro que este oferece. Essa posição de subordinação está diretamente ligada à relação social institucionalizada pela família. O trabalho da mulher não tem a recompensa monetária – atributo econômico indispensável nas relações das sociedades capitalistas.

Até as participantes que vivem condições socioeconômicas melhor ou mesmo aquelas que têm fonte de renda própria acabaram mencionando algum aspecto que caracteriza a falta de autonomia financeira:

Ele sempre pergunta o que faço com o meu dinheiro. Quando peço alguma coisa ele já fala: E teu dinheiro já acabou? (P3)

Temos tudo junto. Cheque, cartão. Eu que compro tudo aqui pra casa. Quando ele sai deixa um dinheiro pra mim e eu só preciso dizer pra que é. Ele sempre diz que eu posso gastar. (P5)

Não sou filha de cega para sair pedindo! Queria meu dinheiro e trabalhava em casa mesmo. Porque esperar por ele eu nunca pude. Sempre gastou tudo com o que não presta e pra mim só depois de muita falação. (P6)

Aqui se verifica a necessidade de autorização ou prestação de conta aos maridos do dinheiro gasto. Esse controle econômico provoca desdobramentos na relação conjugal estabelecida com base no modelo tradicional de casamento onde homens e mulheres possuem

papeis bem demarcados. Os relatos das participantes expressam algumas das considerações apresentadas por feministas como Saffioti (1987) e Badinter (1986) a respeito da dominação masculina decorrente do poder econômico e da ocupação do lugar público na sociedade em detrimento da ocupação feminina do lugar doméstico. À luz do existencialismo pode-se dizer que a falta de autonomia e constante submissão produz um estado de “congelamento pelo outro” que limita o processo de atualização/crescimento/empoderamento dessas mulheres. Esse outro – marido – ao exercer múltiplas formas de controle, objetiva-as e as reduz “a uma totalidade acabada na qual se perde a condição de sujeito e se passa a ser-para-o-outro, na condição de objeto” (Teixeira, 1997, p.196).

Cabe problematizar em que medida a subjetividade das participantes, seus projetos de vida, desejos, relações sociais, espaço e tempo ficam condicionados a essas relações que as aprisionam e que geram custos emocionais. Esse paradoxo parece refletir uma angústia resultante de um dilema referente ao processo de engendramento, instaurador de assujeitamento dessas mulheres a modelos estereotipados e a expectativas relacionais patriarcais (De Lauretis, 1994). Provavelmente as participantes se sintam aprisionadas em um papel socialmente estabelecido e individualmente praticado, ao mesmo tempo em que elas, paradoxalmente, não se permitem negá-lo ou promover uma ruptura.

Além da relação conjugal, as falas das mulheres donas de casa, refletem dimensões da relação com os/as filhos/as. Falas acerca do papel materno estiveram muito presente. O fato de poder cuidar pessoalmente dos/as filhos/as foi apontado como a principal vantagem em ser dona de casa:

A parte boa é que você está ali, perto dos filhos, observando, cuidando. Você sabe que ele tá bem cuidado, que ninguém tá batendo, que tá fazendo o dever de casa tudo certinho. (P1)

A única vantagem é o amor das minhas filhas, que esse é, como se diz, substitui tudo né? (...). Tem dia que eu estou só, e fico imaginando o que é que ainda me faz respirar, me faz viver. É o amor que eu sinto por elas e eu sei que elas sentem por mim também. (P2)

Sem dúvida foi ter tido as minhas filhas. Foi ter educado, cuidado, protegido, ter visto tudo de perto. Foi a maior vantagem e, mais que isso, a minha missão, a razão de existir. (P9)

A maternidade, além de ter sido o fator que fez com que as participantes se tornassem donas de casa, contribuiu também para que não entrassem ou não permanecessem em espaço/atividade profissional fora do lar:

Assim que engravidei já disse pro meio marido que iria sair do trabalho. Fiquei curtindo a gravidez e depois me dedicar a eles, e agora a neta. (P5)

Nem tive essa opção de trabalhar. Já casei, engravidei e tive que cuidar deles. Minha profissão foi essa mesma, ser mãe, colocar filhos pro mundo. (P8)

Abri mão de tudo pra dá educação pra eles. Entre o uma vida profissional que poderia ter e aquelas carinhas... já viu né? (P10)

A maternidade, assim como apontado em estudos anteriores (Santos, 2008; Santos & Diniz, 2011), é vista pelas donas de casa como sua principal função, seu trabalho e razão pela qual vale a pena enfrentar todo tipo de sacrifício. Todavia, é necessário problematizar a construção social desse papel feminino que é baseado na condição biológica da mulher. A capacidade biológica que a mulher possui de gerar, de reproduzir, levou a uma idealização da maternidade e à uma concentração de responsabilidades por cuidar e criar, exclusivamente ou prioritariamente, das crianças e, conseqüentemente, das novas gerações de trabalhadores/as nas mulheres. Assim, o papel das mulheres, apoiado em suas condições biológicas, justificou seu confinamento ao espaço doméstico e as convocou à responsabilidade do lar (Badinter, 1985; Goodrich et al, 1990; Saffioti, 1987).

É necessário compreender como os discursos sociais e as práticas cotidianas são incorporadas e consentidas pelas donas de casa, levando-as a ter e manter essa percepção a respeito da maternidade e de suas relações com os filhos/as. É importante pensar nos paradoxos encobertos pelo mito do amor materno (Badinter, 1985). Por um lado a maternidade pode gerar

o empoderamento dessas mulheres em função da ideia de que é melhor cuidar pessoalmente dos/as filhos/as, pela capacidade exclusiva que elas possuem de colocar o bem-estar de sua prole acima de qualquer coisa. Elas podem, ainda, ter a maternidade como um subterfúgio para justificar suas escolhas ou para competir – com superioridade – pelo amor dos filhos em relação ao “amor paterno”.

No entanto, o preço a pagar pelo controle e subordinação às vontades e desejos dos outros, marido e filhos/as, é muito alto. Esse processo provoca inquietações que nos levam a pensar se haveria uma única forma de maternidade ou se, na verdade, existiriam possibilidades de vivenciar tal experiência, com suas perdas e ganhos, e com os vários paradoxos do paradigma “ser mãe” de forma menos comprometedora para a saúde mental de mulheres.

Os argumentos e reflexões propostos por Zanello (2007) nos ajudam a compreender como a maternidade pode deixar de ser conflito, função ou amor-sacrifício, para significar benefícios e reordenamento da vida de donas de casa/mães. Na ótica patriarcal a mulher “é congelada na cegueira dos outros, enquanto puro instrumento” (p.532), todavia, a mulher “se nutre desse olhar, identificando-se com o que nele se reflete como dela mesma. (...) Isto é, a própria personagem coisifica, ou reduz o outro, à sua própria funcionalidade de olhar.” (p. 532). Dessa forma, pode-se ver como a relação com os/as filhos/as permite que muitas mulheres cheguem a se sentir realizadas ou recompensadas, chegando a projetar-se neles/as e a ver-se no reflexo de seu amor, sacrifício e competência pessoal:

A índole do seu filho você mesma que está formando, você sabe que foi você, que é parte sua, isso é gratificante demais. (P1)

Hoje estão formados. São pessoas de bem. Têm suas coisas. Eu me realizo neles e também conto com eles pra tudo hoje em dia. (P3)

Meus filhos que cuidam de mim. Pagam as coisas pra mim. Plano de saúde, diarista, me dão dinheiro. Dei muito e hoje eles quem me dão. (P7)

São pessoas maravilhosas, que hoje têm o que não tive. Isso é a maior satisfação, saber que eduquei direito e reconhecerem isso. (P9)

Há quem afirme que “prezar a maternidade é exaltar o status simbólico de todas as mulheres” (Bardwick, 1981, p. 96) e, que o fato de gerar outra vida e de se responsabilizar por ela, já seria para a mulher uma concretização de prazeres, identificações, realizações e ganhos que transcenderiam o financeiro ou qualquer outra bonificação. Dados de pesquisa realizada por Souza e Ferreira (2005) apontam, inclusive, maiores índices de autoestima pessoal e coletiva para mulheres que eram mães do que para mulheres que não eram mães. A maternidade poderia ser apontada como a atividade mais gratificante e realizadora da mulher, uma entrega absoluta quando esta se dedica exclusivamente ao seu lar.

Lipovetsky (2000) também ressalta esse ganho emocional na relação das mulheres com seus filhos e filhas. Há satisfação na realização de tarefas, recompensas afetivas e poderio no controle familiar, como fruto de um poder materno. As atividades domésticas podem ter sentido ou podem ser o lugar em que sua vontade, desejo e organização imperam. Podem representar a “oportunidade de construir territórios identitários e pessoais” (p. 257), podem servir como uma maneira de construir e controlar seu território.

Este posicionamento merece questionamento, uma vez que está ancorado em visões sociais de que a realização pessoal da mulher passa, necessariamente, pela maternidade (Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007). Ademais, cabe lembrar que a maternidade pode ser, também, um subterfúgio para justificar as “escolhas” que mulheres donas de casa tiveram que fazer ao longo da vida. Em alguns relatos das participantes ficou evidente que a maternidade, a presença dos/as filhos/as tem um papel compensatório na vida dessas mulheres e passa a ser o fator que justificou a permanência delas em seus respectivos casamentos, após passarem por situações humilhantes e difíceis:

Foi muita humilhação. Ele me expulsava de casa, praticamente. Mas não tinha como sair no mundo sozinha com meus filhos. Pra onde? Fazer o quê? Passei por muita coisa porque sabia que tinha os meus filhos e precisava aguentar tudo. Eu não tinha como sustenta-los sozinha. (P3)

Ele que colocava tudo em casa e principalmente custeava as meninas. Como eu ia fazer para dar comida, escola, roupa, saúde a elas se não fosse através dele que era o pai? (P4)

Eu olhava pros meus 06 filhos e pensava: tenho que aguentar! Ele que dava estudos e comida. Tinha que criar eles. O que havia de fazer? (P7)

Essas falas revelam situações de violência, abnegação e sacrifício por parte das mulheres. Resultam em parte do isolamento no qual muitas são obrigadas a viver, principalmente quando são cerceadas de manter contato com as próprias famílias. A falta de uma rede de apoio e de políticas que auxiliem essas mulheres, tais como: a escassez de creches, a falta de treinamento para reinserção no mercado de trabalho, a obrigatoriedade da pensão alimentícia – que é vista por muitos homens como uma forma das mulheres se aproveitarem deles – constituem exemplos de fatores que dificultaram e/ou impediram a instrumentalização dessas mulheres e o acesso a outro caminho para as suas histórias.

De acordo com o pensamento fenomenológico-existencial, o ser humano “não escolhe a sua situação, mas pode escolher a sua atitude em relação à sua situação e, também, o que faz com ela” (Teixeira, 1997, p. 197). Logo, o ser-livre só é limitado quando a própria liberdade encontra no mundo as barreiras que ela mesmo colocou. Por mais que a liberdade seja situada no mundo real de possibilidades, tenha consequências e possa ter circunstâncias adversas, é a pessoa que, por eleição, pode determinar o que quer.

Não se pode, no entanto, subestimar a autonomia da escolha dessas donas de casa, nem tampouco negar os seres livres que são. Por outro lado é preciso reconhecer, que essa escolha não é necessariamente espontânea – ela é engendrada – é marcada por um condicionamento histórico e social que colocou a maternidade como eixo central da identidade feminina. Mulheres que decidem não ser mãe, que têm dificuldade de cuidar ou mesmo que chegam ao ponto de matarem seus filhos são execradas socialmente e punidas severamente.

Nessa perspectiva, pode-se avaliar que o “ser dona de casa/ser mãe” pode “engessar” as possibilidades de vida e a condição humana das mulheres em geral, e de mulheres donas de casa em especial, em função da relação de dependência presente nesse contexto. Pode ser um vínculo que faz com que elas tenham preocupações, percam noites de sono, ocupem horas e pensamentos que pode provocar certo aprisionamento, em especial quando elas não percebem que essas relações e os sacrifícios que demandam necessariamente não as qualificam. As falas evidenciam, no entanto, que a relação com os/as filhos/as, os ganhos afetivos e financeiros, as renúncias, as realizações, entre outros fatores – por mais que sejam provenientes do ideal de maternidade que as participantes possuem e cumprem – são para elas projetos, construções pessoais, narrativas de si mesmas.

Os depoimentos das participantes revelaram um dado relacional importante: o vínculo com os/as filhos/as fica ainda mais potencializado e ganha um valor compensatório que justifica seu sacrifício porque o vínculo conjugal é muitas vezes insatisfatório e, ainda, devido à rede familiar e social ser restrita ou inexistente. No relato da maioria das participantes, independente de classe ou faixa etária, ficou evidente o isolamento e a insatisfação motivados pelo fato das suas relações se restringem ao espaço doméstico, condição muitas vezes provocada por controle, ciúmes e/ou imposições da vontade do marido:

Queria sair para ver outras pessoas e ter amizades. Essas são poucas, restritas. Nada de sair, tomar uma cervejinha, rir, contar piada. Não tem com quem e ele sempre está cansado no final de semana. Os contatos só a família mesmo (P3).

Praticamente só o povo da família mesmo. Mas amizade mesmo, só assim, um dia na semana no ciclo de oração. E uma amiga ali do salão (P5).

Com tanta coisa para fazer, os meninos meus e dos outros para olhar, sobra tempo não. No máximo no Face, no celular. Queria poder sair e ver gente (P10).

Fato é que parece haver descontentamento com a sua realidade pessoal-social, assim como uma certa “anestesia” para reverter essa realidade. A manutenção e acomodação a essa

vivência relacional, que ignora suas próprias necessidades e escolhas, pode desdobrar-se, muitas vezes, em um processo de inautenticidade do ser, de incongruências existenciais e em adoecimentos físicos e psíquicos. Até mesmo porque as relações das donas de casa são fundidas com o trabalho que realizam cotidianamente e com o espaço em que habitam. Ficam e são confundidas com o seu próprio ser, um ser visto ou transformando em sombra, em ser-para-o-outro.

3. Donas de casa: donas da própria vida?

Nessa categoria compreendeu-se como as donas de casa significam as suas vidas. A partir do entendimento de *Eigenwelt* (mundo-próprio) foram reunidas as falas das participantes que apontaram características da relação que elas estabeleciam com a própria individualidade (ser-si-mesmo) a partir das relações que vivenciam com os outros (ser-com).

No intuito de entender a vida cotidiana de mulheres donas de casa investigamos a rotina das participantes. Verificamos que o dia a dia está voltado para cuidar dos membros da família, em especial dos filhos e filhas, e dos afazeres domésticos. Suas agendas são conduzidas pelos horários e demandas que os familiares apresentam, a exemplo:

Cada dia é uma coisa. Dia das roupas, da casa, das compras. Mas os horários certos mesmo só o café da manhã que deixo pronto para todo mundo, o almoço certinho porque ele [o marido] vem pra casa. E a tarde posso estar onde estiver, deu 16:30 tenho que está em casa para fazer a janta dele. (P3)

Ele [o marido] é totalmente dependente de mim. Até para cuspir eu que tenho que limpar. Então, vivo, literalmente em função dele, não posso sair. Só se for rapidinho e estiver alguém em casa que possa olhá-lo um instantinho (...) há 25 anos. (P6)

O que faço no dia depende só deles [marido e filhos] mesmo. Horário do marido ir pro trabalho, tem a escola das crianças, todas as coisas de casa para fazer, a comida, a limpeza. (...) Ai ainda tem os compromissos dele para acompanhar e deixar tudo pronto ou as coisas dos meninos para fazer de escola e saúde. (P10)

As atividades realizadas e condução de suas vidas estão estritamente ligadas ao funcionamento do lar e de seus membros. Viver em função dos horários das outras pessoas e sem projetos próprios são vivências frequentes para as donas de casa, especialmente as que possuem baixo poder aquisitivo e precisam também responsabilizar-se sozinhas pelos afazeres domésticos. Assim, ao colocar na balança o uso do tempo e o número de horas que as mulheres dedicam à sua família, fica evidente que elas acabam vivendo em função do outro.

Esse processo de viver para o outro pode promover, no entanto, uma “fusão” do seu eu com o outro. A vivência da mulher pode ficar espelhada no outro – pelas agendas, realizações profissionais e/ou escolares dos familiares, pelos contatos e relacionamentos que os demais membros da família possuem no espaço público. Acredita-se que as demandas dos membros familiares e a forma como as donas de casa agem e reagem na relação com eles pode cercear alguns de seus direitos e limitar as suas escolhas no mundo, ou seja, pode tolher suas possibilidades de *vir-a-ser*, de lançar-se no mundo, de ter e concretizar projetos. Projetos existenciais que podem, inclusive, ter sido limitados a partir do momento em que tornaram-se donas de casa:

Eu engravidei, com 16 anos (...) não tem jeito, parei de estudar, de trabalhar, parei tudo para cuidar, (...) aí engravidei de novo (...) mas assim, não foi escolha né, eu tive que claro viver essa vida, eu não pude escolher, não foi decisão. (P1)

Depois que eu engravidei da minha primeira filha, isso tudo acabou. Casei aí tirou, (...) sinto como se ele tivesse tirado um pedaço de mim. (...) Acho que não foi nem uma decisão minha própria (...). Não foi escolha própria mesmo. (P2)

Foi uma escolha. Nós víamos como as empregadas tratavam meus filhos e aí eu decidi. Quis cuidar pessoalmente deles. Meu marido me disse isso, que cuidar dos filhos direito tem que ser a mãe mesmo. Foi pelo bem deles. (P5)

Não tive opção, não foi escolha não. Já nasci pra isso mesmo. Papai e mamãe educaram a gente assim. Eu mesma gostaria de ter tido o meu dinheiro e de ter feito as coisas que queria. (P7)

Eu não tive muita escolha. Casar e ser mãe já era o destino das mulheres da minha época. Fui tendo filhos e cuidando deles. (...) O marido nunca me deixou trabalhar, essa era a parte dele. (P8)

As falas das participantes deixam claro que o fato de terem casado e assumido o papel de esposas, mães e cuidadoras do lar, limitou as suas escolhas e as condicionou a ocupar um lugar que necessariamente não foi o que todas desejavam para as suas vidas. Até mesmo a Participante 5 que assume ter sido sua escolha revela a fala do marido – seu “príncipe encantado” – a respeito da divisão sexual de papéis ao qual ela se submete.

Para as participantes com mais idade, o simples fato de terem nascido mulheres parece que já condicionou as suas escolhas, tendo em vista que o trabalho fora do lar é uma conquista relativamente recente das mulheres. Essas participantes fizeram parte de uma geração de mulheres que foram educadas para a domesticidade (Torres, 1989). Já para as mulheres mais jovens, dedicar-se exclusivamente à família aparentemente não fazia parte dos seus projetos iniciais.

Nos discursos das mulheres, que trabalhavam e/ou estudavam fora, se percebe que a gravidez precoce e não planejada apareceu na vida como uma “condenação”. As participantes apontaram, assim como avalia Teixeira (1997), que a presença do outro constituiu ameaça a sua existência. Segundo esse autor, o processo existencial incessante de totalização do ser é constantemente congelado na relação com o outro. Esse outro pode reduzir o existente a uma totalidade acabada na qual se perde a condição de sujeito e passa a ser-para-o-outro, na condição de objeto. O depoimento das participantes indica que isso é o que acontece com as mulheres e seus corpos frente ao papel materno – deixam de ser sujeitos e potencialidades, para tornar-se mães – à luz da expectativa social.

Nesse contexto, algumas participantes dessa pesquisa sentem-se aprisionadas por experiências passadas que as impediram de fazer outras escolhas ou as levaram a permanecer com uma realidade (im)posta. Cada pessoa, como ser-no-mundo, tem suas escolhas e respostas limitadas no tempo e no espaço e nas relações que a cerca. Dessa forma, em função da liberdade sitiada, essas mulheres se sentem “engessadas”, presas a uma realidade que restringe as suas

possibilidades de existência, de ser-no-mundo. A aceitação das condições atuais, não as impede de confrontar escolhas e projetos, para assumi-los e reelaborá-los, buscando na relação com o outro uma forma de atualização e auto realização (Teixeira, 1997).

Assim, a depender da maneira como cada uma ver, o ser no mundo (*DaSein*), as vivências e relacionamentos de donas de casa, em especial daquelas que caíram na “armadilha” da gravidez, podem potencializar experiências de incongruências e inautenticidades que podem levar ao comprometimento da sua saúde mental, na perspectiva de psicopatologia proposta por leituras baseadas no existencialismo e na fenomenologia. Quando perguntadas sobre o impacto do trabalho como donas de casa em sua saúde, sua qualidade de vida e sobre os seus sentimentos mais comuns, elas não se furtaram a dar o sentido de tudo isso para elas:

Tem dia que eu choro muito, tem dia que eu dou muita risada, tem dia que eu quero morrer, tomar todos os remédios da casa e morrer, vontade, é um monte de coisas, é desesperador ficar dentro de casa, é depressivo, é horrível, ainda mais que eu odeio ficar sozinha. (P1)

Depois que eu passei a ser dona de casa, cuidar só dos filhos, de casa, eu esqueci de mim, entendeu? Me botei em segundo plano e toquei a vida (...) os sentimentos mais frequentes, são, é, vazio, (...) eu me estresso, fico nervosa. Choro sozinha pelos cantos, entendeu? Tem hora que eu fico pensando, aí, queria chutar o balde e viver minha vida, aí depois eu penso nas minhas filhas, as consequências que poderia pesar sobre elas, o que poderia acontecer, aí eu falo, aí eu estou velha não tem problema não, deixa minhas filhas viver. (P2)

É solidão, depressão, ficar só não é bom. Até inferioridade. Luto contra depressão há muitos anos. Tenho síndrome do pânico, mas nunca tomei remédio que o psiquiatra passou. Eu recorro a igreja, vou à Deus”. (P4)

Eu procuro me adaptar a vida que levo porque não posso sair, nem ter lazer. Lógico que não era a vida que eu queria. E não é por isso que vou me revoltar e ficar chorando. Se a gente não se apegar a Deus, não tiver um lado espiritual, não vence. (P6)

É por época. Às vezes me pergunto até porque e para que ainda estou viva. Vontade de sair correndo e sumir no mundo. (...) Choro muito, fico triste quando penso na minha vida. (...) Foi a missão que Deus me deu e Ele que me ajuda. (P9)

Esses relatos não revelam apenas quadros patológicos que acometeram essas mulheres, mostram que as condições de eu-aprisionado ficam refletidas na solidão, no isolamento, na falta

de diálogo, de visibilidade, de autonomia, assim como no contato muitas vezes interrompido com as demais pessoas e ambientes externos ao espaço doméstico. A presença na própria casa se dá pela ausência de si mesmas com sujeito da própria vida. Assumir uma posição subserviente diante de outras pessoas – esposo, filhos/as, familiares como constatado nas entrevistas realizadas – favorece o desenvolvimento de consequências como os quadros *patológico* em mulheres donas de casa.

A forma de viver no mundo como ser para o outro leva mulheres donas de casa a desejarem *não ser* – desejo esse que se manifesta na depressão, na ideação suicida, no desejo de morte. Tal desejo é contido por assumirem um *locus* de controle externo, ou seja, que atribui a causalidade de sua insatisfação ao outro, ao destino, ao meio, à sociedade, e até mesmo à vontade de Deus (La Rosa, 1991). Ao mesmo tempo o investimento religioso foi encontrado em muitos discursos das participantes, onde “Deus” foi usado tanto para justificar quanto para amenizar experiências dolorosas advindas da condição de donas de casa.

Esses relatos mostram o quanto o imaginário cultural ancorado no pensamento judaico-cristão modelou as relações de gênero e a atribuição de papéis submissos às mulheres (Souza, 2007). Ao mesmo tempo a religião apareceu como fonte de auxílio e promoção de resiliência, como âncora para amenizar dores, devolver os sonhos perdidos, sinalizando esperanças e auxiliando no enfrentamento de adoecimentos mentais (Silva & Zanello, 2010). Assim, os conteúdos religiosos parecem ter sido assimilados, como discurso cultural que são, pelas donas de casa participantes desta pesquisa para aliviar mal-estar e processos de adoecimentos.

É necessário, portanto, “pôr lupas” no sentimento de abandono e solidão que as mulheres donas de casa participantes dessa pesquisa apresentaram. Seus depoimentos deixaram claras as constantes sensações de “vidas interrompidas”, de abnegação, de terem “aberto mão” das próprias vidas para cuidar de outras pessoas que, segundo as donas de casa, não reconhecem seus esforços e valor. Nesse contexto, sentem-se “largadas” e passam a questionar as escolhas

que fizeram, Sentem-se com frequência angustiadas e ao se darem conta da temporalidade de sua existência, acabam não vendo muito sentido para os dias vindouros.

Esse ciclo de escolhas/possibilidades – que pode até em um primeiro olhar indicar que essas mulheres estão vivendo em uma realidade cômoda – revela, no entanto, que ser dona de casa é um desdobramento da “condição feminina”, do papel da mulher na sociedade, da maternidade muitas vezes imposta, da autoridade masculina que ainda prevalece no casamento e na família. Mostra também uma dimensão dos interesses socioeconômicos que são ditados às mulheres, que ao assumi-los limitam suas existências e formas de viver no mundo (*modus vivendis*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da apreensão das experiências das participantes dessa pesquisa foi possível identificar algumas dimensões da saúde mental de mulheres donas de casa. A adoção de uma perspectiva feminista-fenomenológico-existencial, nos permitiu refletir sobre esse modelo de identidade feminina e as relações dele decorrentes. Nos permitiu também identificar modos como essa experiência interfere nas relações das mulheres consigo mesmas, com os outros e com o mundo, ou seja, no significado que elas atribuem às suas existências.

Trabalho improdutivo/reprodutivo, falta de autonomia pessoal e financeira, invisibilidade social das atividades realizadas, vivência restrita ao espaço privado, relacionamentos conjugais disfuncionais e aprisionamentos ao papel materno foram alguns dos elementos identificados que circundam a vida dessas mulheres e favorecem a manifestação de desequilíbrios afetivos, sociais e emocionais. As falas das participantes revelaram a presença de sensações de escolhas situadas – ou seja, feitas sob o imperativo de um suposto desígnio da

mulher de ter que preservar “seu papel”, assumir a maternidade, o casamento, a família como seu destino.

Os discursos mostraram vidas interrompidas, tempo e atividades desenvolvidas em função de outrem, abnegações, além de experiências que apontam para situações de violência doméstica. Processos que, inevitavelmente, geram quadros favoráveis aos adoecimentos psíquicos de donas de casa como apontados pela literatura (Araújo, Pinho e Almeida, 2005; Diniz, 2004; Gonçalves & Kapczinski, 2008; Ruchi et al, 2007; Santos, 2008; Steiner, 2005).

Foram estudadas dez experiências de mulheres donas de casa com perfis sociais diferentes, mas com vivências semelhantes. Em todos os relatos encontramos a descrição de vivências próximas ao que Friedan (1971) encontrou há mais de 50 anos e nomeou de “*o problema sem nome*” (p.21). O sentimento de vazio, de não pertencimento, de cansaço, de dificuldade de adaptação ao “ser mãe e esposa”, refletem, na verdade, um vazio existencial, talvez uma incompreensão por terem que cumprir papéis que muitas vezes são impostos às mulheres pelas condições biológicas, e que desde o seu nascimento têm que assumir e/ou aceitar.

Os relatos revelaram também a visão incongruente que têm de si mesmas quanto ao trabalho realizado, uma vez que esse trabalho é marcado pela desvalorização social, pela invisibilidade econômica de sua prática reprodutiva, pelo não reconhecimento tanto dos familiares quanto da sociedade. Tudo isso gera em algumas participantes o desejo de estar em acordo com o modelo de trabalho produtivo que muitas mulheres vivem atualmente.

As participantes não mostraram em seus discursos a compreensão de que a “rainha do lar” foi uma construção socioeconômica e nem o entendimento das assimetrias de gênero adjacentes a esse fenômeno. Faltou muitas vezes perceber que suas vidas refletem a histórica discriminação que as mulheres têm sofrido em função da desqualificação do trabalho realizado

no âmbito doméstico, uma vez que esse trabalho é socialmente entendido e intrinsecamente assumido como parte de sua “condição feminina”.

Suas experiências ficam, inevitavelmente, no espaço/campo relacional constituinte de um cotidiano marcado por alegria e dor, vivência paradoxal em sua essência. As mulheres revelaram buscar ajustamentos criativos no exercício da função materna, nas relações com os/as filhos/as que as empoderam, e as realizam por meio de suas conquistas educacionais e profissionais. A religião também apareceu como outra fonte de apoio.

As experiências de ser-no-mundo (DaSein), as relações que as donas de casa têm com o ambiente (Umwelt), com os outros (Mitwelt), e consigo (Eigenwelt) precisam ser compreendidas. Entre outros motivos, porque a percepção que essas mulheres possuem a respeito de si, do significado de suas vidas, do auto aprisionamento e de suas escolhas diárias podem levá-las ao adoecimento. As participantes dessa pesquisa, na qualidade de mulheres donas de casa, continuam aprisionadas pelas prescrições de gênero e pela ideia de um “ser esposa e mãe” que força cobranças internas, e, muitas vezes, favorece engessamentos e paralisias que limitam novas ressignificações e formas de construção do ser-no-mundo.

BIBLIOGRAFIA

- Alves-Mazzotti, J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), 637-652. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Andrade, L., Viana, M., & Silveira, C. (2006). Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na mulher. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33(2), 43-54. Disponível em: <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol33/n2/43.html>.
- Araújo, T., Pinho, P., & Almeida, M. (2005). Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sócio-econômicas e o trabalho doméstico. *Revista Brasileira de Saúde e Maternidade Infantil*, 5(3). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v5n3/a10v5n3.pdf>.

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (1986). *Um é o outro; relações entre homens e mulheres*. (C. Gomes, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, P. & Rocha-Coutinho, M. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 24(3), 577-587. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-56652007000100012&script=sci_arttext.
- Bardwick, J. (1981). *Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas*. (W. Roselli, Trad.) São Paulo: Difel.
- Brasil (2006). Lei 11.340, de 06 de agosto de 2007 (Lei Maria da Penha). Brasília: Autor.
- Camus, A. (2008). *O mito de Sísifo*. (P. Watch e A. Roitman) 6ª ed. São Paulo: Hedra.
- Carrasco, C. (1988). Notas para un tratamento reproductivo de trabajo doméstico. *Cuadernos de Economía*. 16, 1-20. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/5491>.
- De Lauretis, T. (1994). A tecnologia gênero. In H. B. de Holanda. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-241). Rio de Janeiro: Rocco.
- Diniz, G. (2004). Mulher, trabalho e saúde mental. Em W. Codo. (Orgs.), *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho* (pp. 138-195). Petrópolis: Vozes.
- Diniz, G. R. S. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp. 11-26). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diniz, G. R. S. (2013). Até que a vida - ou a morte - os separe: análise de paradoxos das relações violentas. In Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência* (pp. 191-216). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Duchen, C. (1991). Occupation housewife: the domestic ideal in 1950s France. *French Cultural Studies*, 2(1), 1-11. Disponível em: <http://frc.sagepub.com/content/2/4/01>.
- Durán, M. (1983). *A dona de casa: crítica política da economia doméstica*. (Y. Fernauto & W. Cappeler, Trads.). (Coleção Tendências, vol.5). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Forguieri, Y. (2004). *Psicologia Fenomenológica. Fundamentos, método e pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Friedan, B. (1971). *A mística feminina*. (Aurea B. Weissenberg). Petrópolis: Editora Vozes.
- Gonçalves, D. & Kapczinski, F. (2008). Transtornos mentais em comunidade atendida

- pelo Programa de Saúde da Família. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(7), 1641-1650. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000700019.
- Goodrich, Rampage, Ellman&Halstead (1990). *Terapia feminista da família*. (R. Garcez, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- La Rosa, J. (1991). Locus de controle: uma escala de avaliação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 7(3), 327-344. Disponível em: <https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/view/1428>.
- Lima, M., Menezes, P., Carandina, L., Cesar, C., Barros, M., & Goldbaum, M. (2008). Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos: impacto das condições socioeconômicas. *Revista de Saúde Pública*, 42(4), 717-23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000400019.
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. (M. Machado, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ludemir, A. (2005). Associações dos transtornos mentais comuns com a informalidade das relações de trabalho. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 54(3), 198-204. Disponível em: <http://www.saudeetrabalho.com.br/download/informal-ludemir.pdf>.
- Medeiros, M. (2010). *Violência conjugal: repercussões na saúde mental de mulheres e de suas filhas e seus filhos adultos/os jovens* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Melo, H., Considera, C. & Sabbato, A. (2013). 10 anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. In *35º Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo* (IATUR), Rio de Janeiro, Brasil.
- Mello, S. (2011). Um trabalho naturalmente feminino? Discussões feministas do Cone Sul (1970-1990). *Tempo e Argumento*, 3(10), 210-231. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303012011210/1711>.
- Moreira, V. (2011). A contribuição de Jaspers, Binswanger, Boss e Tatossian para a psicopatologia fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, XVII(2), 172-18. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000200008.
- Narvaz, M. & Koller, S. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 11(3), 647-654. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20>.
- Nicolaci-da-Costa, A. (2007). O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(1), 65-73.
- Reed, E. (1980). *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. (M. Maranhão & E. Marie, Trads.). São Paulo: Proposta Editorial Ltda. e Editora Versus Ltda.
- Ribeiro, J. (2007). *O ciclo do contato*. Temas Básicos na Abordagem Gestáltica. 4ª

Edição Revisada. São Paulo: Summus editorial.

Rocha-Coutinho, M (1998). A Análise do Discurso em Psicologia: Algumas questões, problemas e limites. In L. Souza, M. Freiras & M. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia: reflexões (in)pertinentes* (pp.319-348). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ruchi, G., Sun, S., Mattar, R., Chambô Filho, A., Zandonade, E., & Lima, V.(2007). Aspectos epidemiológicos da depressão pós-parto em amostra brasileira. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 29(3), 274-280. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082007000300006&script=sci_arttext

Sadir, M. Bignotto, M. & Lipp, M. (2010). Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. *Paideia*. 20(45), 73-81. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/7221/8704>

Saffioti, H. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.

Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

Santos, L. (2008). *Profissão: do Lar. A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade feminina* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Santos, L. & Diniz, G. (2011). Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais. *Psicologia Clínica*. 23(2), 137-149.

Secretaria de Políticas para as Mulheres (2012). *Balanço da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180*. Brasília: Autor.

Silva, M & V. Zanello (2010). Religiosidade e loucura: a influência da religião na forma como o “doente mental” enfrenta a doença. *Psicologia IESB – Periódico científico*, 2(1), 37-47.

Souza, S. (2007). *Gênero e Religião no Brasil: Ensaio Feministas*. São Bernardo do Campo: Editora da Umesp.

Souza, D. & Ferreira, M. (2005). Auto-estima pessoal e coletiva em mães e não-mães. *Psicologia em Estudo*. 10(1), 19-25. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n1/v10n1a03.pdf>.

Souza, E., Minayo, M. & Cavalcante, F. (2006). O impacto do suicídio sobre a morbimortalidade da população de Itabira. *Ciência & Saúde Coletiva*,11(Supl.), 1333-1342. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500022&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1413-81232006000500022.

Steiner, M. (2005). Saúde mental das mulheres: o que não sabemos? *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Editorial. 27(Supl II): S41-S42. Disponível em:
www.abp.org.br/download/revista_debates_nov_dez_2012.pdf.
www.scielo.br/pdf/rbp/v27s2/pt_a02v27s2.pdf.

Tatossian, A. (2012). A fenomenologia: uma epistemologia para a psiquiatria? In A.

Tatossian & V. Moreira. *Clínica do Lebenswelt: psicoterapia e psicopatologia fenomenológica*. (pp. 149-167). São Paulo: Escuta.

Teixeira, J. (1997). Introdução às abordagens fenomenológicas e existenciais em psicopatologia (II): As abordagens existencialistas. *Análise Psicológica*, 2(5), 195-205. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-82311997000200001&script=sci_arttext.

Torres, C. (1989). El trabajo domestico y las amas de casa: El rostro invisible de las mujeres. *Revista del Departamento de Sociologia*. 4(10), 145-176. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4397490>.

Vianna, C. & Diniz, G. R. S. (2014). Gênero, feminismos e saúde mental: implicações para a prática e pesquisa em psicologia clínica. In V. Zanello e A. P. M. Andrade (Orgs), *Saúde Mental e Gênero: Diálogos, Práticas e Interdisciplinaridade* (pp. 81-106). Curitiba: Editora Appris.

Zanello, V. (2007). O amor (e a mulher): uma conversa (im)possível entre Clarice Lispector e Sartre. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(3), 531-539. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a02v15n3>.

Zanello, V. & Silva, R. (2012). Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bioética*, 20(2), p.267-279. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745.

ARTIGO 3

DONAS DE CASA: A (IN)COMPREENSÃO SOCIAL

A presente pesquisa investigou o que a sociedade compreende a respeito das donas de casa e do trabalho realizado no espaço doméstico, a partir de uma perspectiva de gênero. Para tanto, foram contatadas 206 pessoas, de ambos os sexos, de variadas realidades socioeconômicas e ativas no mercado de trabalho. A coleta foi feita através de questionário aberto composto por três questões e, ainda, de um sócio demográfico. Foi realizada análise do conteúdo das respostas fornecidas pelos(as) participantes e construídas três Unidades Temáticas: Significado do trabalho da dona de casa, Desvantagens de ser dona de casa, e Vantagens de ser dona de casa. A pesquisa mostrou que as pessoas possuem um bom entendimento do papel social das donas de casa, reconhecendo, inclusive, a desvalorização e invisibilidade de seu trabalho. No entanto, os discursos, em geral, não alcançam a complexidade dos múltiplos fatores que envolvem o espaço doméstico, o trabalho feminino e os debates de gênero que perpassam as experiências de mulheres donas de casa – em especial, por manterem a crença estereotipada de que o ambiente doméstico é da mulher por direito e dever.

Palavras-chave: donas de casa, trabalho doméstico, percepção social

HOUSEWIVES: THE (NO) SOCIAL UNDERSTANDING

This research investigated what society understands about the housewives and the work done in the home, from a gender perspective. To this end, 206 people were contacted, of both sexes, of varying socioeconomic realities and actives in the labor market. Data was collected through open-ended questionnaire consisting of three questions, and also a socio demographic. With content analysis of the answers were constructed three thematic units: Meaning of work of the housewife, Disadvantages of being a housewife, and Advantages of being a housewife. Research has shown that people have a good understanding of the social role of housewives, recognizing inclusive the devaluation and invisibility of their work. However, the speeches generally do not reach the complexity of multiple factors involving domestic space, female labor and the gender debates that underlie the experiences of female homemakers, maintaining the stereotypical belief that the home environment is the right and duty by women.

Keywords: housewives, housework, social perception

INTRODUÇÃO

A invisibilidade do trabalho doméstico é reflexo do lugar marginalizado que as mulheres possuem na sociedade. Elas representam o sexo desqualificado para a vida pública. Vistas, historicamente, como procriadoras – lugar delimitado por suas funções biológicas – as mulheres tiveram ratificado o lugar de subordinação na vida privada. Os discursos sociais, os estereótipos de gênero baseados no binarismo dos sexos, e as narrativas de poderes hegemônicos na sociedade conceituaram o “ser homem” e o “ser mulher”, atribuindo-lhes espaços e papéis próprios, como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott, 1990, p.7).

A crença social e, muitas vezes, o conformismo das mulheres de que são inferiores em relação aos homens foram passados de uma geração a outra, e acabou se configurando como uma relação natural e comum, como uma estrutura consentida pelo costume, praticamente como uma memória coletiva (Mill, 2006). Nessa perspectiva, a atribuição do espaço doméstico à mulher seria aceita como fazendo parte dos costumes, da herança social como postula Bourdieu (1999). Para este autor é através dos *habitus* que as pessoas elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não poderia se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, que preservam as funções sociais por meio da violência simbólica exercida sobre as pessoas e com a adesão delas.

Nesse mesmo sentido Connerton (1999) argumenta sobre a necessidade de uma memória social para se passar e repassar construtos, que resulta na transmissão e na conservação da memória nos grupos, o que ele nomeia de memória-hábito. Esta, por sua vez, seria a capacidade de reproduzir uma ação, mas que não é lembrada quando, como ou onde foi apreendida. Essa reprodução ocorre a partir dos automatismos corporais, que permitirão a performatividade, e por sua vez, a memória social, apreendida em um grupo, na relação com o(s) outro(s) e da qual lhe é inerente. A memória seria, portanto, também social, coletiva. Dessa forma, as divisões de papéis e os padrões configurados pela sociedade – ao longo do tempo –

para que homens e mulheres sejam e hajam conforme a norma são encarnados pelos/as mesmos/as de forma individual, ou seja, com o endosso e anuência natural desses/as.

Bourdieu (1999), Connerton (1999) e Mill (2006) trazem reflexões para a tentativa de explicar a existência de esquemas sociais que incorporam costumes e naturalizam atribuições e lugares de homens e mulheres. É possível compreender, portanto, que uma vez ocultada no interior da vida doméstica, e atuando em conformidade com um discurso coletivo que colocou as mulheres como cuidadoras do lar, foram ocultadas também as tarefas realizadas nesse interior e o valor social das mesmas. Como afirmam Bruschini (2007), Hirata (2002), Lutz (2007) e Melo, Considera & Sabbato (2007), o não reconhecimento das atividades domésticas teria sua origem na histórica discriminação que as mulheres têm sofrido e que desqualifica seu trabalho como sendo atribuição da sua condição feminina. Logo, o trabalho não-pago seria consequência e consequente da premissa ser mulher, ser sem valor.

O fato é que a invisibilidade do trabalho doméstico é o resultado de múltiplos processos históricos, políticos, econômicos, sociais. As atividades desenvolvidas no espaço doméstico e sem remuneração, realizadas pelas mulheres, resultam da manutenção da crença de que a responsabilidade pela família e seus membros é delas, independente do fato de elas trabalharem fora do lar e também ocuparem o espaço público, produtivo, remunerado.

Todavia, existe um contingente de mulheres que foi no “contra-fluxo” dos movimentos feministas e permaneceu no ambiente privado, dedicando-se aos cuidados da casa, dos/as filhos/as e do marido. Essas mulheres contribuem para manter viva a figura da “rainha-do-lar” na sociedade. Tal fato mostra a força dos processos de engendramento (De Lauretis, 1994) e assujeitamento (Mill, 2006) pelos quais as mulheres passam, provocando modos de materializar e incorporar práticas cotidianas e auto representações que propiciam a conservação dessas mulheres em papéis e funções legitimadas pela sociedade, muitas vezes com o seu próprio consentimento.

É necessário, portanto, se debruçar sobre as atividades realizadas pelas mulheres que são, exclusivamente, donas de casa e, por conseguinte, analisar a sustentação desse papel e de seu impacto na sociedade. Frente à invisibilidade do trabalho doméstico e à conservação da atribuição deste às mulheres, o objetivo desta pesquisa foi, portanto, investigar como homens e mulheres percebem a situação de mulheres donas de casa e os trabalhos realizados por elas. A intenção foi identificar semelhanças e diferenças nas visões que os membros da sociedade – homens e mulheres – têm em relação à condição de vida dessas mulheres.

MÉTODO

Esta pesquisa procurou fazer uma análise exploratória e descritiva da percepção que homens e mulheres possuem da condição de vida e de trabalho de mulheres donas de casa, através de metodologias qualitativa e quantitativa. Nesse sentido, utilizamos as palavras de Minayo e Sanches (1993) para justificar a necessidade de, muitas vezes, reeditarmos os instrumentos postos e refazermos os caminhos que conduzem aos nossos objetivos:

Tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo, é necessário utilizar todo o arsenal de métodos e técnicas que ambas as abordagens desenvolveram para que fossem consideradas científicas. No entanto, se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória (p.239).

A utilização, de forma complementar, das duas estratégias metodológicas para essa pesquisa foi necessária devido ao objetivo proposto de verificar a percepção que membros da sociedade têm de mulheres que exercem a função de donas de casa em tempo integral. Dada a necessidade de se investigar particularidades objetivas e subjetivas de um mesmo fenômeno foi necessária a utilização de recursos disponíveis de ambos os métodos para analisar qualidade e quantidade das respostas obtidas.

Amostra

A pesquisa envolveu a participação de 206 (duzentas e seis) pessoas de ambos os sexos moradoras do Distrito Federal ou de seu entorno. Os critérios de inclusão foram: 1. Ser pessoas maiores de 18 anos de idade, em atendimento ao estabelecido pela Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, uma vez que só maiores de 18 anos podem participar de pesquisas e assinar o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido, sem depender da anuência de responsáveis legais; 2. Ser alfabetizado/a – pessoas analfabetas não fizeram parte desse estudo porque os questionários necessitavam ser preenchidos de próprio punho; e 3. No caso de participantes mulheres, mesmo que responsáveis por suas casas, não poderiam ser exclusivamente donas de casa, pelo fato de serem o objeto de estudo desta pesquisa.

A amostra total de 206 participantes, foi assim composta: 101 (49%) de mulheres e 105 (51%) por homens. Foram 5,8% de participantes com até 20 anos, 37,9% entre 21 e 30 anos, 32% entre 31 e 40 anos, 15,5% entre 41 e 50 anos e 8,7% com mais de 51 anos. Em relação ao estado civil 51,5% eram casados/as, 38,7% solteiros/as, 8,3% divorciados/as e 1,5% viúvos/as. Entre os/as participantes, 46,6% se identificaram como pertencentes à raça/etnia mulata/parda, 37,9% branca, 10,7% negra, 2,9% amarela/oriental, e 1,9% indígena. No tocante à escolaridade, 65,5% possui ensino superior, 26,7% ensino médio e 7,8% ensino fundamental.

Quanto às atividades profissionais, 39,8% são funcionários/as de empresas privadas (caixa, gerente, atendente, bancário/a, etc.), 33,4% trabalham como profissionais liberais e/ou autônomos (fisioterapeutas, ambulantes, advogados/as, consultores/as, etc.), 19,9% são funcionários/as públicos/as e 7% são estudantes. A renda pessoal variou da seguinte forma: 11,9% disse receber até um salário mínimo; 40,6% recebem de um a três salários mínimos; 13,9% recebem de três a cinco; 19,8% recebem entre cinco e dez, e 13,9% mais de dez salários mínimos. Já quanto a renda familiar verificou-se que 29,6% da amostra recebe até três salários

mínimos; 30,1% recebe de três a oito salários mínimos; 16% de oito a quinze salários mínimos; 11,2% de quinze a vinte salários; e 13,1% mais de 20 salários mínimos.

Foi perguntado no questionário sócio demográfico se o/a participante conhecia alguma dona de casa e qual o grau de parentesco com a mesma. O interesse era saber se a vinculação afetiva faria alguma diferença significativa nas respostas dadas ao questionário aberto, através do cruzamento de dados, que será discutido na análise dos dados. Dentre os/as participantes 14,1% não conheciam nenhuma dona de casa. Dos/as 85,9% que conheciam donas de casa, 35,6% não possuíam parentescos (amiga, vizinha, colega), 32,8% eram filhos/as de donas de casa e 31,6% tinha parentesco com uma mulher dona de casa (sogra, tia, prima, irmã, cunhada e avó). Apresenta-se na Tabela 1 o perfil dos/as participantes com os respectivos valores (bruto e relativo) para as mulheres e os homens que compuseram a amostra:

Tabela 1: Perfil da amostra

VARIÁVEIS	MULHERES		HOMENS	
	valor absoluto	frequência (%)	valor absoluto	frequência (%)
IDADE				
Até 20 anos	07	6,9	5	4,8
De 21 a 30 anos	39	38,6	39	37,1
De 31 a 40 anos	34	33,7	32	30,5
De 41 a 50 anos	13	12,9	19	18,1
50 anos ou mais	8	7,9	10	9,6
Total	101	100	105	100
ESTADO CIVIL				
Solteira(o)	53	52,5	54	51,4
Casada(o)	38	37,6	41	39
Separada(o)	8	7,9	9	8,6
Viúva(o)	2	2	1	1
Total	101	100	105	100
RAÇA/COR				
Branca	39	38,6	39	37,1
Negra	12	11,9	10	9,5
Parda/Mulata	49	43,6	52	49,5
Amarela/Oriental	4	4	2	1,9
Indígena	2	2	2	1,9
Total	101	100	105	100

VARIÁVEIS ESCOLARIDADE	MULHERES		HOMENS	
	valor absoluto	frequência (%)	valor absoluto	frequência (%)
Fundamental	9	8,9	7	6,7
Médio	27	26,8	28	26,7
Superior	65	64,3	70	66,6
Total	101	100	105	100
PROFISSÃO/OCUPAÇÃO				
Empregado(a) privado(a)	20	20,2	20	19,6
Funcionário(a) público(a)	45	45,5	35	34,3
Autônomo(a)/Liberal	27	27,2	47	39,2
Estudante	7	7,1	7	6,9
Total	101	100	105	100
RENDIMENTOS PESSOAIS				
Até 1 salário mínimo	19	19	5	4,9
Mais de 1 até 3 salários mínimos	44	44	38	37,3
Mais de 3 até 5 salários mínimos	10	10	18	17,6
Mais de 5 até 10 salários mínimos	21	21	19	18,6
Mais de 10 salários mínimos	6	6	22	21,6
Total	100	100	102	100
REDIMENTOS FAMILIARES				
Até 3 salários mínimos	39	38,6	22	21
Mais de 3 até 8 salários mínimos	30	29,7	32	30,5
Mais de 8 até 15 salários mínimos	12	11,9	21	20
Mais de 15 até 20 salários mínimos	8	7,9	15	14,3
Mais de 20 até 30 salários mínimos	8	7,9	8	7,6
Mais de 30 salários mínimos	4	4	7	6,7
Total	101	100	105	100
VINCULO COM DONAS DE CASA⁸				
Mãe	25	30,1	33	35,1
Irmã, tia, sogra, etc.	32	38,6	31	33
Amiga, vizinha, etc.	26	31,3	30	31,9
Total	83	100	94	100

A análise do perfil da amostra revelou heterogeneidade, através de cruzamento de dados realizado com auxílio do pacote estatístico SPSS versão 20.0. No entanto, é importante salientar que houve uma maior participação de pessoas solteiras, com ensino superior e de classe média. No item 'renda pessoal' deve ser apontado que houve mais mulheres que recebem até um salário mínimo, enquanto mais homens que recebem mais de dez salários mínimos. Esse dado reforça

⁸ Registro de quem possuíam vínculos com mulheres exclusivamente donas de casa, totalizando 177 respondentes. O total de 29 participantes não possuíam vínculos com donas de casa.

os argumentos de que mulheres tendem a ganhar menos que os homens (Madalozzo, Martins & Shiratori, 2010; Secretaria de Políticas para as Mulheres[SPM], 2013), fator que contribui para a feminização da pobreza (Diniz, 2004; Pearce, 1978). Cabe anotar, ainda, que houve três casos em que homens participantes eram casados com mulheres donas de casa, o que não representou variação de respostas em comparação aos demais participantes como será visto na análise realizada.

Instrumentos

Nessa pesquisa foram aplicados dois instrumentos:

- a) **Questionário sócio demográfico** (Anexo 4): que foi respondido de próprio punho, por cada participante, com o objetivo de identificar o perfil da amostra.
- b) **Questionário aberto**. Esse instrumento foi composto por três itens aqui denominados de “perguntas disparadoras”:
 - Para você o que significa ser dona de casa?
 - Em sua opinião quais as desvantagens de ser exclusivamente dona de casa?
 - Em sua opinião quais seriam as vantagens de ser exclusivamente dona de casa?

Procedimentos

Os/as participantes foram abordados, de forma aleatória, na entrada de alguns *Shoppings Centers* do Distrito Federal (Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia) e na Rodoviária do Plano Piloto. Esses locais públicos foram escolhidos pensando-se na variedade de perfis socioeconômicos e de público que os mesmos recebem. Estrategicamente posicionadas/os próximas/os a entrada dos estabelecimentos comerciais ou nas filas de espera dos ônibus, uma

dupla de pesquisadores/as treinados/as contatou as pessoas e as convidou a participar da pesquisa explicando os objetivos. Pensando-se em ter um número equiparado de homens e mulheres na amostra um/a dos/as pesquisadores/as da dupla abordava aos homens e o/a outro/a as mulheres.

Para atender ao rigor da aleatoriedade da amostra, os/as pesquisadores/as contavam o número de homens e mulheres, separadamente, que adentravam aos *Shoppings* ou estavam nas filas de espera dos ônibus, de 1 a 10, e somente a 10ª mulher e o 10º homem eram abordados/as pelos/as pesquisadores/as. Após a aplicação dos questionários se iniciava uma nova contagem para convocar o/a próximo/a participante. Caso este/a não quisesse participar ou não atendesse aos critérios de inclusão, uma nova contagem era realizada e assim foi feito sucessivamente.

Após a anuência da pessoa em participar da pesquisa foi explicado todo o procedimento pelo qual ele/a passaria. Após anuência do/a participante era lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 5). Em seguida era entregue o questionário sócio demográfico em uma prancheta de apoio para que fosse respondido de próprio punho. Feito isto, se iniciava a aplicação do questionário aberto da seguinte forma: pedia-se para que o/a participante pensasse em uma mulher que fosse, exclusivamente, dona de casa e solicitava-lhe que respondesse às perguntas eliciadoras de reflexões acerca do ser dona de casa. Nesse momento eram fornecidas 3 (três) folhas grampeadas, cada uma contendo em seu cabeçalho as respectivas perguntas. Solicitava-se, ainda, que o/a participante só passasse para a página seguinte quando tivesse terminado de responder a anterior e assim sucessivamente. A intenção era a de que estes/as não vissem todas as perguntas previamente para não interferir em suas respostas iniciais. Não houve tempo definido para a aplicação dos instrumentos, embora a duração média tenha de resposta tenha sido de 25 minutos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das respostas abertas foi feita através da técnica Análise de Conteúdo. Esse método “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) [...]” (Bardin, 2006, p. 42), que permitem esforços interpretativos que atendem ao rigor da objetividade expressa na fala dos/as participantes.

A partir das respostas apresentadas às três perguntas disparadoras, a análise de conteúdo temático produziu 3 (três) Unidades Temáticas, relativas às perguntas realizadas: 1) Significado de ser dona de casa, 2) Desvantagens de ser dona de casa, e 3) Vantagens de ser dona de casa. Essas unidades temáticas possibilitaram a construção de categorias a partir dos registros e da codificação dos textos produzidos pelos/as participantes.

A unidade de registro utilizada foi o indicador linguístico (palavras e frases) que melhor se adequou a cada unidade temática, como será exemplificado ao longo da análise, por meio de frases dos/as participantes. Como regra de enumeração foi utilizada a frequência de aparição, onde foi atribuído o mesmo peso de relevância para as respostas apresentadas pelos/as participantes, independente da ordem que fosse dada (se primeira, segunda, etc.). Logo, por exaustão, todas as palavras e frases foram analisadas de forma equiparada para compor as categorias das unidades temáticas.

Significado de ser dona de casa

A primeira unidade temática foi trabalhada a partir da questão “*O que significa ser dona de casa?*”. Dos 206 questionários analisados apenas um (1) foi considerado como “*missing*” (faltante) por trazer conteúdo que não respondia a questão. Com base nos 205 itens válidos

realizou-se a codificação em 5 categorias que serão apresentadas a seguir. A Tabela 2 traz as frequências absoluta e relativa de ocorrência de cada categoria que foi identificada na questão.

Tabela 2: Categorias da unidade temática ‘Significado de ser dona de casa’

SIGNIFICADO DE SER DONA DE CASA		
Categorias	Frequência	Frequência
	Absoluta	Relativa
Cuidar da família	95	31%
Administrar o lar	79	26%
Afazeres domésticos	66	22%
Trabalho desvalorizado	53	17%
Papel da mulher	14	4%
Total	307	100%

Na unidade temática **Significado de ser dona de casa** foram contabilizadas 307 respostas. Verificou-se que as/os participantes, em geral, possuem uma compreensão do trabalho da dona de casa como voltado, principalmente, ao cuidado da família e à administração do lar, totalizando 57% das respostas obtidas. Nessa unidade temática foram encontradas 5 categorias que serão exemplificadas com textos dos/as participantes e analisadas a seguir.

Na categoria *Cuidar da família* foram mencionados aspectos ligados aos cuidados com filhos(as), marido, parentes e demais membros moradores da residência. Foram contempladas as respostas que apontavam para o cuidado realizado pela dona de casa com os membros de sua família. Dentre as 95 respostas ficou evidente uma diferença na quantidade de respostas dadas por homens (55,8%) e mulheres (44,2%), o que sugere que o significado do trabalho da dona de casa para os homens está relacionado ao ser promotora de um ambiente privado favorável ao seu bem-estar e ao cuidado dos filhos:

“Ser dona de casa é arcar com as obrigações para com o seu marido e filhos.” (Participante 02 - homem)

“Aquele que cuida da família e dedica todo seu tempo a isso.” (Participante 75 – homem)

“Ter a maior responsabilidade do mundo, com a família, além de ser mãe, esposa, amante, conselheira, etc. Tudo recai sobre si. Às vezes nem dormem pois todos os dias criam seus filhos.” (Participante 111 – homem)

Apesar dos discursos de homens e mulheres terem sido semelhantes, as respostas das mulheres que remeteram ao cuidado da família, tinham, em sua maioria, preocupações com os entes da família de uma forma mais afetiva:

“[...] Cuidar da família, dos estudos dos filhos, a alimentação, acordar, dormir, banho, etc.” (Participante 16 - mulher)

“Ajudar as pessoas que residem com a mesma.” (Participante 124 – mulher)

“Cuidar do bem estar físico, espiritual e material de uma família. Cuidar de quem se ama não tem preço.” (Participante 174 – mulher)

A Organização Internacional de Trabalho (2011a) aponta que as responsabilidades familiares são “As responsabilidades de trabalhadores/as em relação a filhos, adultos e pessoas com doenças ou deficiências são atividades não remuneradas que permitem o funcionamento da sociedade e a reprodução da força de trabalho” (p.2). Percebe-se que os/as participantes atribuem à dona de casa a responsabilidade e o cuidado pelos entes da família. E é inegável o quanto esse mecanismo afeta a (des)igualdade de oportunidades e tratamentos que são dados aos homens e às mulheres porque esse cuidado com a família – apresentado pelos/as participantes – recai fundamentalmente sobre elas. Tal fato é, muitas vezes, o que as afasta do trabalho produtivo e é acentuado pelos “estereótipos tradicionais que associam o papel de cuidadora à função “natural” da mulher.” (Organização Internacional do Trabalho, 2011b, p.1).

Esse dado reafirma os mesmos indicadores que a literatura pauta a respeito das donas de casa como cuidadoras dos entes da família (Carrasco, 2006; Delfino, 2012; Santos & Diniz, 2011), ou seja, esse é um papel atribuído a essas mulheres e mantido por elas. O significado de

ser dona de casa é marcado pelo cuidado da família, que por sua vez é compreendido como um trabalho não-remunerado e “naturalmente” um papel feminino. Ao ser visto como algo atrelado à natureza da mulher, não seria um trabalho e sim uma função, um papel sem valor econômico e, provavelmente por isso, desqualificado.

É importante pensar a respeito do que leva à reprodução desse modelo e o quanto a função da mulher como cuidadora é corroborada pelas normas sociais. Urge problematizar a respeito dos estereótipos construídos acerca da mulher como ser afetivo, que vive em função do cuidado e visto como a principal ou única responsável pela manutenção da família. Mill (2006) argumenta que são os sentimentos que acabam amarrando as mulheres aos homens no espaço privado. É este fator que na verdade, as escraviza e as deixam escravizar. A compreensão que se chega com as respostas apresentadas pelos/as participantes nessa categoria é a de que as donas de casa, provavelmente em função da introjeção do modelo como “natural”, reforçam essa estrutura e perpetuam sua condição de subserviência. As palavras de Mill (2006) deixam clara essa situação:

Todas as éticas dizem qual é o dever da mulher, e todos os sentimentalismos dizem qual é sua natureza, qual seja viver para os outros; fazer a mais completa abnegação de si mesma, e não ter outra vida que não a de suas afeições. E por afeições entendem-se apenas aquelas que lhe são permitidas – a afeição ao homem ao qual está ligada, ou aos filhos que constituem um vínculo adicional e indestrutível entre elas e o homem (pg. 191).

Amor simbólico, marcado pelas dimensões de ternura e sacrifício, que reitera o significado do discurso que se atribuiu ao feminino e que constitui mais uma forma de repressão do sexo e do desejo da mulher. Um dito que a coloca numa posição de recato e dever, de obrigações para com a família – pautada na natureza biológica – que reforça a ordem do papel doméstico feminino e limita sua possibilidade de ocupar espaços públicos, sua liberdade sobre o seu corpo e seus direitos de se tornar um ser menos assujeitado aos desejos e necessidades dos outros.

Na Categoria *Administrar o lar* foram dadas 40 respostas vindas de mulheres e 39 de homens. Foram reunidas frases e/ou palavras que registraram aspectos do trabalho da dona de casa como indispensáveis ao funcionamento do lar, à gestão da vida doméstica, à responsabilidade financeira e à toda administração da residência. Essa compreensão do significado de ser dona de casa encontra ressonância nos trabalhos de Delfino (2012) e Durán (1983) que discutem as atribuições das donas de casa como envolvendo uma gama de atividades feitas no intuito de organizar o funcionamento da casa. Cabe a elas cuidar da manutenção da casa, da preservação dos bens, do controle das compras e gastos, entre outras tarefas. Os relatos demonstram esse posicionamento:

“É não somente aquela mulher que saiba cozinhar, lavar, passar e arrumar casa, mas que seja realmente uma gestora da família e do lar.” (Participante 10 - mulher).

“Pessoa responsável e gestora das atividades de uma residência. Não necessariamente a executora de todas as tarefas, mas sim uma gestora, capaz de gerenciar as atividades de uma casa” (participante 15 - mulher).

“É a mulher que assume todas as responsabilidades da casa.” (Participante 17 - homem).

“É a cuidadora do patrimônio familiar.” (Participante 112 – homem).

Nessa categoria não foi notada diferença em relação à quantidade de respostas dadas por homens e mulheres. No entanto, há uma diferença significativa quanto à renda em relação aos discursos dos/as participantes. Quase 60% das pessoas que emitiram respostas nessa categoria são provenientes da classe média. Esse dado é curioso/relevante quando se avalia que a percepção que essas pessoas possuem da dona de casa está ligada ao funcionamento dela como gestora e não como doméstica – executora direta do trabalho doméstico.

Em pesquisa anterior, realizada com donas de casa de diferentes classes sociais, Santos (2008) verificou que as donas de casa que são provenientes de realidades econômicas mais abastadas também apontaram como sendo suas principais atribuições a gestão e a condução da

casa. O fato de terem empregadas domésticas contratadas para executarem as atividades pesadas do espaço doméstico - lavar, passar, cozinhar, etc., permite que elas assumam os papéis de delegar, administrar e conduzir de forma adequada os processos que contribuam para a resolução de demandas do lar.

Em contrapartida, as mulheres de classe econômica menos favorecida apontaram os afazeres domésticos – lavar, passar, limpar, arrumar, cozinhar, etc. como atividades mais relevantes da dona de casa. Esse dado é reforçado na categoria **Afazeres domésticos**, que obteve 66 respostas (sendo 35 de mulheres e 31 de homens), onde 68% das respostas dessa categoria são provenientes de pessoas de classes sociais menos favorecidas, a exemplo:

“[...]ir ao mercado, cuidar das plantas, arrumar o guarda-roupa, inspecionar a dispensa, limpar tudo, organizar tudo, dia e noite.” (Participante 08 - mulher)

“Quem cuida da higiene, organização, e também dos mantimentos da casa.” (Participante 156 – homem)

“Mulher que se dedica aos afazeres domésticos de uma residência. Que limpa, passa, cozinha.” (Participante 179 – mulher)

“É ter um trabalho com atribuições domésticas como passar, limpar, cozinhar, etc.” (Participante 184 – homem)

A diferença da atribuição de significado do trabalho da dona de casa com o recorte de classe social é algo significativo. Para a população com um poder aquisitivo mais baixo as menções feitas foram, basicamente, referentes às atividades laborais que as donas de casa desenvolvem no lar. Esses afazeres domésticos são apresentados pela literatura (Delfino, 2012; Durán, 1983) como um dos atributos do trabalho doméstico que é conferido à mulher.

É interessante ressaltar outras respostas que foram dadas nessa unidade temática. Alguns discursos dos/as participantes apontaram que os trabalhos das mulheres donas de casa, embora importantes para a família e para a sociedade em geral, é um **Trabalho desvalorizado**. Embora essa categoria tenha tido um percentual relativamente pequeno (17%), é interessante refletir

que já na primeira pergunta disparadora sobre o “significado de ser dona de casa” 53 respostas obtidas versavam sobre a desvalorização do trabalho, sendo 47,2% apontadas por mulheres e 52,8% por homens, que apresentaram respostas exemplificadas abaixo:

“É uma tarefa difícil que não tem nenhum tipo de valorização” (Participante 01 - mulher)

“É uma profissão mais interessante e mais desvalorizada que temos. Qual outro trabalho tem tantas responsabilidades, não se reconhece e se mantém firme e paciente assim?” (Participante 76 – homem)

“[...] Que tem uma rotina cansativa, sem remuneração e pouco valorizada.” (Participante 118 – homem)

“É uma pessoa que tem muitas atribuições e poucos reconhecimentos.” (Participante 201 – mulher)

Algumas pessoas afirmaram que as atividades realizadas pelas donas de casa poderiam até mesmo ser consideradas uma profissão devido à multiplicidade de papéis que desempenham e à quantidade de trabalho realizado. Mas, também se avalia que tais atividades não são reconhecidas pela sociedade nem pela família, além de não ser remunerado. Esses discursos encontram ressonância nas problematizações propostas por Saffioti (1987) e Bruschini (2006) a respeito do trabalho desvalorizado das donas de casa por não haver reconhecimento desse como produção de mercadorias – infelizmente, esse trabalho continua visto como ‘inatividade econômica’. Esse trabalho permanece, portanto, como trabalho invisível pelo fato do trabalho da dona de ser realizado em espaço doméstico e sem remuneração (Lutz, 2007).

Tais aspectos econômicos/financeiros do trabalho doméstico encontram abrigo nas concepções teóricas marxistas que veem a mercadoria como objeto útil produzido na sociedade capitalista pelo trabalho das pessoas. Logo, o trabalho é produtivo por estar à venda e tornar-se bem de consumo pelo valor de uso que possui, ou seja, o valor do trabalho como útil (Marx, 1988). Nessa ordem, a desvalorização do trabalho da dona de casa parece também ser reflexo de valores trazidos na bagagem do capitalismo, que mede as pessoas e suas atividades por meio

do poder aquisitivo que elas possuem. Assim, a dona de casa não seria reconhecida por não ser qualificada como produtora de benefícios econômicos. Mesmo sendo chamadas de “rainhas-do-lar”, o valor da dona de casa é diminuído por não produzir mercadorias ou excedentes a serem explorados pelo sistema econômico em vigor (Carrasco, 2006; Durán, 1983).

A última categoria encontrada e com um número pequeno de respostas foram compiladas numa quinta categoria dessa unidade temática, intitulada ***Papel da mulher***. Apenas 4% (14 de 307 respostas) afirmaram que ser dona de casa é uma atribuição da “condição feminina”. Foram 6 homens (46,2%) e 8 mulheres (53,8%) que apontaram frases como essas:

“Ser dona de casa todas são, porém algumas trabalham e são donas de casa, o que significa mais rotina.” (Participante 13 - mulher)

“É ser mais do que uma mulher [...] é ser capaz de ser mais do que esperam dela.” (Participante 56 – homem)

“É uma função que se associa a dignidade, pois é uma mulher exemplo de vida, de dedicação e uma educação em termos de valores humanos.” (Participante 82 – mulher)

“É a coluna da família, pois como diz a palavra de Deus ‘A mulher sábia edifica a casa’.” (Participante 131 – homem)

Embora essa categoria tenha obtido um número diminuto de representação, o que aponta uma possível revisão de papéis, demonstra, ainda assim, a atribuição de domesticidade às mulheres e uma provável manutenção da expectativa social de que as mulheres ocupem esse lugar. A quantidade e discursos oferecidos, inclusive e principalmente pelas mulheres nessa pesquisa, demonstra o quanto elas – mesmo em trabalhos pagos e independente de faixa etária ou estado civil – se identificam com o papel de donas de casa.

Dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) de 2013 mostram que, em média, as mulheres economicamente ativas gastam 22,3 horas semanais com atividades domésticas, enquanto os homens na mesma situação gastam 10,2 horas semanais (SPM, 2013). Portanto, mesmo trabalhando fora do lar os afazeres domésticos continuam sendo atribuídos às

mulheres e aceito por elas, ainda que a Convenção nº. 156 e Recomendação nº. 165 da OIT versem sobre a igualdade de oportunidades e tratamentos, medidas de apoio para garantir o acesso, a permanência e a reintegração de trabalhadores/as com responsabilidades familiares (Organização Internacional do Trabalho, 2011a). De fato há um desequilíbrio da distribuição das atividades domésticas entre homens e mulheres, marcado pela dualidade tradicional da divisão de trabalho entre os sexos. Dessa forma, as mulheres “ainda que trabalhem fora, conseguem se desvencilhar muito pouco de seus papéis de cuidadora e trabalhadora doméstica.” (Araújo, Picanço & Scalon, 2007, p. 318).

Torna-se necessário problematizar a respeito da manutenção desses papéis. E, assim, compreender onde surge a autorização para que a mulher ocupe o espaço público e não para que o homem ocupe também funções no espaço privado. Paradoxalmente, como aponta Mill (2006), é, principalmente, no espaço doméstico, que o homem tem o domínio ao exercer o poder quando se torna “chefe de família” na vida privada. É, portanto, no contexto da família que são mantidas e reforçadas as relações assimétricas que permitem ao homem ocupar um lugar de autoridade, muitas vezes por ser o provedor desta família (Lutz, 2007). Logo, não é que o homem *não ocupe* tal espaço, ao contrário, ele até pode o dominar, mas permanece isento quanto ao envolvimento com as atividades domésticas que ele pouco ou nunca desempenha.

Desvantagens de ser dona de casa

No intuito de compreender melhor a percepção das pessoas a respeito do trabalho das donas de casa, foi questionado quais seriam as **Desvantagens de ser dona de Casa**. Essa unidade de análise foi fomentada pela pergunta “*Em sua opinião quais seriam as desvantagens de ser, exclusivamente, dona de casa?*”. Descartados 7 *missings*, foram sistematizadas 301

respostas, nos 199 questionários válidos, obtendo-se 06 (seis) categorias, conforme a tabela 03 apresenta:

Tabela 03: Categorias da unidade temática ‘Desvantagens de ser dona de casa’

DESVANTAGENS DE SER DONA DE CASA		
Categorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Aspectos financeiros	81	27%
Limitação social	56	18%
Desvalorização	48	16%
Rotina	44	15%
Comprometimento psíquico	41	14%
Sem profissão	31	10%
Total	301	100%

Na categoria *Aspectos financeiros*, que obteve 27% das respostas dadas nessa unidade de análise, são explicitadas as percepções apresentadas por mulheres (54,3%) e homens (45,7%) a respeito dos aspectos desvantajosos da função das donas de casa em relação à questão financeira, pelo fato da mulher não ser remunerada e, conseqüentemente, depender financeiramente de outras pessoas.

“A maior e acho que a única maior desvantagem de ser dona de casa é trabalhar como elas trabalham e não ter suas remunerações.” (Participante 02 - homem)

“Ter certa dependência financeira de outras pessoas.” (Participante 09 - mulher)

“Eu imagino uma dona de casa depois de trabalhar 20 anos, por exemplo, e é deixada pelo esposo. Como fica a situação social e econômica da vida desta mulher?” (Participante 15 - mulher).

“A mulher ter que depender de seu esposo.” (Participante 28 – homem)

Depender financeiramente de outras pessoas – geralmente do marido, o provedor da casa, para custear suas despesas – é visto como o principal aspecto limitador da vida de mulheres donas de casa. O fato de, muitas vezes, elas terem que pedir dinheiro para adquirir algum objeto ou item pessoal e, ainda, não poder obtê-lo uma vez que necessita da autorização de outrem foi visto como algo que pode gerar frustração para mulheres na visão dos/as participantes desta pesquisa.

A dependência econômica pode gerar nas donas de casa, como afirma Durán (1983), uma sensação de que as suas atividades são realizadas em troca ou retribuição. É como se a mulher dona de casa se obrigasse a realizar as atividades em “agradecimento” a quem custeia sua casa, alimentação, vestuário, necessidades pessoais, etc. Essa falta de autonomia financeira muitas vezes leva as mulheres donas de casa a sentirem que não têm autonomia pessoal, ou seja, elas podem se sentir aprisionadas aos afazeres e às relações estabelecidas no espaço doméstico.

Pesquisa anterior realizada por Santos (2008) revelou que mulheres donas de casa não se consideram profissionais pelo fato de não obterem remuneração e, logo, de não haver uma valorização de suas atividades. Elas também apontaram que depender financeiramente do esposo dá a ele um lugar privilegiado e, em certa medida, as aprisiona – em especial àquelas possuem uma realidade econômica menos favorecida.

Lutz (2007) também discute o fato do trabalho da dona de casa ser realizado em espaço doméstico e sem remuneração. Para a autora, as atividades masculinas produtivas têm reconhecimento social em detrimento das funções femininas e do trabalho reprodutivo e não pago desenvolvido pelas mulheres, em particular pelas donas de casa. Saffioti (1987) traz argumento similar ao afirmar que esse trabalho não teria valor por ser tipicamente feminino. Alguns/mas participantes da presente pesquisa revelaram conhecimento desse processo de menos valia ao assinalarem a necessidade de haver remuneração para as donas de casa.

Apontaram também a percepção da correlação existente entre a falta de reconhecimento financeiro e a desvalorização do trabalho de mulheres donas de casa.

Outro aspecto apontado em 56 respostas, sendo 53,6% dada por homens e 46,4% por mulheres, como desvantagem em ser dona de casa foi a **Limitação cultural** a qual estas podem ser submetidas. As respostas abordaram o fato delas não terem especialidade profissional, de não estudarem, de ficarem reclusas ao espaço do lar e às relações domésticas. Esse posicionamento fica evidente nas afirmações abaixo:

“Desvantagem por estar fora do meio social, da atividade do dia a dia.” (Participante 17 – homem)

“Ter um contato limitado com o mundo lá fora.” (Participante 51 – homem)

“Ficar isolada socialmente.” (Participante 152 – mulher)

“Correr o risco de não ter uma vida social própria.” (Participante 162 – mulher)

Conforme verificado nas pesquisas de Saffioti (1978) e Linhares (2001), a representação que as pessoas possuem sobre as donas de casa é de que essas mulheres não estão atualizadas por estarem isoladas socialmente, por seus vínculos afetivos serem provenientes unicamente da família e por estarem muito distantes do mercado de trabalho. Se por um lado essa imagem ratifica o trabalho solitário, a reclusão social e a falta de pares, por outro manifesta o estigma de que a mulher dona de casa não é uma pessoa interessante e reforça a visão que as próprias donas de casa têm sobre si.

Embora seja conhecido que o espaço doméstico não é tão privado e recluso como o modelo pautado durante a industrialização e com a divisão de papéis e trabalhos masculinos e femininos (Hirata, 2002; Rocha-Coutinho, 2005; Saffioti, 1978), aparentemente as donas de casa, em geral, podem carecer de recursos conjunturais que as levem a ter outros espaços de socialização além dos oferecidos pelos vínculos familiares. As barreiras sociais e culturais

aventadas aqui demonstram a compreensão que se possui a respeito das limitações que o ambiente privado/doméstico representa na vida das mulheres donas de casa.

É preciso, todavia, fazer um recorte para se avaliar os atravessamentos de classe nesse item. Em pesquisa realizada anteriormente por Santos (2008) foi possível verificar que as mulheres donas de casa de classe baixa não têm acesso à cultura, educação nem lazer. Além do mais, têm o tempo restrito dividido aos afazeres laborais intermináveis do ambiente doméstico, o que as limita, basicamente, à convivência familiar e/ou religiosa em algumas situações. Já as donas de casa de classes média e alta, possuem recursos que permitem acesso à cultura, educação e lazer. Essas mulheres assistem a espetáculos, fazem viagens, cursos e têm grau de instrução satisfatório – inclusive algumas com curso superior. Pela disponibilidade de tempo também podiam frequentar, assiduamente, outros espaços tais como clubes, academias, igrejas, etc., a depender de seus interesses. Assim, avalia-se que as limitações sociais e culturais apresentadas pelos/as participantes devem ser relativizadas quanto aos aspectos econômicos e de estratificações sociais que delimitam diferentes possibilidades e práticas das donas de casa.

Voltando aos dados da pesquisa atual, a terceira desvantagem de ser dona de casa citada em 48 respostas foi sintetizada na categoria ***Desvalorização***. Nesse tópico foram reunidos os conteúdos que fizeram referência à falta de valorização das donas de casa e aos fatores correlatos decorrentes do não reconhecimento de suas atividades:

“Algumas das grandes desvantagens são a falta de reconhecimento diante da sociedade e até da própria família e também a desvalorização sofrida cada dia mais e mais por conta da participação crescente das mulheres no mercado de trabalho” (Participante 03 - mulher).

“Falta de valorização.” (Participante 34 – mulher)

“Não ter reconhecimento.” (Participante 44 – homem)

“Seu trabalho nem sempre é reconhecido pela família, em especial pelo parceiro.” (Participante 86 – mulher)

As respostas dessa categoria assemelharam-se às obtidas na categoria “*Trabalho desvalorizado*” da unidade de análise anterior, em particular quando os discursos se pautaram na falta de valorização do trabalho das mulheres donas de casa. Esse aspecto está relacionado a todas as dimensões do espaço doméstico, ou seja, divisão de papéis pelo binarismo de sexo, invisibilidade do trabalho reprodutivo, normatização capitalista da geração de excedentes de consumo que a falta de remuneração representa, entre outros itens que já foram discutidos nesse artigo.

Cabe mencionar que 60,6% das respostas nessa categoria foram dadas por mulheres. Assim, acredita-se que mais uma vez pode ter havido identificação das participantes – que trabalham fora – com as atividades desenvolvidas no espaço doméstico pelo fato de, provavelmente, as mesmas serem as principais responsáveis pelo cuidado do lar e da família, ou por supervisionar e administrar esses cuidados caso possuam empregadas domésticas e também não se sentirem reconhecidas, em especial pela família – conforme relatos lidos. Uma vez que já foi discutida a divisão sexual do trabalho e apontado que a principal responsabilidade pela manutenção do espaço privado continua sendo conferida à mulher, segue-se para a discussão da próxima categoria.

A quarta categoria encontrada na unidade temática desvantagens de ser dona de casa foi intitulada ***Rotina***. Nessa categoria foram encontradas respostas que apontavam para o reconhecimento da presença de atividades repetidas, contínuas, inacabadas, invisíveis como fatores provenientes do dia a dia da dona de casa. Foram 44 menções nessa categoria, 23 respostas dadas por mulheres (52,3%) e 21 dadas por homens (47,7%), que expressaram:

“A rotina é pesada, o serviço não para e quanto maior a casa maior a quantidade de afazeres” (Participante 07 - mulher).

“As obrigações caem na rotina e a pessoa se torna desmotivada” (Participante 12 - mulher).

“Ter um trabalho árduo e cansativo em muitos casos” (Participante 48 - homem)

“Uma rotina cansativa. Cuidam de tudo da casa e muitas mulheres fazem isso, são donas de casa, e ainda precisam trabalhar fora”. (Participante 55 – homem)

As falas corroboram a análise de Delfino (2012) ao estimar que é a mulher quem faz todo o gerenciamento das atividades domésticas. Cabe a ela articular o tempo que será gasto com as tarefas, prever as necessidades de cada membro da família, cuidar da saúde e educação de filhos, promover um espaço harmonioso ao marido, verificar a compra de objetos e aparelhos que contribuem para o funcionamento adequado do lar, se ocupar com organizações financeiras e compras para os conviventes, além de fazer ou delegar todas as atividades de limpeza da casa – o que, sem dúvida onera e cansa as mulheres que desempenham esse papel. O reconhecimento que os homens participantes desta pesquisa tiveram quanto a rotina das donas de casa e dos afazeres domésticos é algo interessante. Em especial quando se avalia que mesmo sabendo da atividade cansativa e ainda que a mulher também trabalhe fora, as tarefas domésticas não são compartilhadas de forma igualitária (Jablonski, 2010) – havendo apenas a consideração da sobrecarga de seus afazeres dentro e fora do lar, mas pouca divisão.

Como se não bastasse, assim como analisa Durán (1983), o trabalho realizado pelas donas de casa costuma não ser visto, é constantemente desfeito, além de estar sempre inacabado. Essas características do trabalho doméstico provocam a sensação de que nada foi feito antes, o que reforça a ideia de invisibilidade desse trabalho. O trabalho realizado pela dona de casa, além de ser doméstico e sem remuneração, como assinalado pelos/as participantes dessa pesquisa, também é invisível pelo produto que (não) apresenta. Na verdade, ele só aparece quando não realizado. Ou seja, apenas quando a casa não foi limpa, a comida não foi feita etc., é que as atividades da dona de casa são percebidas.

Adicionado a isso, ainda tem o fato do trabalho doméstico não ter um horário para iniciar ou findar por ser praticado no ambiente privado. Ainda se menciona o fato do exercício da função de dona de casa estar fundida ao exercício de outros papéis – principalmente o de esposa

e de mãe, além de filha e nora – cabendo a elas ser, muitas vezes, responsáveis também pelo cuidado com os idosos da família. As múltiplas atividades de serviço e de cuidado exercidas pelas donas de casa geram uma rotina cansativa quando somada à desvalorização de suas funções. Um dado importante dessa pesquisa é que participantes de ambos os sexos foram capazes de reconhecer e expressar essa compreensão.

Outro aspecto interessante apontado como desvantagem de ser exclusivamente dona de casa foi a percepção tanto dos homens quanto das mulheres de que a dedicação ao trabalho doméstico não remunerado, leva as mulheres a não reconhecerem seu próprio trabalho. Ademais, por viverem em função de atender às necessidades dos outros elas tendem a não darem atenção às suas necessidades. Acabam por não valorizarem nem a si mesmas e nem ao seu trabalho. Esses fatos podem gerar um possível mal-estar nas donas de casa. Na categoria ***Comprometimento psíquico*** foram computadas 21 respostas dadas por homens e 20 respostas fornecidas por mulheres, a exemplo:

“Baixa autoestima. Depressão. Se sentirem inferior.” (Participante 74 – homem)

“Acabam se dedicando a família e esquecem de si. [...] Se desmotivam e deprimem.” (Participante 86 – mulher)

“Parar de si cuidar e ficar no isolamento.” (Participante 147 – homem)

“Discriminação, invisibilidade e baixa autoestima. Pode até mesmo adoecer.” (Participante 167 – mulher)

Na visão dos/as participantes a “opção” pelo trabalho realizado no espaço doméstico e não-remunerado é uma desvantagem que pode “aprisionar” as mulheres num espaço recluso, que dificulta a interação social e o desenvolvimento cultural (visto em categoria anterior) e, que também, pode levar à solidão e/ou a um quadro de adoecimento psíquico. Em várias respostas os/as participantes reconheceram o fato de que as condições do trabalho da dona de casa – invisibilidade, desvalorização, falta de remuneração, etc., associadas à forma como elas tendem

a conduzir seu trabalho, ou seja, abnegando-se e recluindo-se, pode levar a adoecimentos psíquicos.

O fato é que sob o prisma do trabalho, seja em qualquer instituição ou atividade, se verifica que a organização, planejamento e gerenciamento das atividades demandadas pelo trabalho podem levar ao estresse (Camelo & Angerami, 2005). A literatura (Araújo, Pinho & Almeida, 2005; Gonçalves & Kapczinski, 2008; Moral, González & Landero, 2011) aponta que mulheres com alta sobrecarga de atividades domésticas – grupo no qual incluem-se as donas de casa – apresentam prevalências elevadas de Transtorno Mentais Comuns, prioritariamente os quadros de ansiedade e depressão.

Avalia-se, portanto, que as atividades das mulheres donas de casa, por possuírem elevada importância para o bem estar e sobrevivência da família, assim como pelo fato de agregarem uma multiplicidade de papéis, também podem levar a conflitos pessoais, vocacionais, de interesse assim como também a conflitos inter-relacionais. É importante destacar ainda que a repetição e sobrecarga de trabalho, fatores apontados em outras situações de trabalhos remunerados, podem ser geradores de estresse e adoecimento e também estarem presentes no cotidiano de mulheres donas de casa.

Por outro olhar, pesquisas sobre o trabalho feminino com foco em mulheres da classe média (Jablonski, 2010; Perlin & Diniz, 2005; Troiano, 2007) verificaram que o trabalho pago é responsável pela promoção de benefícios para as mulheres. Entre esses benefícios, é importante destacar a presença de sentimentos de independência, autonomia, autoestima elevada, poder de barganha na relação conjugal e familiar, e realização pessoal que contribuem para a promoção de saúde física e mental. Assim, pode-se verificar que o exercício do trabalho doméstico, tal como descrito pelos/as participantes dessa pesquisa, pode ser desvantajoso e constituir-se num determinante desfavorável ao bem-estar psicológico de mulheres donas de casa.

Tal afirmação ganha respaldo ao levarmos em conta outras desvantagens relacionadas ao ser dona de casa, em função das respostas que foram emitidas na categoria *Sem profissão*. Com 14% de representação na unidade temática “Desvantagens de ser dona de casa” essa categoria juntou respostas de mulheres (54,8%) e homens (45,2%) que assinalaram para o fato de que não é gratificante ser dona de casa por estar fora do mercado de trabalho e não atender à expectativa social de ter uma profissão. Mencionaram o isolamento social e a falta de possibilidade de crescimento pessoal. Destacaram ainda a desvantagem dessas mulheres de, conseqüentemente, não possuírem certas seguranças trabalhistas, como a previdência social. Tudo isso fica evidente nas respostas destacadas abaixo:

“Ficar fora do real mercado de trabalho e ao mesmo tempo do mundo das pessoas no dia a dia fora da casa.” (Participante 159 – homem)

“A falta de possibilidade de crescimento profissional.” (Participante 179 – mulher)

“Não ter carteira assinada nem referências, caso precise algum dia de emprego.” (Participante 196 – mulher)

“Em alguns casos a falta de carteira assinada, perdendo assim os direitos trabalhistas, como férias FGTS e seguro desemprego.” (Participante 205 – homem)

O ponto de vista revelado nessas falas deixa claro que o fato de não ser uma profissão socialmente reconhecida representa uma grande desvantagem do trabalho doméstico não-pago. Seu exercício não assegura às donas de casa qualquer aspecto contratual legal que, em geral, os outros trabalhos possuem, tais como salário, férias, 13º, horas extras, aposentadoria, auxílio doença, etc. Quanto a esses dois últimos itens, em agosto de 2011 foi sancionada a Lei nº 12.470 que permitiu o recolhimento do INSS por parte das donas de casa para terem benefícios previdenciários. Esta Lei, no entanto, possui ressalvas quanto aos benefícios recebidos, a renda familiar e a porcentagem de contribuição.

Diferente dos demais trabalhos, o trabalho repetitivo e exaustivo realizado por essas mulheres ocorre prioritariamente em seu lar, ou seja, é um trabalho solitário, sem vínculos

contratuais – não há contrato explícito e legal, e sem liberdade – o trabalho não é livre, nem tem algum órgão, como um sindicato, que reja seus direitos e deveres. É importante mencionar ainda que os intercâmbios sociais dessas mulheres estão muitas vezes relacionados às tarefas de manutenção da vida e do bem-estar familiar, qual seja, participar de reuniões nas escolas, além de levar filhos e demais familiares aos serviços de saúde, entre outros. Os aspectos apresentados por 31 participantes em suas respostas são, de fato, preocupantes.

A escassez de políticas que promovam um suporte para as donas de casa é extremamente reforçadora do não reconhecimento do papel que elas possuem para o desenvolvimento, inclusive econômico, da sociedade. É fundamental que seja mensurado que as donas de casa dão suporte para que as demais pessoas da família troquem seus trabalhos por bens de consumo, que as atividades realizadas desoneram o próprio Estado e, ainda, por ocuparem a última fase do processo de produção – escolhendo as mercadorias e utensílios para a família (Delfino, 2012; Durán, 1983; Melo, Considera & Sabbato, 2007; Torres, 1989).

Vantagens de ser dona de casa

A terceira e última análise temática, **Vantagens de ser dona de casa**, surgiu a partir da pergunta disparadora “*Em sua opinião quais são as vantagens de ser exclusivamente dona de casa?*”. Nesse item, 32 participantes escreveram apenas a palavra “nenhuma” ou a frase “não vejo vantagens”. Sendo que 53,1% dessas respostas foram atribuídas por mulheres jovens, com até 40 anos de idade e solteiras. Esse dado já demonstra que na percepção dessas mulheres não existe qualquer vantagem em ser dona de casa.

Também houve 9 participantes que deixaram em branco a resposta para essa pergunta. Dos 206 questionários aplicados – subtraindo-se 32 que não viram vantagens, 9 em branco e, também, 11 casos de *missing* – atinge-se o total de 154 questionários válidos, que alcançaram

181 respostas a essa unidade temática. Percebe-se que essa foi a unidade de análise que obteve o menor número de respostas em relação às anteriores (307 respostas para a unidade temática “Significado de ser dona de casa” e 301 respostas referentes ao item “Desvantagens de ser Dona de Casa”). As 181 respostas obtidas foram compiladas em 02 (duas) categorias analisadas a seguir.

Tabela 04: Categorias da unidade temática ‘Vantagens de ser dona de casa’

VANTAGENS DE SER DONA DE CASA		
Categorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Cuidar da família e do lar	118	65%
Trabalhar em casa	63	35%
Total	181	100%

Na categoria *Cuidar da família e do lar* foram compiladas as respostas que apontavam como vantagem, o fato da mulher – uma vez dona de casa – poder cuidar pessoalmente dos/as filhos/as, marido, além da própria casa. Chama atenção a diferença do quantitativo de respostas que foram incluídas nessa categoria (65%). Além disso, houve uma discreta diferença na quantidade de respostas dadas por homens (55,8%) e por mulheres (44,2%). Essa diferença também foi verificada na categoria similar “Cuidar da família”, na primeira unidade temática (Significado de ser dona de casa). Compreende-se que a maioria das pessoas, em particular os homens, vê o papel de cuidadora como o principal significado do trabalho da dona de casa, bem como a principal vantagem destas não trabalharem fora – poder dedicar-se, exclusivamente, à família:

“Uma delas é se dedicar exclusivamente à casa, aos filhos ao marido, participar mais a fundo da vida do filho na escola.” (Participante 01 - mulher)

“Ter mais tempo com a família.” (Participante 11 - mulher)

“Vantagem de se dedicar somente a família e casa.” (Participante 17 - homem)

“É ter o amor e carinho dos filhos por ser uma mãe dedicada ao educar e disciplinar os filhos.” (Participante 71 – homem)

“Conseguir administrar as coisas dentro de casa.” (Participante 189 – homem)

“Poder acompanhar o crescimento dos filhos e estar por perto [...]se dedicar ao marido no seu cantinho.” (Participante 203 – mulher)

Aqui é necessário pensar em pelo menos dois vieses que provavelmente acompanharam os discursos apreendidos. Primeiro, a manutenção da responsabilidade pelos/as filhos/as atribuída à mulher, a mãe, a quem gerou e amamentou, devido às suas condições biológicas. É comum a presença do determinismo social respaldado no imperativo biológico que atribui à mulher o papel e a função de maternar, cuidar e se sacrificar pelo fato desta ter a capacidade de gerar filhos/as. Esse cuidado com os/as filhos/as que foi apontado/a pelos participantes é amplamente discutido na literatura (Badinter, 1985; Barbosa & Rocha-Coutinho, 2012; Bardwick, 1981; Santos e Diniz, 2011, Delfino, 2012). Essa função, é vista como praticamente inseparável do trabalho realizado dentro do lar.

Em pesquisa anterior, Santos (2008) verificou também que as próprias mulheres donas de casa, provenientes de classes sociais distintas, afirmaram que ter cuidado e educado pessoalmente dos/as filhos/as foi a principal vantagem de ser dona de casa, sendo, inclusive, a motivação que as afastou do mercado de trabalho. Tanto o resultado anterior quanto o atual reforça a naturalização do papel doméstico feminino arquitetada com base na maternidade. A gravidez, alimentação e cuidado dos bebês é, provavelmente, a principal função da mulher. E, agregada a isso, sobre ela recaem as responsabilidades pela conservação de valores e vínculos afetivos, de manutenção da família, e da transmissão desses valores os mesmos. Logo, “o destino feminino continua a ser inscrito no lar, pelo intermédio da maternidade. Uma mulher

não é ‘respeitável’, ‘realizada’ ou ‘desabrochada’ senão em função de seu status de mãe e doméstica” (Badinter, 1986, p.187).

As respostas obtidas nessa pesquisa são marcadas por outro viés que é a visão idealizada da família e do papel da mulher na sociedade. Fica nítida que a representação da mulher no espaço doméstico como a única ou principal responsável pelas famílias se mantém viva e forte nos discursos, tanto de homens como de mulheres. O que precisa ser sinalizado, no entanto, é que esse papel respaldado pela condição biológica do sexo, muitas vezes, as impediram de transcender o espaço doméstico e adentrar os espaços públicos. Com isso, o que as/os participantes apontam como principal vantagem em ser dona de casa – cuidar pessoalmente da família e do lar, é, na verdade, reflexo de engessamentos dos sujeitos femininos nas relações de gênero, ou seja, de uma construção social que reforça a domesticidade feminina. Essa questão se faz igualmente presente na análise das outras categorias.

Cabe, então, perguntar se “cuidar da família e do lar” seria uma vantagem para as donas de casa, para as famílias, e/ou para a sociedade. Fica claro que as famílias que possuem uma dona de casa atuando em tempo integral, uma pessoa que se doa e se dedica à organização da vida e ao cuidado de seus membros, tem vantagens. Já no que concerne às donas de casa, urge o questionamento. Se em respostas a itens anteriores ficaram evidentes as inúmeras desvantagens – entre essas a desvalorização de suas atividades, a limitação cultural e a rotina – parece que exercer essa atividade de cuidado e dedicação ao lar não constitui uma vantagem para as donas de casa em si, visto que ao contrário, reforça a reclusão social e a manutenção de papéis femininos tradicionais para essas mulheres.

Outro aspecto da experiência de ser dona de casa que foi apresentado como sendo *vantajoso* diz respeito aos benefícios de se realizar o trabalho no espaço doméstico. Na categoria ***Trabalhar em casa***, que teve 60% de respostas vindas de mulheres e 40% de homens

foram apontadas, basicamente, algumas vantagens por se trabalhar no espaço doméstico, como: disponibilidade de tempo e autonomia pessoal.

“Ter a possibilidade de um repouso mais longo, ter intervalo de refeições a qualquer momento e paradas para repouso.” (Participante 07 - mulher)

“Fazer seu horário, ter flexibilidade e ter liberdade de ação.” (Participante 18 - mulher)

“Poder cuidar de si e ter respeito sobre todas as pessoas da casa além de dar ordens na casa.” (Participante 131 – homem)

“Ter tempo para apresentação pessoal e atividades pessoais.” (Participante 164 – mulher)

“Está exclusivamente sobre o seu domínio e fazer o que o do jeito que quer.” (Participante 179 – mulher)

“Ter autonomia dentro de casa.” (Participante 179 – homem)

Uma vez que 60% das respostas foram dadas por mulheres, cabe a hipótese da existência de uma certa identificação das participantes com as donas de casa, pelo fato de saberem que a responsabilidade pelo lar na maioria dos casos também é sua. Nessa medida, provavelmente, sentem-se culpadas ou minimamente incomodadas por terem que conciliar o trabalho fora da casa e o cuidado com a família. Possivelmente o conflito existente entre casa e trabalho, carreira e filhos, como apontado nos trabalhos de Araújo, Picanço & Scalon (2007) e de Barbosa & Rocha-Coutinho (2012), tenha sido o principal norteador das respostas das mesmas.

A idealização de uma disponibilidade de tempo para cuidar de si e realizar atividades de interesse pessoal precisa ser problematizada. Será que, de fato, as donas de casa teriam disponibilidade de tempo e autonomia como aqui cogitado pelos/as participantes? Foram verificados vários aspectos nas categorias da unidade temática *“Desvantagens de ser dona de casa”* – como a rotina, o excesso de trabalho e o não reconhecimento do mesmo – que podem comprometer o dia a dia e a saúde das donas de casa. Logo, percebe-se um paradoxo na visão dos/as participantes que parecem se contradizer ou não compreender adequadamente o que seria ou não vantagem em ser donas de casa em tempo integral.

Já foi discutido anteriormente o fato de existirem diferentes experiências de ser dona de casa em função do recorte de classe. Pesquisa anterior (Santos, 2008) apontou que a depender da realidade socioeconômica, algumas mulheres donas de casa dispõem sim de tempo, de autonomia e de recursos para cuidarem de si. Mas, na verdade, não são todas. É necessário, portanto, relativizar essa autonomia do uso do tempo porque em muitos casos as mulheres donas de casa, quando são responsáveis por todas as atividades domésticas e de cuidados com os membros da família, acabam tendo o seu tempo, afazeres e atribuições reguladas em função das agendas e demandas dos demais membros da família. O tempo para si, nesse contexto, é exceção. E, provavelmente, a idealização de homens e mulheres que trabalham fora e desejam permanecer por mais tempo em seus lares favorece a percepção equivocada do que seria “trabalhar em casa”.

O caminho percorrido nessa pesquisa nos convida, por fim, a levar em consideração o fato que os trabalhos realizados pelas donas de casa podem gerar conflitos da mesma ordem que os demais trabalhos. Os processos de trabalho que ocorrem no espaço doméstico também (re)produzem relações de poder e são afetados por aspectos ideológicos e culturais (Torres, 1989), além de aspectos emocionais.

Há vínculos afetivos e obrigações envolvidas na realização das atividades dentro do lar. Talvez esses vínculos e obrigações sejam mais complexos do que os decorridos do trabalho pago e fora do lar. Destarte, pergunta-se: haveria autonomia da dona de casa que desenvolve um trabalho doméstico que é invisível, desvalorizado e não remunerado, que faz com que ela dependa financeiramente do marido e, que talvez por isso, a leve a crer (ou a ser cobrada) que deva responder de forma satisfatória às necessidades desse cônjuge e de seus/suas filhos/as, mesmo que em situação de desrespeito à sua condição biológica/física e emocional?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa nos permitiu conhecer a percepção que alguns homens e algumas mulheres possuem a respeito de dimensões da vida e do trabalho de mulheres donas de casa. Independente de sexo, realidade socioeconômica ou vínculo com mulheres donas de casa constatou-se que os/as participantes desta pesquisa reforçaram os estereótipos femininos e a ideia engessada de que o espaço doméstico e o cuidado com os membros da família ainda são de responsabilidade das mulheres. Esse discurso naturaliza os papéis sociais frente à condição biológica da mulher e atribui a ela o ambiente privado, como consequência da divisão sexual do trabalho (Bruschini, 2006; Delfino, 2012; Hirata, 2002; Lutz, 2007).

Interessante perceber que uma função biológica da mulher seja, provavelmente, o principal papel social que norteia toda a lógica da domesticidade feminina. O mito do amor materno, como proposto por Badinter (1985), é fomentador da expectativa que homens e mulheres possuem acerca das responsabilidades destas pela família e pela criação dos/as filhos/as. E, para tanto, são postuladas características que definem o que é uma boa mulher, esposa e mãe. Tais características reverberam no exercício da função de dona de casa a ponto de amarrá-las nessa crença, pautada em sentimentalismos, que perpetuam o lugar de subordinação que na maioria das vezes as mulheres ocupam dentro e fora do espaço privado.

Dessa perspectiva foi possível verificar a presença de percepções distorcidas dos/as participantes quanto à família e ao trabalho doméstico não-pago. Nos textos produzidos pelos/as participantes, que apontaram as vantagens de ser dona de casa, aparece o ideal de “rainha do lar”, que promove um espaço confortável para o provedor da família, que cuida e educa os/as filhos/as e que ainda tem tempo para cuidar de si, uma vez que está num ambiente aconchegante e seguro que lhe permite autonomia. Nota-se, portanto, o desconhecimento dos vínculos patronais e das relações de poder que são estabelecidos no espaço doméstico (Delfino, 2012;

Torres, 1989), além dos serviços de troca existentes e da invisibilidade/subordinação do trabalho doméstico e de quem o faz.

As desvantagens do trabalho doméstico não-pago realizado pelas donas de casa também foi uma questão investigada. Cabe ressaltar que mesmo sem investigar a compreensão que as/os participantes da pesquisa têm do atravessamento dos fatores de classe e gênero, ficou evidente pelo conteúdo que o fio condutor de muitas respostas encontrou respaldo na representação de que o trabalho doméstico não-pago é improdutivo por não ser gerador de acesso a bens de consumo, fator indispensável para a manutenção do modo de produção vigente na sociedade. Esse resultado corrobora a visão de que o trabalho realizado pelas mulheres no espaço doméstico é sem valor por ser feminino, ou ainda, propõe uma avaliação de que, concomitantemente, seria atribuído às mulheres exatamente por ser sem valor (Durán, 1983; Bruschini, 2006; Melo, Considera & Sabbato, 2007; Saffioti 1987; Torres, 1998).

Por fim, registra-se o longo caminho a percorrer na busca pela simetria de gênero. Ao compreende este conceito como “uma ideologia dentro da qual diferentes narrativas são construídas” (Galinkin, Santos & Zauli-Fellows, 2010, p.26), é percebida a necessidade de discursos e práticas que possibilitem a igualdade da ocupação de espaços públicos e privados por homens e mulheres, no intuito de retirar estas do cativado doméstico e de papéis que perpetuam a desvalorização de donas de casa e de seus trabalhos.

BIBLIOGRAFIA

Araújo, C., Picanço, F. & Scalón, C. (2007). Gênero, família e trabalho: conservadores e satisfeitos? In C. Araújo, F. Picanço & C. Scalón. *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. (pp.269-328). São Paulo: Edusc.

Araújo, T., Pinho, P., & Almeida, M. (2005). Prevalência de transtornos mentais comuns

- em mulheres e sua relação com as características sócio-econômicas e o trabalho doméstico. *Revista Brasileira de Saúde e Maternidade Infantil*, 5(3). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v5n3/a10v5n3.pdf>.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (1986). *Um é o outro; relações entre homens e mulheres*. (C. Gomes, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, P. Z., & Rocha-Coutinho, M. L. (2012). Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 577-587. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000300011&script=sci_arttext.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70.
- Bardwick, J. (1981). *Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas*. (W. Roselli, Trad.) São Paulo: Difel.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. (M. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bruschini, C. (2006). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? *Revista Brasileira de Estudos Populares*, 23(2), 331-353. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982006000200009&script=sci_arttext.
- Bruschini, C. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 537-572. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003.
- Camelo, S. & Angerami, E. (2008). Riscos psicossociais no trabalho que podem levar ao estresse: uma análise da literatura. *Ciência Cuidado e Saúde*, 7(2), 232-240. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5010>.
- Carrasco, C. (2006). La paradoja del cuidado: necesario pero invisible. *Revista de Economía Crítica*, 5, 39-64. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1972570>.
- Connerton, P. (1999). *Como as sociedades recordam*. 2ª ed. Oeiras: Celta.
- De Lauretis, T. (1994). A tecnologia gênero. In H. B. de Holanda. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-241). Rio de Janeiro: Rocco.
- Delfino, M. (2012). Desocupación, Trabajo doméstico y desigualdad: una mirada desde el uso del tiempo en Rosario, Argentina. *Estudios Feministas*, 20(3), 785-808. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300010

- Diniz, G. (2004). Mulher, trabalho e saúde mental. In W. Codo. (Org.), *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho* (pp.138-195). Petrópolis: Vozes.
- Durán, M. (1983). *A dona-de-casa: crítica política da economia doméstica*. (Y. Fernauto & W. Cappeler, Trans.). (Coleção Tendências, vol.5). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Galinkin, A.; Santos, C. & Zauli-Fellows, A. (2010). Estudos de gênero na Psicologia Social. In A. L. Galinkin e C. Santos, (Orgs.). *Gênero e Psicologia Social: Interfaces*. (pp. 17-29). Brasília: TechnoPolitik.
- Gonçalves, D. & Kapczinski, F. (2008). Transtornos mentais em comunidade atendida pelo Programa de Saúde da Família. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(7), 1641-1650. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000700019.
- Hirata, H. (2002). *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Bontempo.
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200004&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1414-98932010000200004.
- Linhares, A. (2001). *Motivações e projetos de mulheres maduras, mães e adolescentes* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Lutz, H. (2007). Domestic word. *European Journal of Women's Studies*. 14(3), 187-192. Disponível em: <http://ejw.sagepub.com/content/14/4.toc>.
- Madalozzo, R. Martins, S & Shiaratori, L. (2010). Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Estudos Feministas*, 18(2), 547-566.
- Marx, K. (1988). *O Capital*. Livro I, volume I. 3ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural.
- Melo, H. & Castilho, M. (2009). Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 13(1), 135-158. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000100006.
- Melo, H., Considera, C. & Sabbato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam. *Economia e sociedade*, 16(3), 435-454.
- Mill, J. (2006). A sujeição das mulheres. *Revista Gênero*. 6(2)-7(1), 181-201. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/351>.
- Minayo, M., Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: Oposição ou Complementariedade? *Caderno de Saúde Pública*. 9(3), 239-262.
- Moral, González & Landero (2011). Estrés percebido, ira y burnout em amas de casa

mexicanas. *Revista ibero-americana de psicologia y salud*. 2(2), 123-143.
Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=238174>.

Organização Internacional do Trabalho (2011a). Trabalho e responsabilidades familiares: novos enfoques. *Notas da OIT: Trabalho e família 1*. Série Equilíbrio entre trabalho e famílias. Escritório no Brasil: Autor.

Organização Internacional do Trabalho (2011b). Promoção da igualdade de gênero e políticas de conciliação entre o trabalho e a família. *Notas da OIT: Trabalho e família 2*. Série Equilíbrio entre trabalho e famílias. Escritório no Brasil: Autor.

Pearce, D. (1978). The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, 11(1), 28-36. Disponível em: http://socialworkers.org/feminizationofpoverty/presentations/pearce/Pearce_The%20Feminization%20of%20Poverty_1978%20original%20article.pdf.

Perlin, G. & Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? *Psicologia Clínica*, 17(2), 15-29.

Rocha-Coutinho, M. (2005). Variações sobre um antigo tema: A maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e Casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp.122-137). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

Saffioti, H. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.

Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

Santos, L. (2008). *Profissão: do Lar. A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade feminina* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Santos, L. & Diniz, G. (2011). Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, 23(2), 137-149.

Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20, 71-99.

Secretaria de Políticas para as Mulheres [SPM] (2013). *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM)*. Brasília: Autor.

Torres, C. (1989). El trabajo domestico y las amas de casa: El rostro invisible de las mujeres. *Revista del Departamento de Sociologia*. 4(10), 145-176.
Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4397490>.

Troiano, C. (2007). Vida de equilibrista: dores e delícias da mãe que trabalha. São Paulo: Pensamento/Cultrix.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Esta tese buscou, de forma ampla, compreender experiências de mulheres donas de casa. À luz de literaturas clássicas e atuais que pautam o tema foram apresentados fatores que contribuem para que o trabalho feminino ainda seja desvalorizado socialmente. A divisão dos espaços públicos e privados e as atribuições de gênero à essa ocupação permanecem nas práticas políticas e sociais, o que limita as possibilidades de muitas mulheres (Hirata, 2002; Kergoat, 2003).

A manutenção do espaço doméstico, o cuidado com os/as filhos, marido e demais membros da família ainda é de responsabilidade da mulher. As pesquisas aqui apresentadas encontraram essa máxima nos discursos dos/as participantes, reforçando o binarismo de gênero pautado nas condições biológicas de homens e mulheres e reproduzidos nos discursos e práticas sociais por ambos. Ficou evidente que a domesticidade feminina é fortemente estruturada no construto mãe-mulher (Badinter, 1985; Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007; Carrasco, 1992).

Esse fato, por si só, já contribui para a invisibilidade e desqualificação do trabalho doméstico por este não adquirir o *status* de trabalho, mas sim de função/papel feminino. Este quando realizado pela mulher dona de casa, que não trabalha fora e, portanto, não tem remuneração por suas tarefas, ainda sofre o peso da desvalorização social por não ser reconhecido como uma produtividade econômica, por não gerar recursos financeiros nem prover bens de consumo (Bruschini, 2006; Carrasco, 2006; Durán, 1983; Saffioti, 1987). Logo, a dona de casa não tem as suas atividades contabilizadas ou mensuradas, o que fortalece o discurso de trabalho reprodutivo, sem valor (Melo, Considera & Sabbato, 2007).

Os fatores econômicos que subjazem o trabalho das donas de casa foram apontados pelos/as participantes economicamente ativos apenas como uma desvantagem pelo fato dessas mulheres não serem remuneradas. Todavia, nos discursos das próprias donas de casa se

evidenciam as relações de poder que atravessam as vivências conjugais/ familiares pelo fato de não possuírem autonomia financeira.

Desvalorizada pela sociedade, não reconhecida por seus entes queridos como gostariam de ser, sem autonomia econômica, dependente financeiramente do marido, com vínculos sociais restritos, muitas vezes as donas de casa adoecem, tal qual encontrado por Friedan (1971) há mais de 50 anos. A baixa autoestima, a falta de projeto de vida, o trabalho interminável, a falta de lazer e o envolvimento afetivo e contínuo num espaço limitado favorecem ao adoecimento físico e psíquico de mulheres que abdicaram de suas próprias vidas em função de outras pessoas, geralmente de filhos e filhas.

O vazio existencial visto nas falas das donas de casa participantes da pesquisa parece decorrente lógico do abandono de si mesmas, em que servir às necessidades alheias se tornaria, ou pelo menos deveria se tornar, o seu principal e único desejo. O preenchimento desse vazio passa pelas conquistas – também alheias – e o reconhecimento do que acreditam ser amor-sacrifício.

Contudo, a aparente falta de amor com que seus cônjuges lhes tratam empobrece a vivência do prazer denotando a recompensa imaginada antes de se fazer a escolha “abnegada” de se tornar dona de casa. Assim, a “rainha do lar” não é amada como mulher, é reconhecida ou necessitada por seus filhos e filhas, mas que seguem suas vidas. Assim, sem ninguém para preencher o vazio ou para afirmar suas escolhas e identificação de mulher-mãe, surge a dificuldade em voltar a ser sujeito da própria vida. Logo, os quadros de “*pathos-logia*” aparecem sinalizando a necessidade de mudança ou reavaliação de sua existência, ainda que amarradas às situações do meio e ao modelo (im)posto de feminilidade.

Cabe a psicologia, em interface com outras ciências, dar a devida atenção para a saúde dessas mulheres. É preciso ampliar o olhar para essas que parecem estar na contramão dos movimentos feministas e, por escolha ou falta desta, permanecem reclusas no espaço doméstico

e ratificam os papéis de cuidadora, de responsáveis pela manutenção da casa, da família, e por cuidar daqueles/as que compõe a força produtiva de trabalho. Que outros/as pesquisadores/as possam se debruçar nesse tema e contribuir para a ressignificação dos espaços e trabalhos ocupados pelas mulheres. Que o adoecimento de mulheres aprisionadas por papéis socialmente estabelecidos possa ser do interesse de profissionais que compreendam, criticamente, as interfaces da saúde mental e a constituição do ser humano como um ser-em-relação.

BIBLIOGRAFIA

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, P. & Rocha-Coutinho, M. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 24(3), 577-587. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-56652007000100012&script=sci_arttext.
- Bruschini, C. (2006). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? *Revista Brasileira de Estudos Populares*, 23(2), 331-353.
- Carrasco, C. (1992). El trabajo de las mujeres: producción y reproducción (Algunas notas para su reconceptualización). *Cuadernos de Economía*. 20, 95-109. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2686229>.
- Carrasco, C. (2006). La paradoja del cuidado: necesario pero invisible. *Revista de Economía Crítica*, 5, 39-64. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1972570>.
- Durán, M. (1983). *A dona-de-casa: crítica política da economia doméstica*. (Y. Fernauto & W. Cappeler, Trads.). (Coleção Tendências, vol.5). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Hirata, H. (2002). *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Bontempo.
- Friedan, B. (1971). *A mística feminina*. (Aurea B. Weissenberg). Petrópolis: Editora Vozes.
- Kergoat, D. (2003). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In M. Emílio, M. Teixeira, M. Nobre e T. Godinho (orgs.), *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas* (pp. 55-64). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.

Melo, H., Considera, C. & Sabato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam. *Economia e sociedade*, 16(3), 435-454.

Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

ANEXOS

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO – ARTIGO 2



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação Psicologia Clínica e Cultura - PsiCC

APRESENTAÇÃO

A senhora está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “**DONAS DA CASA. DONAS DA PRÓPRIA VIDA? OS (NÃO)DITOS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL**”. Esse estudo é parte da tese de doutoramento da pesquisadora responsável pelo mesmo. A pesquisa por hora apresentada tem por objetivo geral compreender aspectos da saúde mental de donas de casa frente às experiências de multiplicidade de papéis desempenhados no espaço doméstico. E tem como justificativa a necessidade de se investigar as experiências dessas mulheres e sua relação com os fatores sócio históricos.

A seguir você encontrará um Questionário Sócio demográfico composto por itens que comporão o perfil das participantes. Solicita-se que você marque a opção que melhor define a sua realidade socioeconômica. É preciso que todos os itens sejam respondidos para o bom andamento desta pesquisa.

Enfatiza-se, como dito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em acordo com a Resolução 196 de 1996 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, que os dados disponibilizados têm um caráter sigiloso garantindo-se total anonimato das participantes.

No mais, agradece-se a sua valiosa contribuição e informa-se que o resultado final desta pesquisa estará disponível no Banco de Teses da Biblioteca Central, da Universidade de Brasília, a partir do primeiro semestre de 2015, caso seja de seu interesse obter o resultado desta, ou ainda contatar-me pelo email lucianasantospsi@gmail.com ou telefone (61) 33569197.

Grata pela atenção e disponibilidade,

Luciana da Silva Santos
Responsável pela pesquisa

QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

1. Idade: _____

2. Qual é raça que melhor lhe define?

1. () Branca
2. () Negra
3. () Parda/mulata
4. () Amarela (de origem oriental)
5. () Indígena

3. Qual o seu grau de escolaridade?

1. () Nenhuma escolaridade (não alfabetizada)
2. () Ensino fundamental completo
3. () Ensino fundamental incompleto
4. () Ensino médio completo
5. () Ensino médio incompleto
6. () Ensino superior completo
7. () Ensino superior incompleto
8. () Pós-graduação completa
9. () Pós-graduação incompleta

4. Possui religião? 1. () Não 2. () Sim 5. És praticante? 1. () Não 2. () Sim

5. Caso tenhas alguma religião, favor informar qual.

1. () Católica
2. () Evangélica
3. () Espírita
4. () Umbanda/Candomblé
5. () Judia
6. () Outra: _____

6. Há quanto tempo é casada ou possui algum vínculo afetivo estável? _____ anos

7. Quantos filhos você tem? _____

8. Favor indicar a idade dos(as) filhos(as): _____

9. Possui alguma renda própria? 1. () Não 2. () Sim

10. Caso possuas renda própria, favor informar qual a renda média mensal:

1. () Até 1 salário mínimo (Até R\$ 678,00).
2. () Mais de 1 a 2 salários mínimos (De R\$ 679,00 a R\$ 1.244,00).
3. () Mais de 2 salários até 4 salários mínimos (De R\$ 1.245,00 a R\$ 2.712,00)
4. () Mais de 4 salários até 6 salários mínimos (De R\$ 2.713,00 a R\$ 4.680,00)
5. () Mais de 6 salários até 10 salários mínimos (De R\$ 4.681,00 a R\$ 6.780,00)
6. () Mais de 10 salários mínimos (Mais de 6.781,00)

11. Atualmente quantas pessoas residem na mesma casa que você: _____

12. Em média, qual a renda mensal da sua família? Leves em consideração a remuneração/salário de todos os membros que contribuem para o sustento familiar:

1. () Até 2 salários mínimos (até R\$ 1.356,00)
2. () Mais de 2 até 5 salários mínimos (De R\$ R\$ 1.357,00 até R\$ 3.390,00)
3. () Mais de 5 até 7 salários mínimos (De R\$ 3.391,00 até R\$ 5.523,00)
4. () Mais de 7 até 10 salários mínimos (De R\$ 5.524,00 até R\$ 6.780,00)
5. () Mais de 10 até 15 salários mínimos (De R\$ 6.781,00 até R\$ 10.170,00)
6. () Mais de 15 salários até 20 mínimos (De 10.171,00 até R\$ 13.560,00)
7. () Mais de 20 salários mínimos (mais de R\$ 13.561,00)

13. Escolha a opção abaixo que mais se aproxima da sua atual situação econômica:

1. () Não possuo fonte de renda própria e meus gastos são financiados pelo marido
2. () Não possuo fonte de renda própria e meus gastos são financiados por familiares
3. () Possuo renda própria suficiente apenas para o meu sustento
4. () Possuo renda própria e contribuo para o sustento da família
5. () Possuo renda própria e sou a principal responsável pelo sustento da família

14. Seu cônjuge/esposo/companheiro trabalha atualmente? 1. () Sim 2. () Não

15. Qual a profissão de seu cônjuge/marido/companheiro? _____

16. Qual a escolaridade dele?

1. () Nenhuma escolaridade (não alfabetizada)
2. () Ensino fundamental completo
3. () Ensino fundamental incompleto
4. () Ensino médio completo
5. () Ensino médio incompleto
6. () Ensino superior completo
7. () Ensino superior incompleto
8. () Pós-graduação completa
9. () Pós-graduação incompleta

17. Escolha a opção abaixo que mais se aproxima dos seus afazeres domésticos:

1. () Todas as atividades domésticas são feitas por mim
2. () Faço a maioria das atividades domésticas, as demais são feitas por outros membros da família.
3. () Faço poucas atividades domésticas, a maioria é feita por outros membros da família
4. () Possuo diarista que auxilia nos afazeres domésticos
5. () Possuo empregada doméstica para fazer os trabalhos domésticos mais pesados

18. Há quanto tempo é exclusivamente dona de casa? _____ (anos)

ANEXO 02: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS DONAS DE CASA – ARTIGO 2

	Perguntas
01	O que significa ser dona de casa para você?
02	Por favor, conte-me sua experiência como dona de casa. Como é o seu dia a dia?
03	E antes de ser dona de casa, como era a sua vida?
04	Por que você decidiu ser dona de casa?
05	Você gostaria de ter outra atividade? Por quê?
06	Como você avalia a sua vida comparada a de outras mulheres que trabalham fora?
07	Quais as vantagens de ser dona de casa?
08	Quais as desvantagens de ser dona de casa?
09	Você se sente valorizada nessa atividade?
10	Como você acha que a sociedade vê o trabalho da dona de casa?
11	Como você vê o papel que desempenha para a vida de sua família?
12	Como você acha que os(as) seus(suas) filho(as) percebem o seu trabalho?
13	Como é a sua relação com os(as) seus(suas) filhos(as)?
14	Como você avalia a sua vida comparada a de seu marido que trabalha fora?
15	Como você acha que o seu marido percebe o seu trabalho?
16	Como é a sua relação com o seu marido?
17	Você acha que o fato de não trabalhar fora do lar afeta na sua relação conjugal? Em quais aspectos?
18	Avaliando os aspectos de suas relações, dirias que és satisfeita com ela?
19	E quanto a sua vida financeira. Você possui alguma fonte de renda própria?
20	Você se sente dependente financeiramente de alguém? Como é essa experiência?
21	Você acha que o fato de não trabalhar fora interfere na sua autonomia econômica?
22	E quanto a sua saúde. Com que frequência e para que você procura profissionais de saúde?
23	Tem alguma doença ou toma algum medicamento de uso permanente?
24	No seu dia a dia quais os sentimentos que lhes são mais frequentes?
25	E na sua saúde? Percebes se o fato de ser dona de casa pode trazer algum comprometimento ao seu bem-estar físico ou mental? De que forma?
26	Tem mais alguma coisa que você gostaria de dizer sobre a sua vida e seu trabalho como dona de casa?

ANEXO 03: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ARTIGO 2



**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação Psicologia em Clínica e Cultura - PsiCC**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: “**DONAS DA CASA. DONAS DA PRÓPRIA VIDA? OS (NÃO)DITOS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL**”, sob responsabilidade de Luciana da Silva Santos, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

O objetivo desta pesquisa é compreender aspectos da saúde mental de mulheres donas de casa frente às experiências de multiplicidade de papéis desempenhados no espaço doméstico. E tem como justificativa a necessidade de se investigar as experiências dessas mulheres e a sua relação com os fatores sócio históricos.

Vossa senhoria receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome e demais dados pessoais serão mantidos no mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-la. Além disso, a senhora pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para a senhora.

A sua participação será através da resposta a dois questionários. O primeiro será um levantamento sócio demográfico para se obter o perfil das participantes, e o segundo será uma entrevista com cerca de vinte questões. O tempo estimado para sua realização será de aproximadamente 90 minutos. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília – UnB, podendo ser publicados posteriormente em congressos e revistas científicas. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda da pesquisadora mencionada por período de, no mínimo, cinco anos, após isso serão destruídos ou mantidos na instituição.

Acredita-se que esse estudo possa trazer algum risco de constrangimento, variação de emoção e/ou desconforto uma vez que as perguntas realizadas podem levantar questionamentos ou problematizações à condição de vida das participantes. Ao mesmo tempo em que esses questionamentos também podem ser benéficos, dependendo de como cada uma signifique as suas vivências. No intuito de dirimir qualquer mal-estar gerado, serão disponibilizados os serviços do Centro de Atendimento e Estudos em Psicologia (CAEP), do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília para as participantes. E caso a participante ou a pesquisadora perceba qualquer mal-estar por parte dessa, a entrevista será interrompida e a dona de casa encaminhada de imediato para o atendimento no CAEP.

Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para a doutoranda Luciana da Silva Santos, da Universidade de Brasília, no telefone (61) 33569197.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, número do protocolo 362.586. As dúvidas com relação à assinatura deste Termo ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser tiradas também pelo telefone: (61) 3107-1947 ou do e-mail cepfs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com o(a) senhor(a), que de forma voluntária aceita participar do mesmo.

Brasília, ____ de _____ de 2014.

Nome do(a) participante da pesquisa

Profa. Msc. Luciana da Silva Santos
Responsável pela Pesquisa

ANEXO 04: QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO – ARTIGO 3



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação Psicologia em Clínica e Cultura - PsiCC

APRESENTAÇÃO

Vossa senhoria está sendo convidada(o) a participar da pesquisa intitulada “**DONAS DE CASA: (IN)VISIBILIDADE E (DES)VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO**”. Esse estudo é parte da tese de doutoramento da pesquisadora responsável pelo mesmo. A pesquisa por hora apresentada tem por objetivo geral investigar que percepções as pessoas possuem acerca das donas de casa e de suas atividades domésticas.

A seguir você encontrará **dois questionários**. 1) O primeiro é composto por itens que darão o perfil das(os) participantes. Solicita-se que você marque a opção que melhor define a sua realidade socioeconômica e responda de próprio punho a todas as questões propostas. 2) No segundo, você encontrará 3 (três) questões abertas para responder livremente conforme a sua opinião, ressaltando que não existem respostas certas ou erradas, que a intenção é saber a sua opinião da forma mais fiel possível. É preciso que todos os itens sejam respondidos para o bom andamento desta pesquisa e que respostas levando em consideração as mulheres que desempenham, exclusivamente, a função de donas de casa.

Enfatiza-se, como dito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em acordo com a Resolução 196 de 1996 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, que os dados disponibilizados têm um caráter sigiloso garantindo-se total anonimato das(os) participantes.

No mais, agradece-se a sua valiosa contribuição e informa-se que o resultado final desta pesquisa estará disponível no Banco de Teses da Biblioteca Central, da Universidade de Brasília, a partir do segundo semestre de 2014. Caso seja de seu interesse obter o resultado desta pesquisa pode também contatar-me pelo email lucianasantosp@gmail.com.

Grata pela atenção e disponibilidade,

Luciana da Silva Santos
Responsável pela pesquisa

Número _____

Para uso exclusivo do(a) aplicador(a) do questionário.

Local da aplicação: _____

QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO

1. **Sexo:** 1. () Feminino 2. () Masculino

2. **Idade:** _____

3. **Qual o seu estado civil?**

1. () Solteira(o)
2. () Casada(o) ou convivente
3. () Separada/desquitada/divorciada
4. () Viúva(o)
5. () Outro: _____

4. **Qual a raça que melhor lhe define?**

1. () Branca
2. () Negra
3. () Parda/mulata
4. () Amarela (de origem oriental)
5. () Indígena ou de origem indígena

5. **Qual o seu grau de escolaridade?**

1. () Ensino fundamental completo
2. () Ensino fundamental incompleto
3. () Ensino médio completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino superior completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Pós-graduação completa
8. () Pós-graduação incompleta

6. **Possui alguma religião?** 1. () Sim 2. () Não 7. **É praticante?** 1. () Sim 2. () Não

8. **Caso possuas religião, favor informar qual.**

1. () Católica
2. () Evangélica
3. () Espírita
4. () Umbanda/Candomblé
5. () Judia
6. () Outra: _____

9. **Trabalha fora ou já trabalhou?** 1. () Sim 2. () Não

10. **Profissão ou Atividade desenvolvida atualmente:** _____

11. **Renda média própria, caso trabalhe ou possua alguma fonte de renda:**

1. () Até 1 salário mínimo (Até R\$ 678,00).
2. () Mais de 1 a 3 salários mínimos (De R\$ 679,00 a R\$ 2.034,00).
3. () Mais de 3 salários até 5 salários mínimos (De R\$ 2.035,00 a R\$ 3.390,00)
4. () Mais de 5 salários até 10 salários mínimos (De R\$ 3.391,00 a R\$ 6.780,00)
5. () Mais de 10 salários mínimos (Acima de R\$ 6.781,00)

12. **Atualmente quantas pessoas residem na mesma casa que você:** _____

13. **Em média, qual a renda mensal da sua família.** Por favor, leve em consideração o salário/remuneração de todos os membros que contribuem com os recursos financeiros de sua família, inclusive você, caso contribua?

1. () Até 3 salários mínimos (Até R\$ 2.304,00)
2. () Mais de 3 até 8 salários mínimos (R\$ R\$ 2.305,00 até R\$ 5.424,00)
3. () Mais de 8 até 15 salários mínimos (R\$ 5.425,00 até R\$ 10.170,00)
4. () Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.171,00 até R\$ 13.560,00)
5. () Mais de 20 até 30 salários mínimos (R\$ 13.561,00 a 20.340,00)
6. () Mais de 30 salários mínimos (Acima de 20.341,00)

14. **Por favor, informe em que cidade do Distrito Federal ou Entorno você mora.** Caso seja em Brasília colocar a localidade, ex.: Asa Norte, Cruzeiro, etc: _____

15. **Você conhece alguma mulher que seja exclusivamente dona de casa, ou seja, que não possua nenhum trabalho formal ou informal:** 1. () sim 2. () não

16. **Em caso afirmativo da pergunta anterior, por favor informe o grau de parentesco ou contato com a mesma.** Caso conheça mais de uma, informe o parentesco da dona de casa mais próxima a você e ao seu convívio: _____

Mais uma vez obrigada pela colaboração!
Favor passar ao segundo questionário.

Luciana da Silva Santos
Responsável pela pesquisa

Comentário/Sugestões (Preenchimento opcional):

ANEXO 5: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ARTIGO 3



**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação Psicologia em Clínica e Cultura - PsiCC**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vossa senhoria está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “**DONAS DE CASA: (IN)VISIBILIDADE E (DES)VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO**”, sob responsabilidade de Luciana da Silva Santos, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

O objetivo desta pesquisa é investigar as percepções das pessoas acerca das donas de casa e de suas atividades domésticas. E se justifica pela necessidade de se compreender o olhar que a sociedade possui sobre mulher que não trabalharam fora nem recebem remunerações.

Vossa senhoria receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome e demais dados pessoais serão mantidos no mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). Além disso, o(a) senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a).

A sua participação será através da resposta a dois questionários. O primeiro será um levantamento sócio demográfico para se obter o perfil dos(as) participantes, e o segundo será um questionário com três questões para que responda de forma livre, de próprio punho. O tempo estimado para sua realização será de aproximadamente 30 minutos. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília – UnB, podendo ser publicados posteriormente em congressos e revistas científicas. Os dados e materiais

utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda da pesquisadora mencionada por período de, no mínimo, cinco anos, após isso serão destruídos ou mantidos na instituição.

Acredita-se que a participação na realização desta pesquisa não trará riscos nem benefícios diretos às pessoas participantes. No entanto, como risco mínimo pode-se apontar algum constrangimento em responder aos itens solicitados. E quanto aos benefícios, provavelmente os(as) participantes passem a problematizar sobre o papel das donas de casa.

Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para a doutoranda Luciana da Silva Santos, da Universidade de Brasília, no telefone (61) 33569197.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da UCB, número do protocolo 362.591. As dúvidas com relação à assinatura deste Termo ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser retiradas também pelo telefone 3107-1947 ou do e-mail cepfs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com o(a) senhor(a), que de forma voluntária aceita participar do mesmo.

Brasília, ____ de _____ de 2014.

Nome do(a) participante da pesquisa

Profa. Msc. Luciana da Silva Santos
Responsável pela pesquisa